
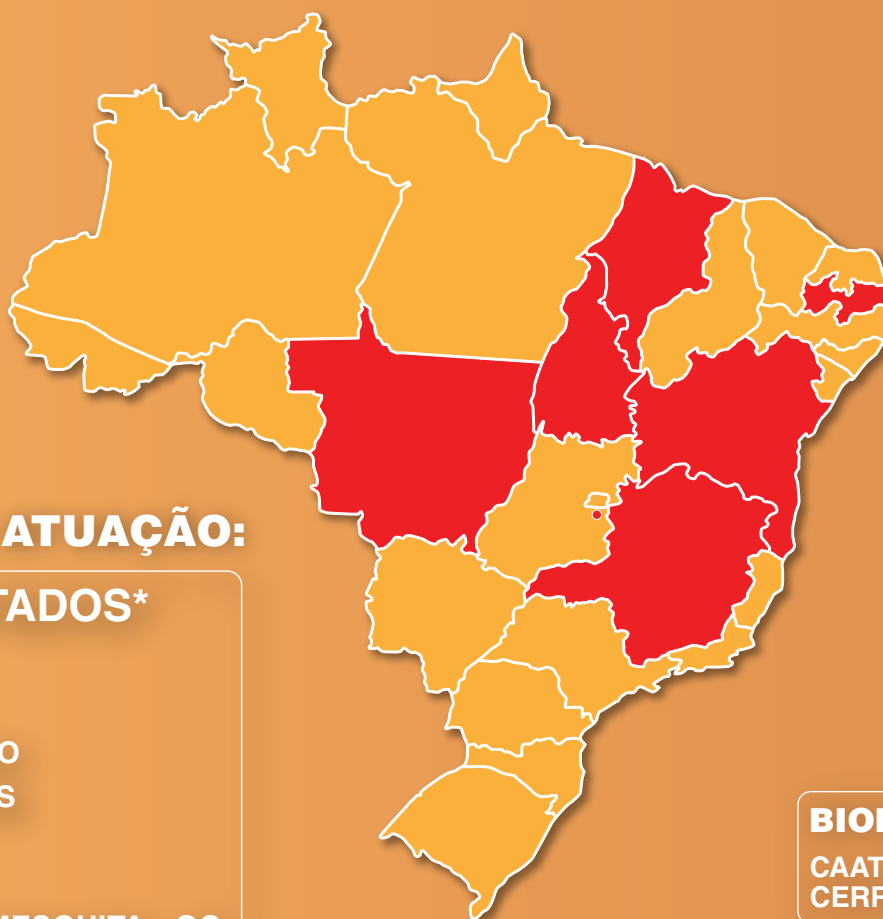


**DIAGNÓSTICO DAS CADEIAS
PRODUTIVAS DA AGRICULTURA
FAMILIAR QUILOMBOLA:
ESTRUTURA E DIVERSIDADE DA
PRODUÇÃO**



DIAGNÓSTICO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA: ESTRUTURA E DIVERSIDADE DA PRODUÇÃO



ÁREA DE ATUAÇÃO:

 06 ESTADOS*

BAHIA
MARANHÃO
MATO GROSSO
MINAS GERAIS
PARAÍBA
TOCANTINS
+QUILOMBO MESQUITA - GO

BIOMAS
CAATINGA
CERRADO

Copyright © 2021 de Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam). Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Organização

CONAQ

Ecam

Equipe Técnica

CONAQ:

Alcione Aparecida Mendes
Célia Cristina da Silva Pinto
Débora Gomes Lima
Gardênia Ayres
Ivo Fonseca Silva
José Ramos de Freitas
Josiel Ventura Alves
Kátia dos Santos Penha
Maria Nilza Pereira dos Santos
Oildo Ferreira da Silva
Sandra Maria da Silva Andrade
Sandra Pereira Braga
Uilson Viana de Souza

Equipe Técnica

Ecam:

Adriana Margutti
Camila Ferreira
Hebert Lucena
Luiza Viana Araújo
Meline Cabral Machado

Revisão

Adriana Margutti
Fernanda da Costa Abreu
Meline Machado

Foto

Gabriel Uchida

Direção de arte

Ianaê Pivetta
Raphael Rabelo

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

D537

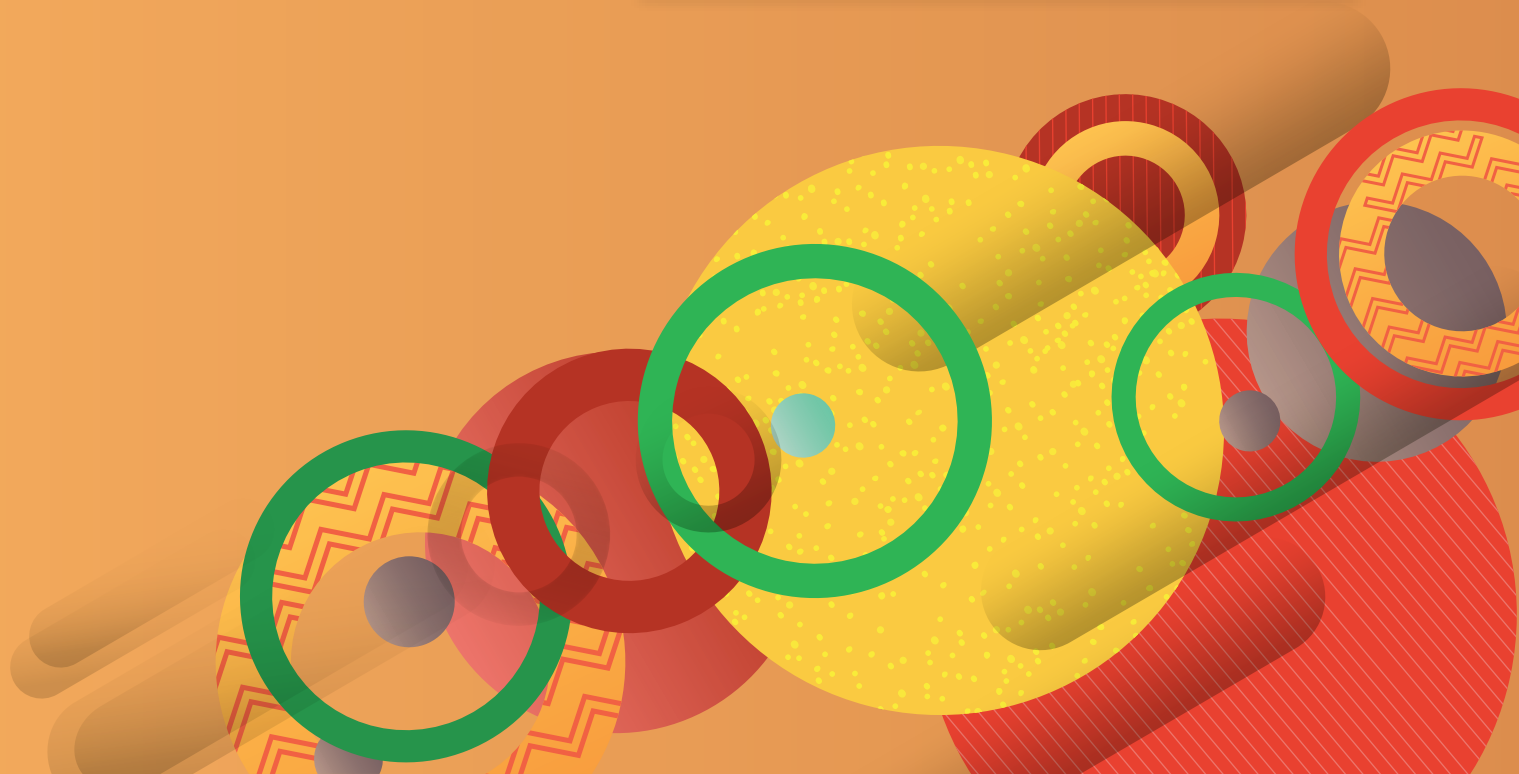
Diagnóstico das cadeias produtivas da agricultura familiar quilombola: estrutura e diversidade da produção.

Organizadores: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) – Brasília : ECAM, 2021.

84p.il

1. Quilombolas. 2. Agricultura familiar. 3. Cadeia produtiva. I. Título.

CDU. 316.02+351.823.1(81)



SUMÁRIO

Apresentação	5
Metodologia	7
1. Organizações Quilombolas: DAP Jurídica	8
2. Comunidades e organizações comunitárias da pesquisa.....	10
3. Organização Produtiva da Agricultura Familiar Quilombola.....	13
4. Cadeia produtiva: resultados por estado	26
5. Bahia.....	27
6. Quilombo Mesquita (Goiás).....	38
7. Maranhão	42
8. Mato Grosso	49
9. Minas Gerais	56
10. Paraíba.....	66
11. Tocantins.....	75
12. Recomendações para a inserção dos produtos da agricultura familiar quilombola em mercados com responsabilidade socioambiental.....	81
13. Considerações e apontamentos estratégicos.....	83



APRESENTAÇÃO

O diagnóstico de cadeias produtivas visa analisar elementos da estrutura e diversidade da cadeia produtiva da agricultura familiar quilombola, presente nos biomas Caatinga e Cerrado, especificamente em 06 estados do país (Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba e Tocantins) e no Quilombo Mesquita (GO). O diagnóstico é parte da iniciativa da CONAQ, Ecam e parceiros.

Cadeias produtivas envolvem a organização das etapas de produção, que vão desde a realização da produção até a comercialização, onde a matéria prima e o trabalho aplicado na sua transformação geram bens e/ou serviços, geralmente dentro de um território geograficamente definido.

O resultado do diagnóstico demonstra que a produção familiar quilombola é fundamental para a garantia da segurança alimentar nos territórios quilombolas com diversidade e qualidade. Pode-se verificar que a produção se concentra em vegetais in natura, como feijão, milho, mandioca e hortaliças, e a produção animal é praticada em menor escala, voltada, em sua maioria, para o consumo. As etapas de beneficiamento e comercialização precisam ser fortalecidas, o que poderá melhorar a renda das famílias quilombolas.

É importante ressaltar que a organização produtiva rural quilombola é afetada diretamente pelo racismo estrutural da sociedade e do Estado brasileiro, que não findou com o processo de encerramento formal da escravização do povo negro no Brasil. Muitos territórios quilombolas não possuem acesso à infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas cadeias produtivas, tais como acesso à energia elétrica e estradas de qualidade, para apoiar no escoamento e comercialização da produção, assistência técnica continuada, acesso a créditos e financiamentos, entre outros fatores.

A cadeia produtiva da agricultura familiar quilombola deve ser compreendida dentro do segmento da economia solidária, pelas suas características intrínsecas à organização social das comunidades quilombolas, que reforçam laços de solidariedade, produção em território coletivo e organização das associações comunitárias.

A economia solidária se apresenta por um conjunto de ações que buscam garantir que a qualidade de vida seja o objetivo final dos processos econômicos. Segundo o Plano Nacional de Economia Solidária (2015/2019)¹, essas iniciativas de economia solidária surgem como estratégias de dinamização socioeconômica, visando o fortalecimento do desenvolvimento local e territorial sustentável, na perspectiva de promover a coesão social e a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente.

O Plano também apresenta que os empreendimentos econômicos solidários enfrentam grandes barreiras institucionais, que limitam a plena expansão de suas potencialidades. A partir dos

¹ http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

dados deste diagnóstico, reforça-se que este cenário também é desafiador para as comunidades quilombolas.

As organizações da agricultura familiar quilombola no Brasil encontram dificuldades na adequação às normas legais, que determinam os requisitos necessários de qualidade da produção para comercialização. Exigências como tributação e adequação às normas de vigilância sanitária para o processamento de alimentos, interferem, diretamente, na impossibilidade de comercialização e de geração de renda dessas comunidades. Para a superação destes desafios, é fundamental a organização das comunidades e também o olhar diferenciado das políticas públicas para a realidade dos territórios quilombolas.

Dentre os desafios a serem superados, está a comercialização da produção em mercados justos. No Brasil, existem políticas públicas para auxiliar a agricultura familiar a superar as barreiras da comercialização, dentre as políticas estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programas de compras públicas que surgem com o intuito de garantir a inserção da agricultura familiar pouco tecnificada no mercado, mas ao mesmo tempo também induzem a organização social, a partir do requisito de adequação das organizações comunitárias para o acesso aos programas. A criação dos PAA e PNAE é fruto da organização e da luta dos movimentos sociais, como da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), por políticas públicas que sejam instrumentos para a organização produtiva da agricultura familiar.

As normas de acesso aos programas de organização produtiva, como o PAA e o PNAE, apresentam a necessidade de apresentação de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Algumas modalidades mais elaboradas de programas de comercialização só podem ser acessadas por associações ou cooperativas através da apresentação de uma DAP Jurídica, que é um instrumento que caracteriza pessoas jurídicas da agricultura familiar.

Mas a DAP Jurídica não possui uma identificação específica para organizações quilombolas, sendo fundamental identificar quais são as dificuldades que as organizações da agricultura familiar quilombola têm enfrentado para a emissão da DAP Jurídica. Este mapeamento dos desafios está inserido no presente diagnóstico.

Com o diagnóstico, pode-se identificar a diversidade da produção familiar quilombola, o estágio de organização produtiva que as associações se encontram, por meio da sistematização das operações produtivas e produtos apresentados, e as dificuldades enfrentadas para a produção, beneficiamento e comercialização. O diagnóstico oferece uma riqueza de dados que possibilita reflexões e planejamento de ações da CONAQ e parceiros, para fortalecer a organização produtiva e autonomia econômica das comunidades quilombolas.

O diagnóstico das cadeias produtivas surge com o objetivo de sistematizar dados e informações, sobre a diversidade e potencialidade da produção nos quilombos da pesquisa, e também os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas para o desenvolvimento e fortalecimento da produção da agricultura familiar quilombola.

METODOLOGIA

O diagnóstico envolveu comunidades quilombolas dos biomas Cerrado e Caatinga, de 06 estados, a saber: Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Tocantins e também o Quilombo Mesquita (GO). O estudo foi realizado por meio de dados secundários e primários, levantados e validados pelos articuladores estaduais da CONAQ, no âmbito do projeto.

O diagnóstico possui duas frentes de análise: a primeira é sobre a situação de acesso à DAP Jurídica pelas organizações comunitárias, bem como o mapeamento dos principais desafios. A segunda é composta pela análise dos dados levantados sobre a produção da agricultura familiar quilombola.

Na primeira frente, o objetivo foi compreender o universo das organizações da agricultura familiar quilombola que possuem DAP Jurídica, além de suas principais dificuldades no acesso. Para tanto, foi entregue aos articuladores dos estados uma lista de organizações da agricultura familiar que possuem a DAP Jurídica, para a identificar se algumas destas organizações eram quilombolas ou possuíam quilombolas cooperados/associados. Além disso, os(as) articuladores(as) mapearam outras organizações (com ou sem DAP Jurídica) que identificaram como importantes para o movimento quilombola nos estados. A partir do mapeamento, foi realizado um levantamento das 03 principais dificuldades destas organizações em relação a produção da agricultura familiar quilombola.

Na segunda frente, o objetivo foi identificar aspectos da produção da agricultura familiar quilombola, que vai desde a estrutura física das organizações representativas² até a análise das informações sobre produção, beneficiamento e comercialização da produção, assim como os seus desafios. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas, remotamente, pelos articuladores quilombolas nos estados da iniciativa.

Por meio das informações levantadas, junto à 211 comunidades/organizações da agricultura familiar quilombola nos estados, foi possível caracterizar a estrutura e diversidade da cadeia produtiva da agricultura familiar quilombola, bem como suas potencialidades e possibilidades de inserção dos produtos da agricultura familiar quilombola em mercados com responsabilidade socioambiental.

Os dados estão apresentados na primeira parte de forma conjunta, ou seja, com os dados dos estados aglomerados. Em seguida, tem-se a apresentação e análise dos dados de forma separada por estado.

A definição das associações/comunidades da pesquisa se deu a partir de um levantamento prévio de comunidades certificadas nos municípios dos estados da iniciativa, que estão inseridos nos biomas Cerrado e Caatinga, prevendo a aplicação do formulário em ao menos uma comunidade por município. Mesmo com essa definição, não foi possível levantar dados em todos os municípios pré-mapeados, devido à falta de comunicação com algumas comunidades/associações e tendo em vista que a aplicação foi realizada de forma remota por conta da pandemia da COVID-19.

² As organizações da agricultura familiar identificadas no levantamento são associações comunitárias e nenhuma cooperativa quilombola foi identificada na pesquisa.

Mesmo não tendo atingido o quantitativo inicial esperado de entrevistas, os dados aqui apresentados trazem informações fundamentais para uma análise de amostragem para o diagnóstico macro situacional da agricultura familiar quilombola nos estados alvos do projeto.

1. Organizações da Agricultura Familiar Quilombola com DAP Jurídica

Durante o levantamento de dados do diagnóstico, foram identificadas quantas e quais são as organizações que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica por estado e, em alguns casos, o quantitativo de organizações quilombolas que não possuem DAP Jurídica, mas que são importantes para constar no estudo, visando inclusive o fortalecimento e criação dessa ação em etapas futuras.

O levantamento foi realizado pelos articuladores(as) quilombolas. Importante ressaltar que não se pretendeu levantar informações de todas as organizações quilombolas dos estados, mas sim apresentar um exercício de identificação de organizações com DAP Jurídica inseridas nos estados do levantamento, localizados nos biomas Caatinga e Cerrado, assim como seus principais desafios relacionados à agricultura familiar quilombola.

O levantamento identificou apenas associações e nenhuma cooperativa. Verifica-se que houve uma alta incidência de “Não sabe” nas respostas sobre a situação de DAP das organizações comunitárias (Tabela 1), situação que ocorreu quando não foi possível o contato com algum representante da organização, não sendo viável verificar também se é uma DAP Jurídica de organização quilombola.

Tabela 1: Organizações da Agricultura Familiar Quilombola com DAP Jurídica por estado

Estado	Nº de organizações Quilombola Sem DAP Jurídica	Nº de organizações Quilombola com DAP Jurídica	Nº de DAP de organizações Não Quilombola com presença de Quilombolas	Nº de DAP de organizações “Não sabe” se são Quilombolas
BA	0	78	0	0
GO	1	0	04	67
MA	19	02	0	37
MG	12	10	0	5
MT	14	05	0	0
PB	-	03	01	01
TO	10	02	-	-

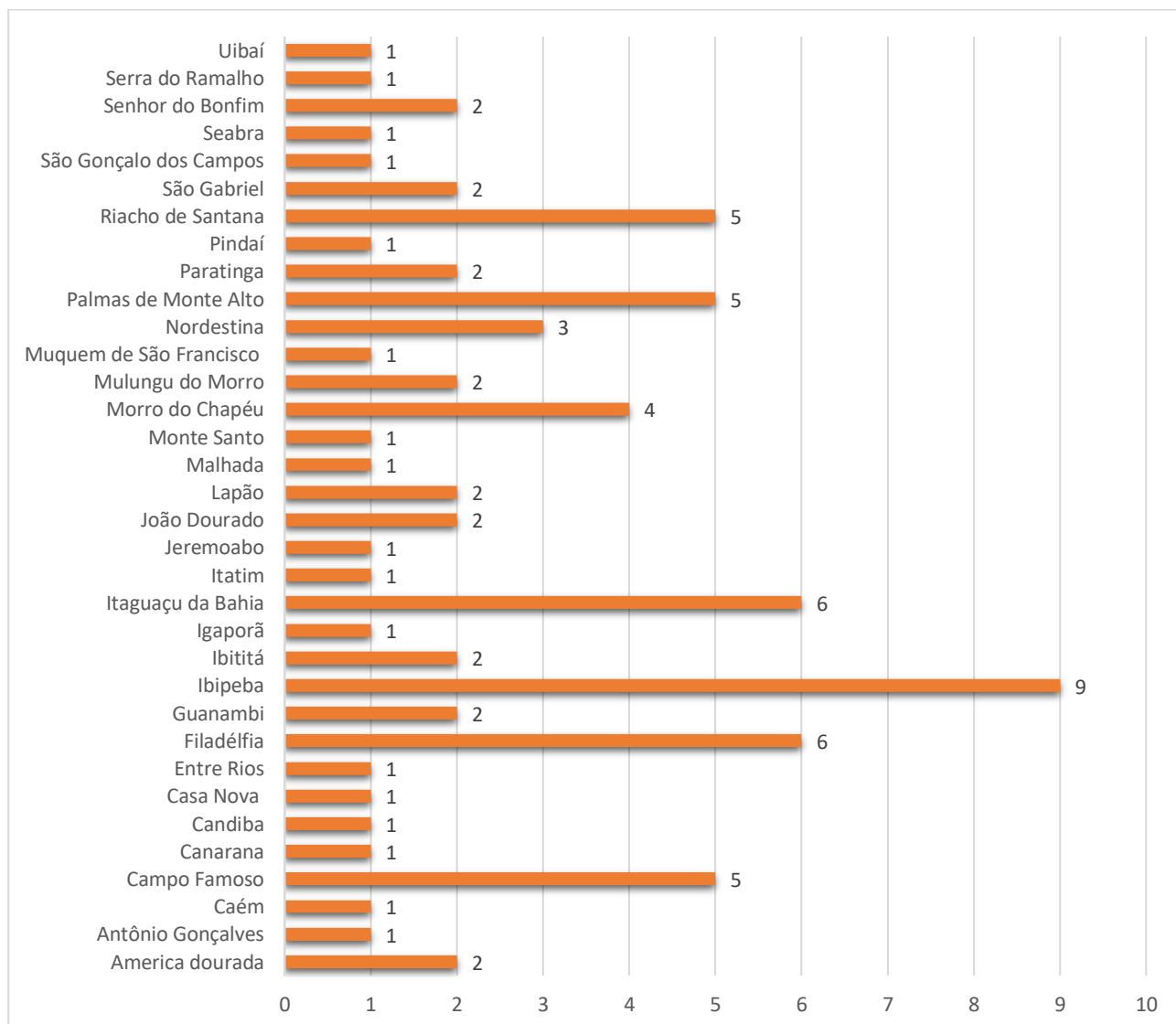
Legenda: “-” dado não apresentado.

Os resultados evidenciam que nos estados de GO, MA, MG, MT, PB e TO, o movimento estadual quilombola deve buscar apoiar as associações a superarem o desafio de obtenção da DAP Jurídica, que é uma ferramenta importante para ampliar o acesso a canais de comercialização dos produtos e a integração das famílias em processos de desenvolvimento econômico.

Já o estado da Bahia apresenta 78 associações da agricultura familiar quilombola com a DAP Jurídica, o que permite que a organização produtiva da agricultura familiar no estado planeje passos mais estruturados na organização da sua cadeia produtiva, como a criação de uma cooperativa. No estado, todas as associações identificadas estão inseridas no bioma Caatinga e distribuídas por 35

diferentes municípios (Gráfico 1), com destaque para o município de Ibipeba que concentra 09 associações quilombolas com DAP Jurídica.

Gráfico 1: Associações quilombolas com DAP Jurídica por município/Bahia

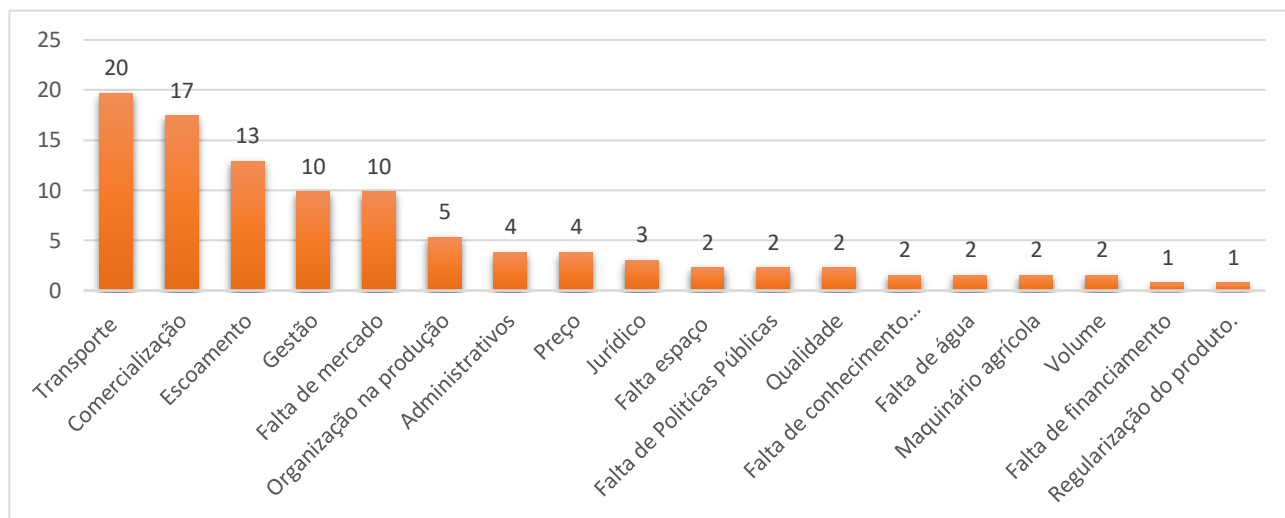


A falta da DAP Jurídica impede a participação em processos de comercialização que necessitem deste documento, como a modalidade do PAA de “Apoio à Formação de Estoques”, que pode ser acessada apenas por organizações da agricultura familiar com DAP Jurídica, e editais de compras da iniciativa privada que priorizam a compra de produtos da agricultura familiar.

As organizações identificadas nos estados estão inseridas no bioma Cerrado, uma das savanas mais biodiversas do planeta, e na Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro. O acesso à DAP Jurídica pode melhorar a renda destas famílias quilombolas rurais e conseqüentemente na conservação dos biomas Cerrado e Caatinga nos territórios quilombolas.

As dificuldades apontadas como maiores entraves ao desenvolvimento das cadeias produtivas pelas associações na tabela de DAP, são a comercialização e o escoamento (Gráfico 2), operações que dependem também de maior estruturação e gestão financeira por parte destas organizações.

Gráfico 02: Principais dificuldades para a produção da agricultura familiar quilombola



A comercialização é um grande desafio para o desenvolvimento econômico destas comunidades que, diante das dificuldades, terminam por entregar a sua produção por baixos preços aos atravessadores. O desafio de comercializar a produção tem relação direta com as dificuldades de escoamento, seja por má qualidade das estradas ou por falta de transporte.

2. Comunidades e organizações comunitárias da pesquisa

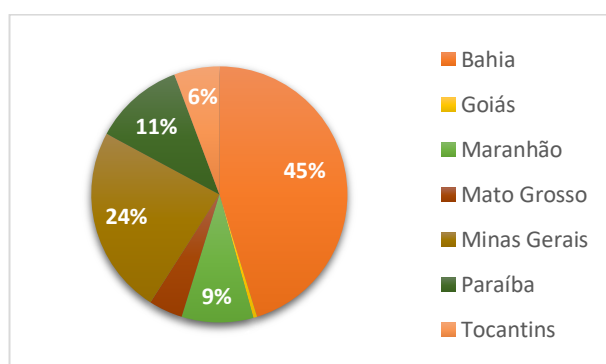
Ao todo, 211 comunidades/associações participaram do levantamento (Tabela 2). Dentre os estados, Bahia, Minas Gerais, Paraíba e Maranhão se destacam pelo número de organizações quilombolas formalizadas e atuantes. Essa representatividade está relacionada, entre outros fatores, pela organização e presença do movimento social quilombola junto às comunidades, e pela implementação de políticas públicas de fortalecimento da organização social e produtiva das comunidades quilombolas.

A definição para o levantamento de dados considerou o quantitativo de comunidades quilombolas certificadas nos estados, nos biomas Cerrado e Caatinga. Dessa forma, têm-se diferentes números de entrevistas para cada estado (Gráfico 3).

Tabela 2: Número de associações participantes da pesquisa

Estado	Nº de associações
Bahia	95
Goiás	1
Maranhão	19
Mato Grosso	9
Minas Gerais	50
Paraíba	24
Tocantins	12

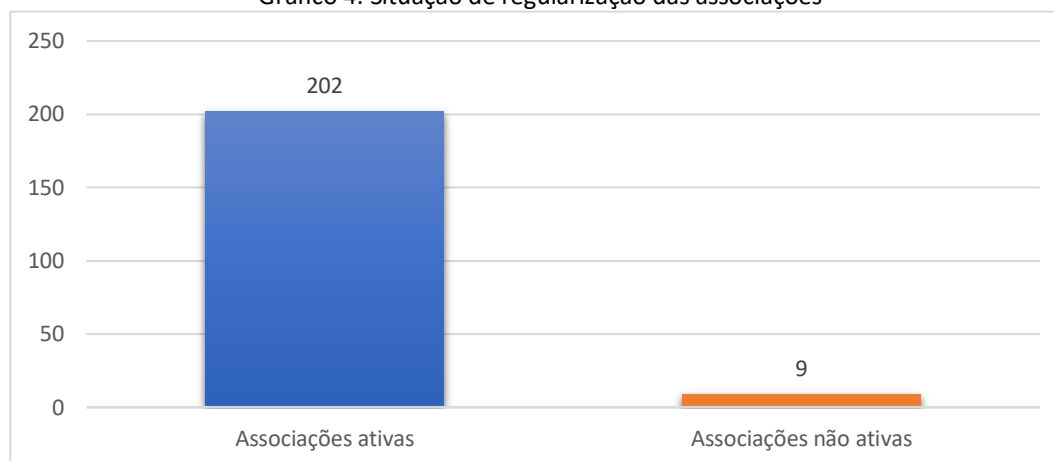
Gráfico 3: Porcentagem de associações/comunidades entrevistadas em cada estado



2.1. Situação de regularização das organizações comunitárias

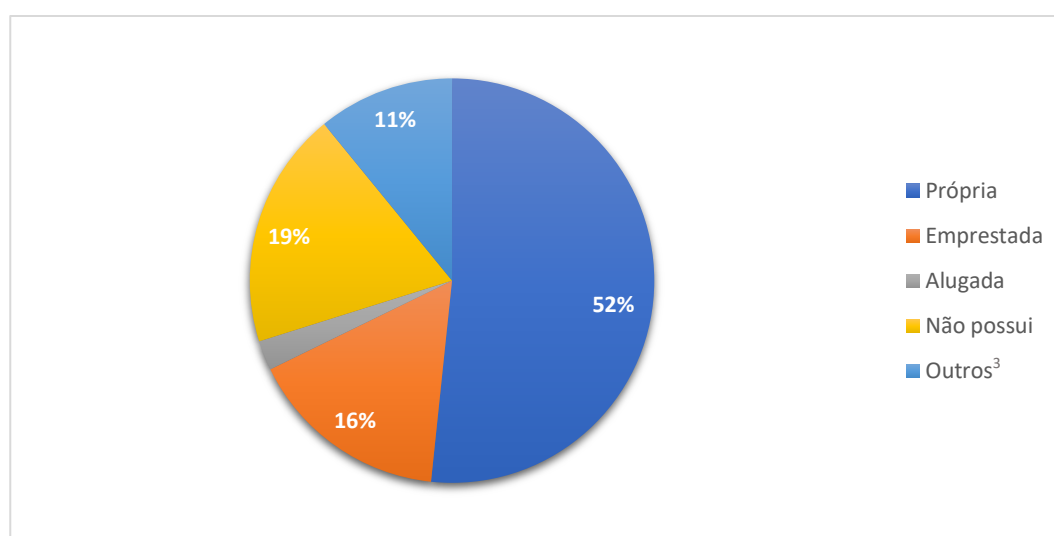
A regularidade das associações foi um dos elementos verificados no levantamento (Gráfico 4). Este dado é importante para entender o quanto as dificuldades organizacionais afetam estas associações, inclusive no acesso às políticas públicas de organização social e produtiva.

Gráfico 4: Situação de regularização das associações



Sobre a infraestrutura relacionada à sede das associações, o levantamento aponta que mais da metade das organizações possuem sede própria (Gráfico 5).

Gráfico 5: Número de associações com sede própria, alugada ou emprestada

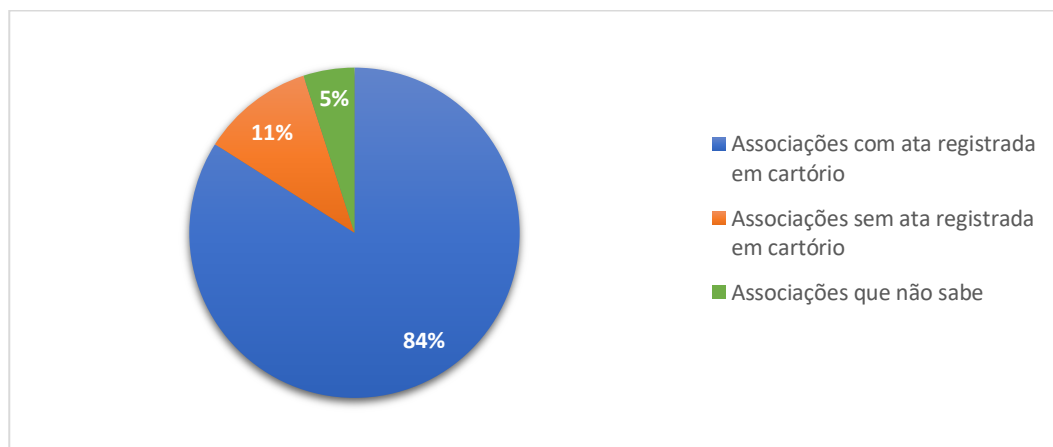


A alta porcentagem de organizações, com sede própria, pode estar relacionada ao local onde a associação se situa, que muitas vezes é na própria comunidade, com construções, em sua maioria, realizadas por mutirões comunitários e com recursos próprios dos associados/comunitários. As organizações que se localizam fora das comunidades, seja por acesso à comunicação, como internet e/ou telefone, ou pelo acesso às instituições, as quais fazem frequentes articulações, enfrentam o desafio de manter o espaço, com despesas de aluguel, manutenção, segurança, etc.

³ "Outros": as 24 associações que responderam outros estão detalhadas na análise dos dados de cada estado, sendo 12 delas na Bahia, 07 na Paraíba, 02 no Maranhão, 02 em Minas Gerais e 01 em Tocantins

O levantamento também identificou as associações que registraram ou não a ata da sua última assembleia em cartório (Gráfico 6). As 211 associações responderam sobre esta questão.

Gráfico 6: Associações com ata registrada em cartório



Muitas vezes a falta do registro em cartório se dá pela distância da sede dos municípios e pela má condição de deslocamento (seja pela qualidade ruim das estradas, por falta de transporte ou por recursos financeiros). Sem os devidos registros, as associações têm dificuldade no acesso a editais, projetos e políticas públicas de organização produtiva. É necessário estruturar apoio no planejamento das associações e também apoios específicos relacionados à logística, tendo em vista a distância dos centros urbanos.

2.2. Organização financeira

A organização financeira das associações é fundamental para entender os desafios de gestão e conhecimento sobre as tributações. Sobre as dívidas das organizações participantes do levantamento (Gráfico 7), percebe-se que estas transitam entre Receita Federal, impostos, água e luz (Tabela 3), que impactam diretamente no funcionamento das associações.

Gráfico 7: Situação de dívidas das associações

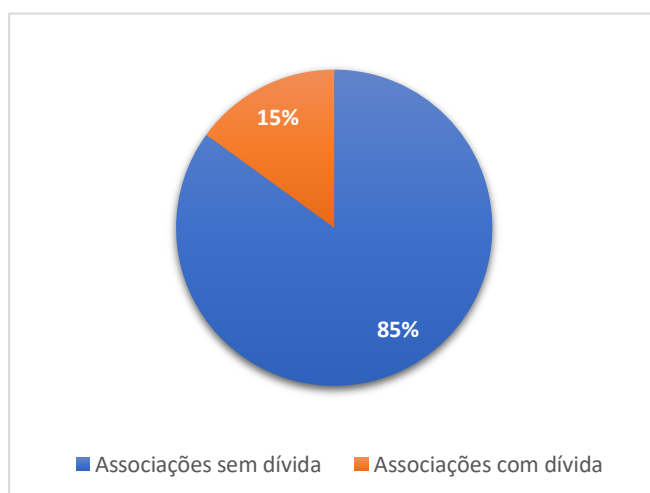


Tabela 3: Tipo de dívidas das associações

Tipo de dívida	Nº de associações que declararam possuir dívidas
Receita Federal	12
Impostos	7
Água	5
Luz	5

Como observado, as dívidas são de natureza administrativa. O fortalecimento institucional, envolvendo também recursos financeiros, é o principal mecanismo para a resolução da inadimplência das organizações, possibilitando, também, o acesso e participação em projetos e editais voltados a sua organização social e produtiva.

3. Organização Produtiva da Agricultura Familiar Quilombola

A agricultura familiar no Brasil, de acordo com o censo agropecuário de 2017, é responsável por grande parte da cesta de alimentos da sociedade brasileira, sendo 48% do valor de produção de café e banana, 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão⁴. No Brasil, a agricultura familiar é composta por diversos segmentos, mas nos dados do censo não é possível identificar a produção específica da agricultura familiar quilombola.

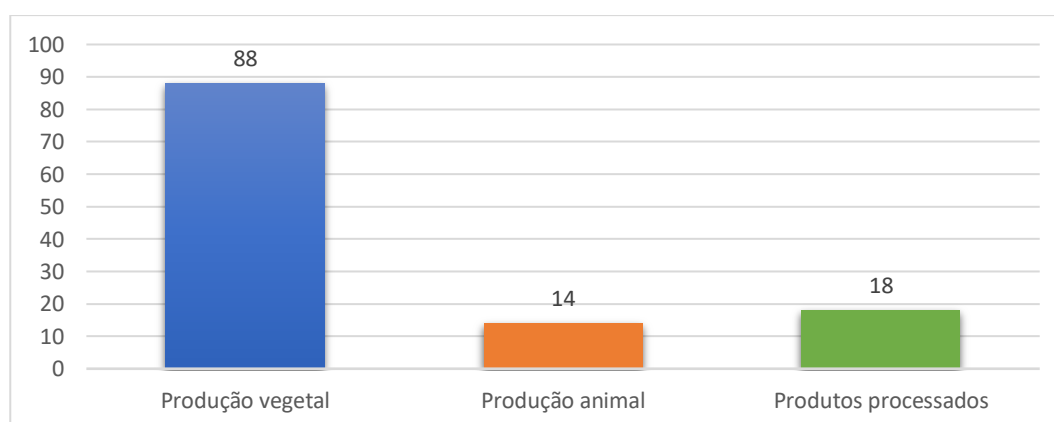
Os dados do levantamento aqui apresentados são inéditos e de grande importância, pois apresentam informações sobre a diversidade de produção das comunidades quilombolas nos estados da iniciativa inseridos em dois importantes biomas.

Importante ressaltar que as comunidades quilombolas, além de trazerem uma enorme contribuição para a segurança alimentar dos territórios onde estão inseridas, também fornecem alimentos para os municípios próximos, contribuindo com a alimentação da população em geral. É necessário dar visibilidade a esta produção e seus impactos positivos na sociedade.

3.1. Produção Quilombola

O levantamento identificou a diversidade da produção das 211 associações da pesquisa, distribuídas em produção vegetal, animal e produtos processados (Gráfico 8), além dos principais produtos (Gráfico 9) e a porcentagem de comercialização dos principais produtos vegetais (Gráfico 10).

Gráfico 8: Diversidade da produção



⁴<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>

Gráfico 9: Principais produtos vegetais cultivados

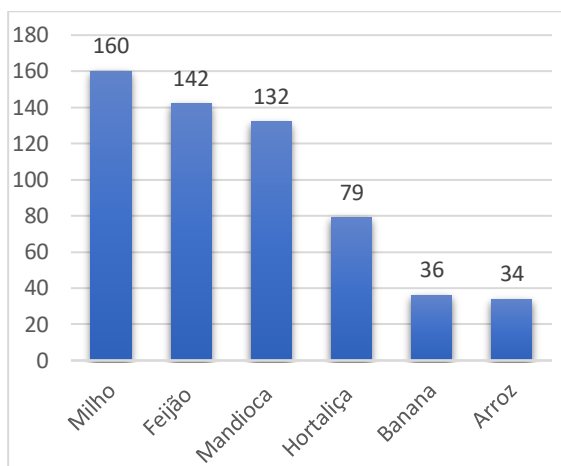
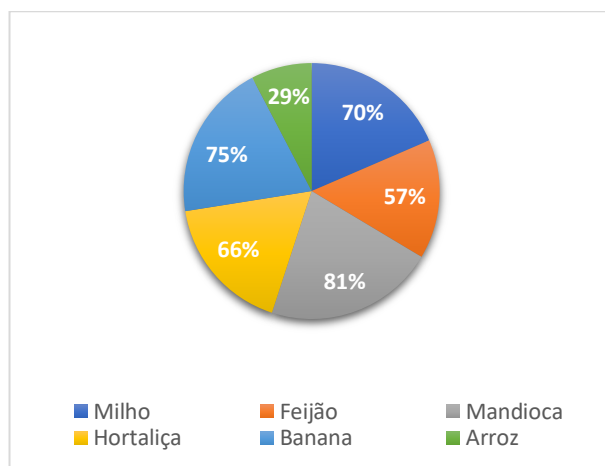
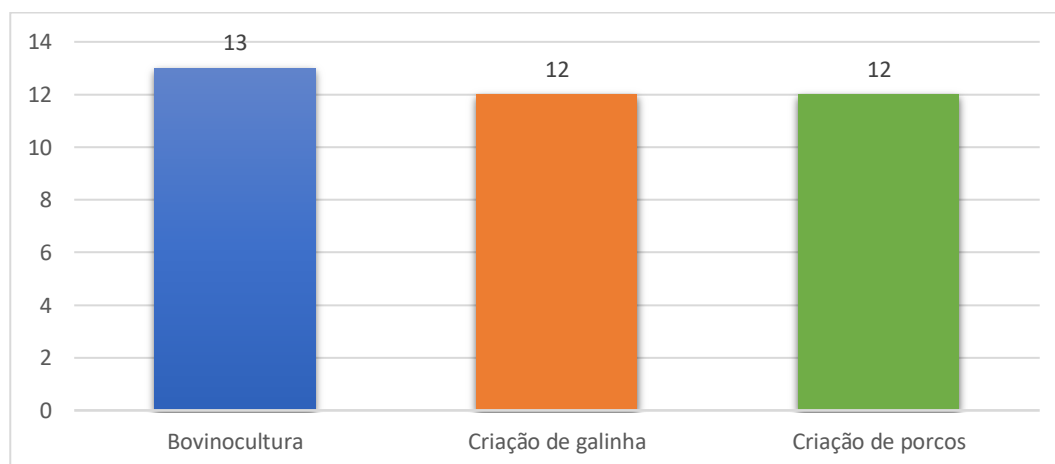


Gráfico 10: Principais produtos vegetais comercializados



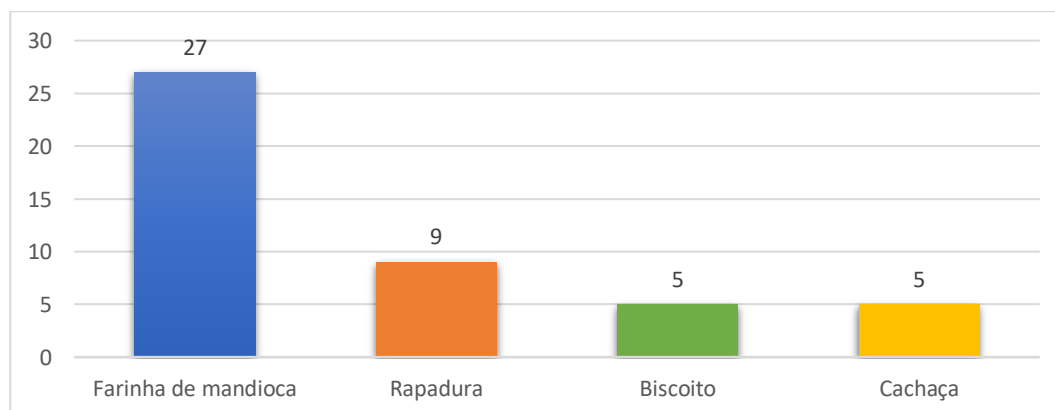
Sobre a produção animal (Gráfico 11), a bovinocultura é destinada prioritariamente para o autoconsumo, apenas 02 associações declaram comercializar sua produção. Os pequenos animais, como galinhas e suínos, são comercializados por todas as associações que possuem criação.

Gráfico 11: Produção animal



Sobre o beneficiamento da produção, verificou-se quais produtos são beneficiados na comunidade (Gráfico 12) e qual a destinação dessa produção. Todos os produtos beneficiados são voltados ao autoconsumo e todas as associações declaram comercializar seu excedente.

Gráfico 12: Principais produtos beneficiados



Os resultados sobre a diversidade de produção demonstram que a produção é voltada, principalmente, para a garantia da segurança alimentar, e a comercialização é realizada sob o excedente da produção. Para que ocorra o aumento dos ganhos econômicos da produção da agricultura familiar quilombola, é necessário o aprimoramento das etapas de beneficiamento da cadeia produtiva para a agregação de valor na produção.

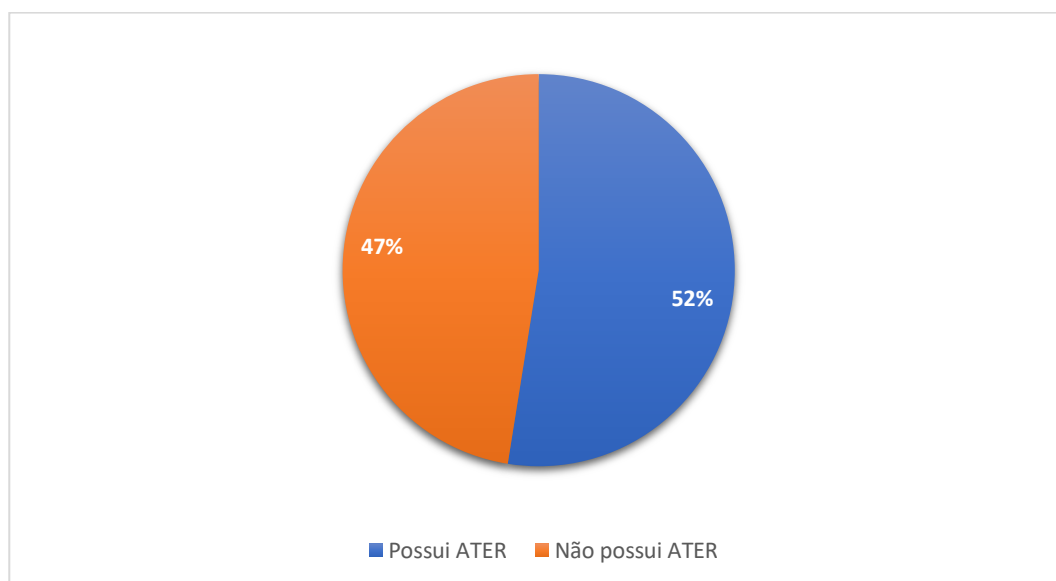
3.2. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é de grande importância para o desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar. No Brasil, as ações de ATER são organizadas a partir da política nacional de ATER⁵, construída com o protagonismo da sociedade civil através dos movimentos sociais rurais do Brasil, inclusive a CONAQ. A política nacional de ATER diz que:

Artigo 2º: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Sobre ATER (Gráfico 13), das 211 associações, 110 responderam ter acesso aos serviços de ATER e 100 não têm o acesso e apenas 1 não soube responder.

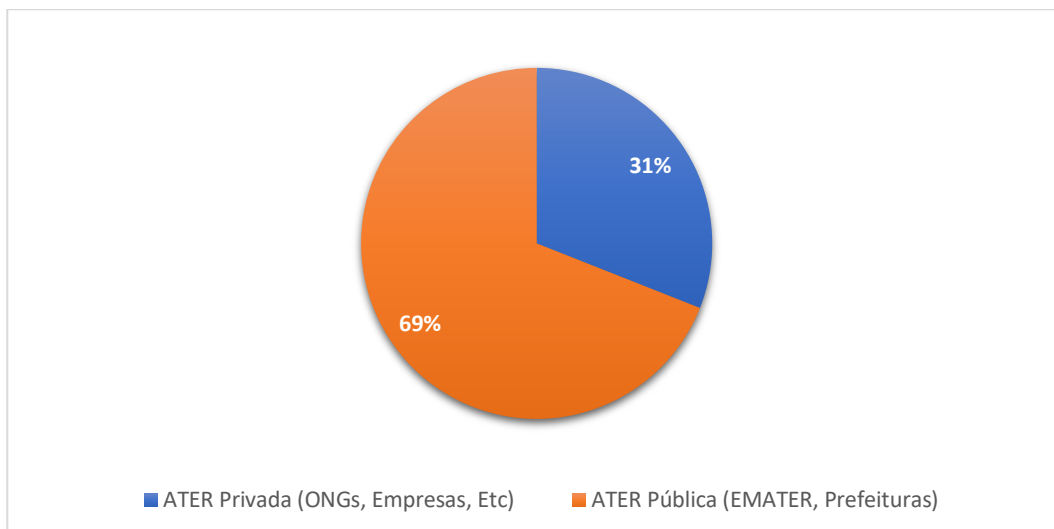
Gráfico 13: Acesso à ATER



Dentre as 110 associações que tiveram acesso aos serviços de ATER, foi verificado se o serviço foi prestado por órgão público ou privado (Gráfico 14).

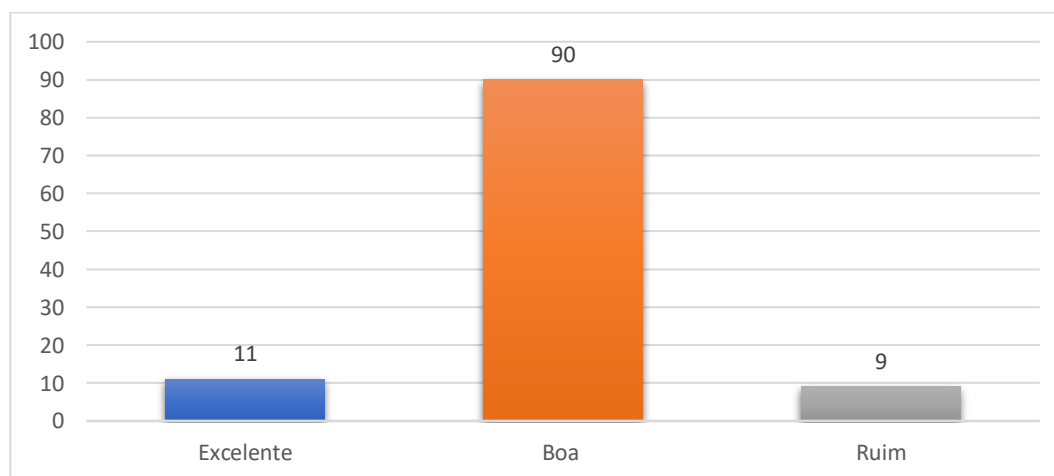
⁵ Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

Gráfico 14: Origem da ATER



Dentre as organizações que acessam a ATER pública, 45 são via os órgãos estaduais de assistência técnica e extensão rural, conhecidos como EMATERs, e 31 via prefeituras municipais. Também foi questionado sobre a qualidade dos serviços de ATER, cujas associações responderam entre excelente, boa e ruim (Gráfico 15).

Gráfico 15: Qualidade dos serviços de ATER



Ter acesso aos serviços de ATER é de suma importância para o desenvolvimento da organização produtiva da agricultura familiar quilombola. A ATER auxilia a superar desafios, como os entraves para o acesso à DAP Jurídica, apoia na elaboração de propostas para o PAA e o PNAE, etc. É importante frisar as especificidades do serviço de ATER para comunidades quilombolas, que deve assessorar a comunidade nas suas tarefas de organização produtiva, respeitando e valorizando a cultura tradicional e ancestral.

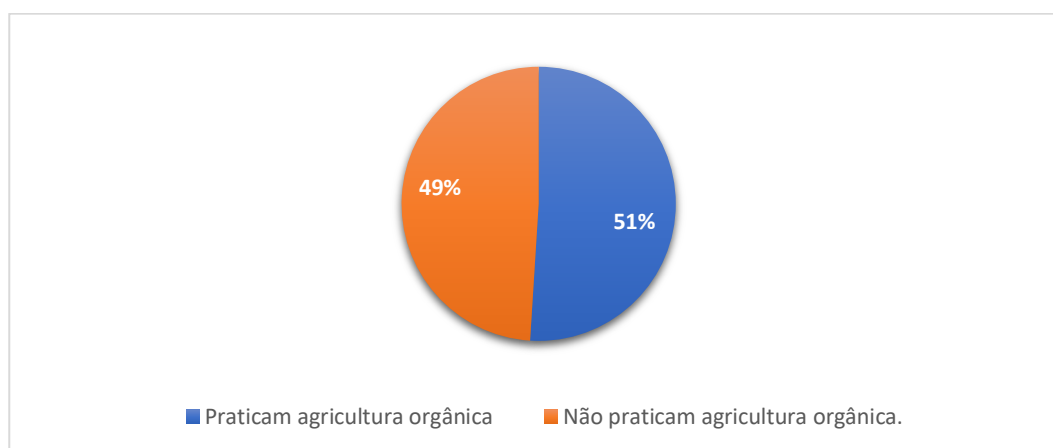
Desde a criação da política nacional de ATER, na última década, as experiências bem sucedidas foram realizadas por todo Brasil e já é possível desenhar modelos de ATER adequados para as comunidades quilombolas. Também é importante a continuidade da prestação de serviços de ATER, infelizmente a falta de investimentos faz com que os serviços sejam descontínuos prejudicando o bom desenvolvimento das ações.

3.3. Métodos de produção

Na produção, são utilizadas práticas e técnicas tradicionais específicas das comunidades quilombolas. O diagnóstico também teve por objetivo identificar alguns pontos específicos sobre o processo produtivo, como a utilização ou não de agrotóxicos, e também sobre a utilização de fertilizantes naturais.

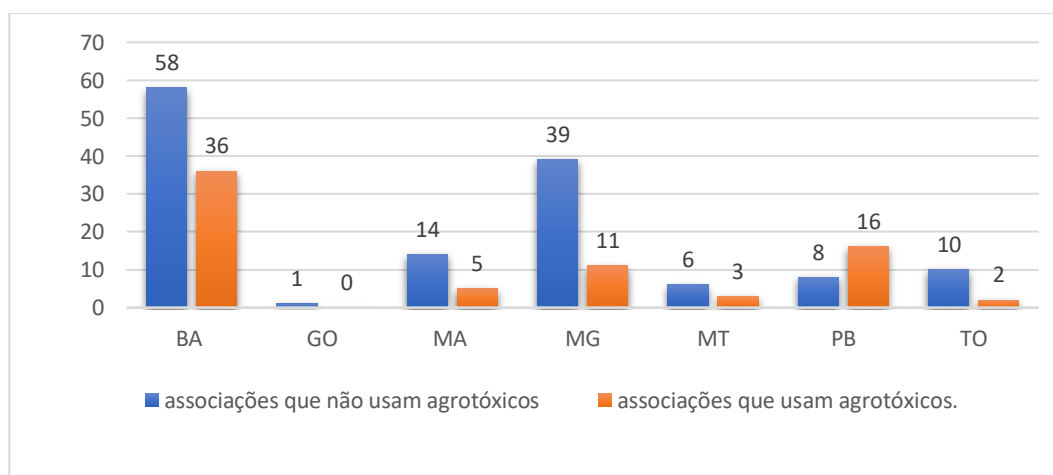
Dentre as associações quilombolas participantes da pesquisa, 146 responderam a pergunta sobre a prática de agricultura, se é orgânica ou não (Gráfico 16). É importante salientar que estas associações não praticam agricultura orgânica, necessariamente, nos moldes dos processos de certificação, mas essa declaração significa que a produção ocorre sem a utilização de agrotóxicos e com as práticas da agricultura tradicional quilombola.

Gráfico 16: Associações/comunidades que praticam agricultura orgânica



Sobre o uso de agrotóxicos, 209 associações responderam. Os dados estão apresentados por estado (Gráfico 17).

Gráfico 17: Uso de agrotóxicos pelas comunidades entrevistadas

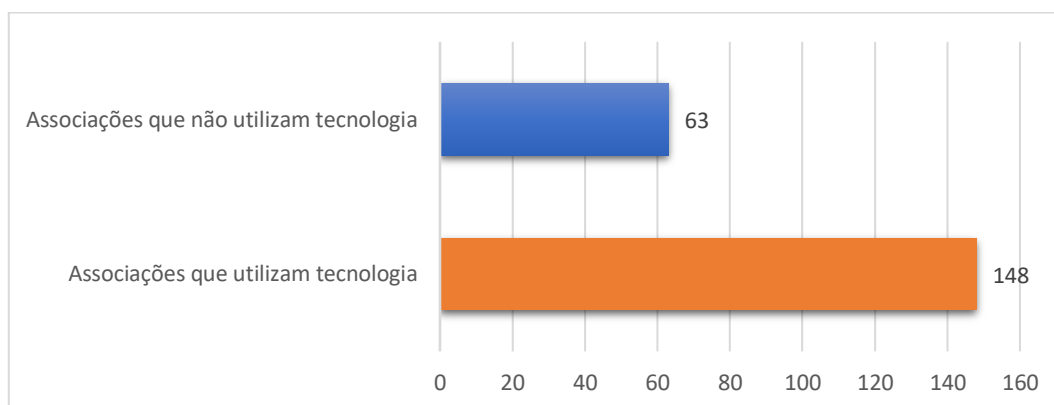


Analisados em conjunto com a informação sobre a prática da agricultura orgânica, pode-se afirmar que predominam, entre as comunidades quilombolas da pesquisa, métodos de produção tradicional sem a utilização de agrotóxicos. Essa informação fortalece a argumentação sobre o protagonismo deste setor da sociedade na produção de alimentos saudáveis.

3.3.1. Utilização de tecnologias na produção

O diagnóstico buscou identificar o uso de tecnologias para a produção familiar quilombola (Gráfico 18), as 211 associações apresentaram respostas. É importante ressaltar que o não uso de tecnologias não é, necessariamente, uma opção, mas sim a falta de acesso. Essa informação, aliada ao dado de que 48% das associações não têm acesso a serviços de ATER, possibilita compreender parte dos desafios que as comunidades quilombolas enfrentam no processo produtivo.

Gráfico 18: Utilização de tecnologias para a produção



As tecnologias utilizadas (Tabela 4) podem ser agrupadas em tecnologias voltadas ao manejo das áreas para plantio (irrigação, trator, etc.) e tecnologias voltadas ao beneficiamento da produção (casa de farinha mecanizada, equipamentos de processamento, etc.).

Tabela 4: Tecnologias utilizadas

Tecnologia de Produção	Nº de associações que utilizam
Irrigação	52
Trator	116
Tração animal	13
Equipamentos para processamento e armazenamento de polpa de frutas	10
Casa de farinha mecanizada	44
Engenho Elétrico	1
Estufa	6
Casa de farinha manual	19

A baixa incorporação tecnológica na produção da agricultura familiar quilombola, demonstra que o plantio e a colheita demandam muito esforço de trabalho, o que impacta nas operações de beneficiamento, comercialização e também na saúde dos(as) agricultores(as) quilombolas.

3.4. Beneficiamento da produção

Foram identificadas comunidades/associações que possuem agroindústria para o beneficiamento da produção, 207 associações responderam e 04 não apresentaram resposta (Gráfico 19). Observa-se que mais de 90% das associações não possuem agroindústria e que comercializam sua produção sem qualquer transformação para agregação de valor. Também foi possível identificar a distribuição destas agroindústrias por estado (Gráfico 20).

Gráfico 19: Agroindústrias quilombolas

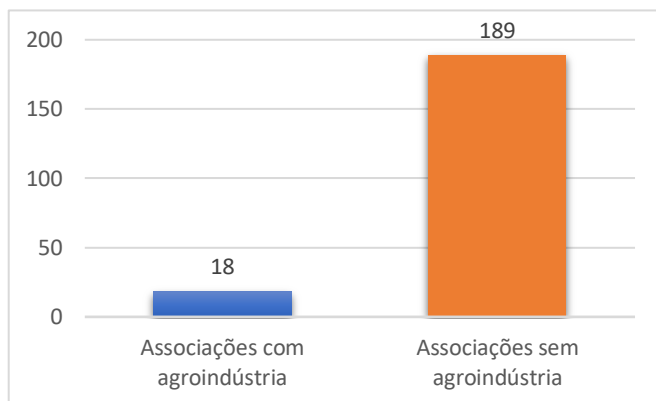
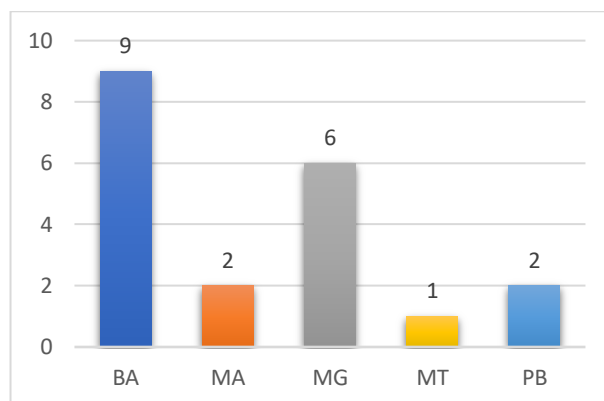


Gráfico 20: Nº de agroindústria quilombola por estado



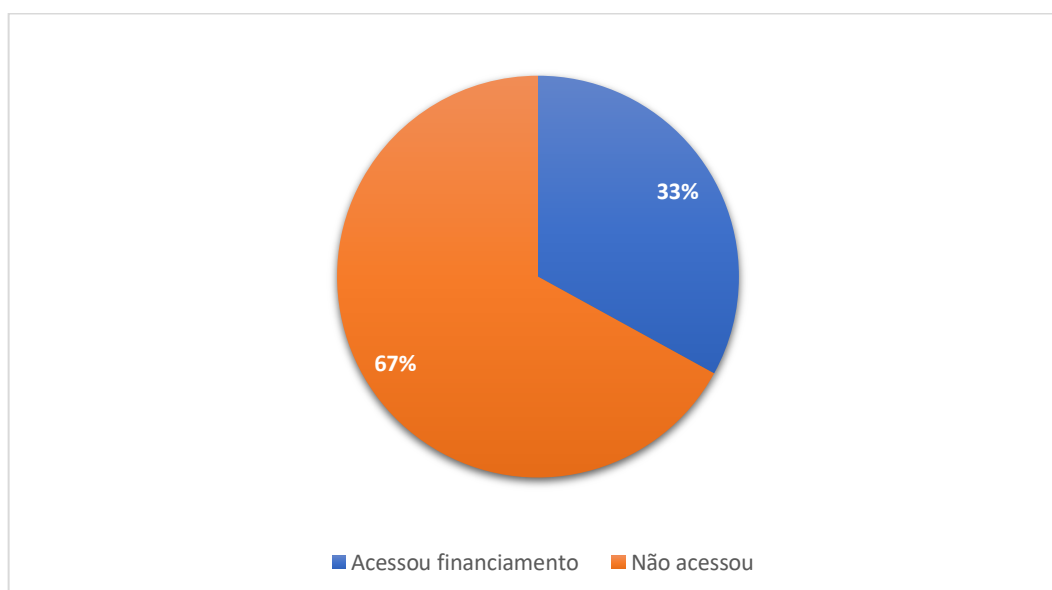
Este resultado, reforça a necessidade de fortalecimento do beneficiamento da produção da agricultura familiar quilombola. As agroindústrias agregam valor à produção e geram trabalho dentro dos territórios quilombolas, auxiliando na diminuição do êxodo dos territórios na busca de emprego em centros urbanos.

3.5. Financiamentos e projetos

Ter linhas de créditos adequadas à realidade das comunidades quilombolas é fundamental para o desenvolvimento das cadeias produtivas, pois os custos das operações de produção e comercialização são, geralmente, elevados. Dentre os custos, destaca-se a produção de embalagens adequadas, adequação às normas da vigilância sanitária, alto custo para o escoamento, entre outros.

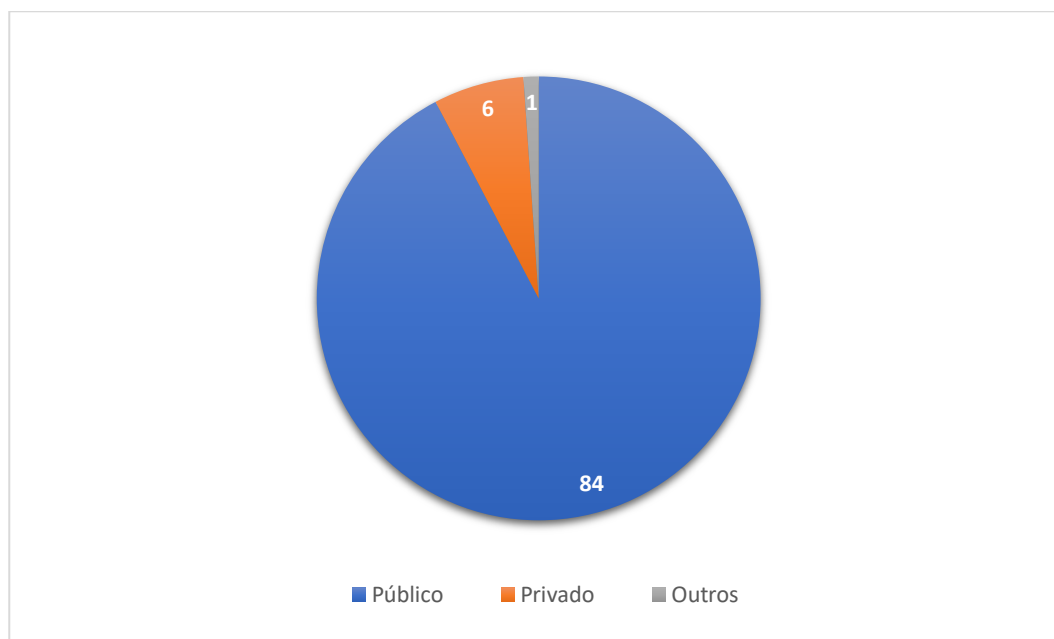
No levantamento, as comunidades/organizações da pesquisa relataram sobre o acesso a financiamentos (Gráfico 21). A maioria declarou não acessar nenhum tipo de financiamento.

Gráfico 21: Acesso a financiamento



Sobre a origem do recurso (Gráfico 22), o levantamento obteve 91 respostas. A maioria das comunidades acessaram via financiamentos públicos.

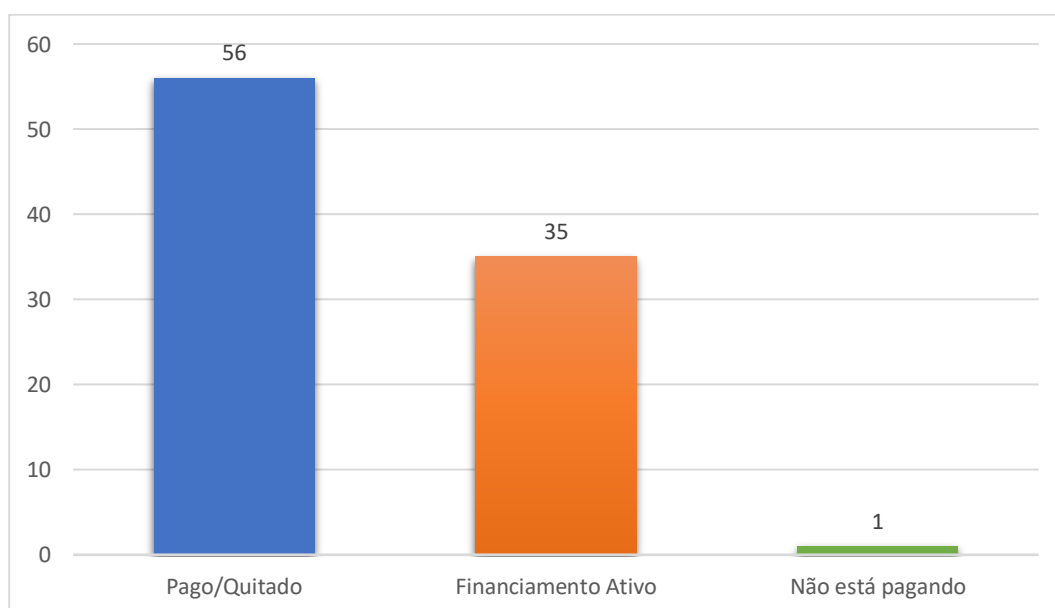
Gráfico 22: Origem dos financiamentos acessados



Dentre os financiamentos públicos, têm-se as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que mesmo sendo menos burocratizadas em comparação às demais linhas de créditos agropecuários, ainda não são de fato acessíveis à grande maioria das comunidades quilombolas.

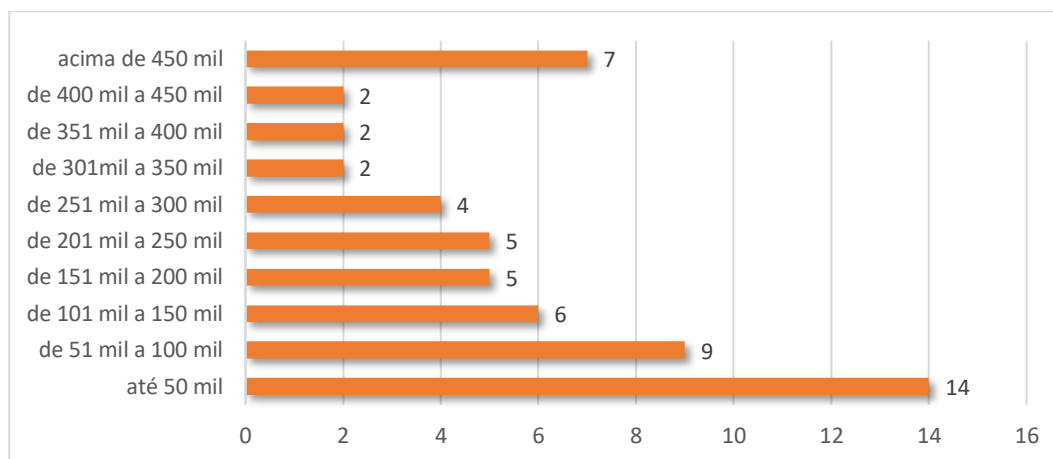
Também foi questionado sobre a atual situação do financiamento (Gráfico 23). Esse dado é importante para entender sobre a estrutura de gestão das organizações, envolvendo também seus processos de prestação de contas.

Gráfico 23: Situação dos financiamentos



Sobre os valores dos financiamentos (Gráfico 24), o questionário obteve 56 respostas, tendo como menor valor R\$2.400,00, para a criação de porcos e galinhas, e o maior valor R\$670.000,00, para projetos de formação para o desenvolvimento econômico das famílias.

Gráfico 24: Número de contratos por faixa de valores



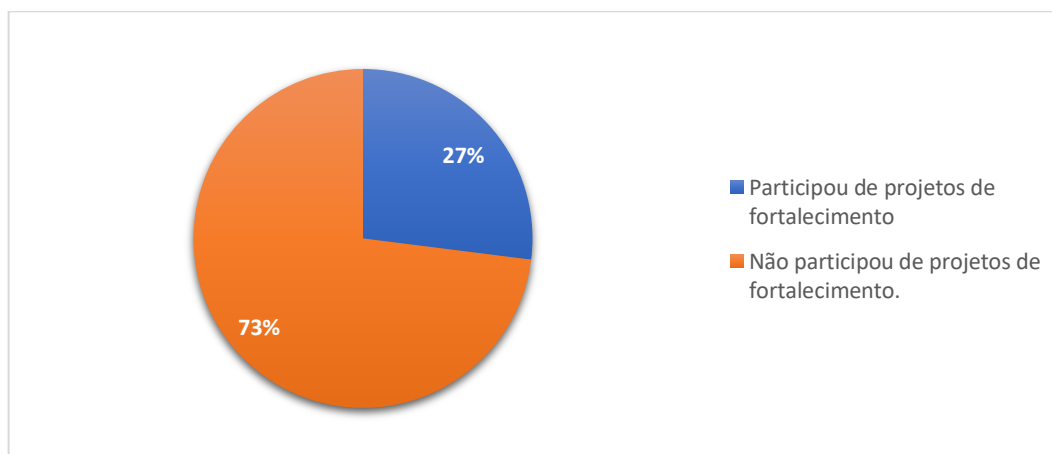
Os bens financiados foram relatados pelas comunidades da pesquisa (Tabela 5). Dentre as informações, destaca-se o uso dos recursos relacionados à agricultura familiar quilombola, como aquisição de equipamentos, infraestrutura, capacitações, etc.

Tabela 5: Tipos de bens financiados

Atividades culturais: tambor de Crioula e Dança do Coco; oficinas de artesanatos; festas religiosas; culinária típica e tradicional; construção de museu; edição do livro impresso da história do quilombo; etc.
Equipamentos para produção: equipamentos para a produção de café; energia solar; forrageira; trator com implemento agrícola; triturador de ração; biodigestor; etc.
Escoamento da produção: aquisição de transporte e barco; etc.
Acesso a água: poço artesiano; sistema de água da comunidade; cisternas; sistema de dessalinização de água; etc.
Infraestrutura para organização: construção da sede; construção de banheiros; etc.
Cursos de formação: apicultura; quintais agroflorestais; organização produtiva; etc.
Pequenas indústrias: equipamento de padaria; cozinha industrial; casa de farinha; máquinas de costura; etc.
Insumos: sementes; compra de animais (galinhas, ovelhas e porcos); etc.

Ainda sobre projetos e financiamentos, foi questionado se as comunidades/associações participaram de projetos ou ações de fortalecimento da agricultura familiar quilombola nos últimos anos (Gráfico 25). Dentre as comunidades/associações pesquisadas, 205 associações responderam a pergunta.

Gráfico 25: Participação em projetos (2019 e 2020)



O dado demonstra que poucas associações participaram de algum projeto ou ação no período mencionado. Os projetos geram benefícios em diversas áreas para as comunidades locais e também para a sociedade como um todo. Fortalecer essas comunidades significa também a melhoria, segurança e soberania alimentar nas comunidades e para toda a sociedade que tem acesso aos alimentos produzidos pela agricultura familiar quilombola.

Nos últimos 5 anos, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), houve uma intensa redução de investimentos em projetos e ações de fortalecimento da agricultura familiar. Em estudo recente⁶, realizado pela CONAQ e Ecam, pôde-se verificar o baixíssimo orçamento do governo federal para as políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

A redução dos investimentos governamentais na agricultura familiar é um dos motivos do retorno do Brasil para o mapa da fome. Segundo nota do Instituto Comida do Amanhã⁷, no meio rural os dados são ainda mais graves: a fome ultrapassa 7% e a insegurança alimentar é ainda mais severa em domicílios chefiados por negros, mulheres e na região do Nordeste.

3.6. Comercialização

A comercialização é a última fase da cadeia de produção e envolve diversas etapas, que vão desde o mapeamento do mercado consumidor até a adequação às normas legais. As operações se apresentam como um desafio que precisa ser superado pelas organizações da agricultura familiar quilombola. As dificuldades de realizar a comercialização de forma direta refletem na renda das comunidades.

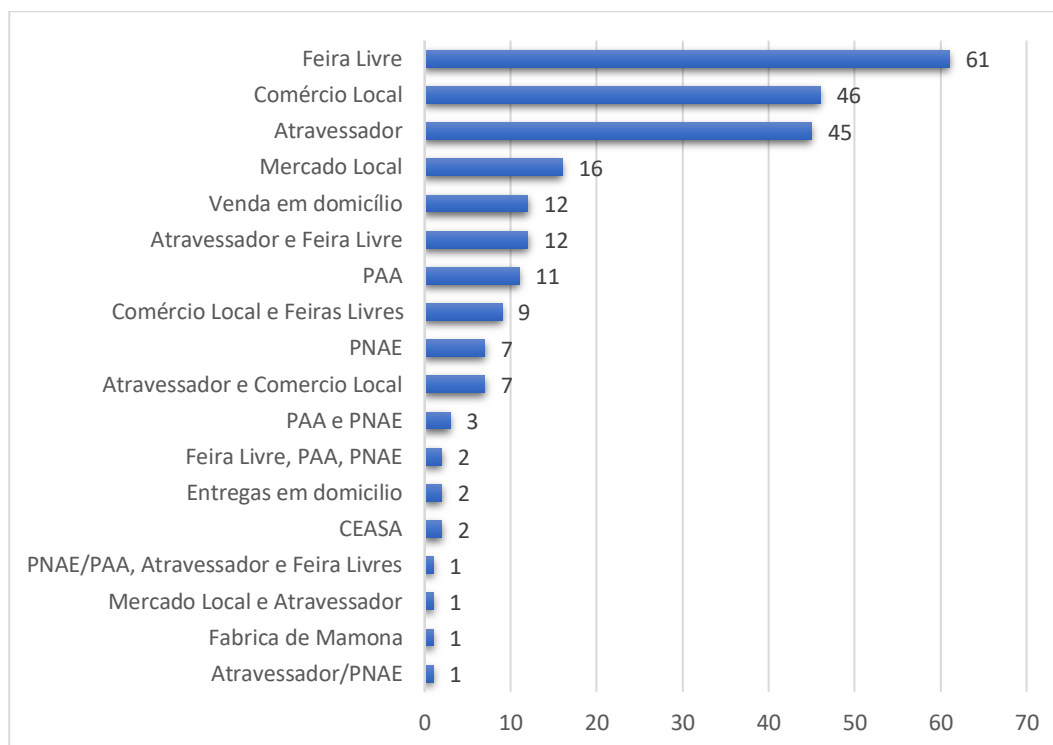
No levantamento, 45 comunidades/organizações relataram que realizaram a comercialização de sua produção por atravessadores. A figura dos atravessadores é comum nas regiões mais isoladas e acabam, muitas vezes, sendo a única opção de comercialização de algumas comunidades. Um dos grandes prejuízos é o baixo preço pago pela produção e a falta da identificação do produto como de origem comunitária quilombola.

As feiras livres, organizadas por organizações da sociedade civil e poder público, aparecem como uma alternativa para superar os desafios da comercialização. Na pesquisa, as organizações elencaram os principais canais de comercialização (Gráfico 26).

⁶ <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Diagnostico-das-politicas-publicas-voltadas-para-a-agricultura-familiar-quilombola.pdf>

⁷ <https://www.comidadoamanha.org/post/o-retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-%C3%A9-inaceit%C3%A1vel-nota-de-rep%C3%BAdio>

Gráfico 26: Canais de comercialização utilizados



Realizar ações que permitam que as comunidades beneficiem sua produção e planejem a comercialização é o principal passo para superar a comercialização via atravessador. Os estudos de mercado também podem apoiar na compreensão de como ampliar os canais de comercialização nos mercados locais.

A comercialização da produção também precisa envolver, além do fortalecimento institucional, a implementação de políticas que permitam o escoamento da produção (com estradas de qualidade) e acesso a insumos básicos para o beneficiamento (como energia e água, por exemplo).

3.7. Mercados Institucionais

Os mercados institucionais, enquanto política pública de apoio à produção da agricultura familiar, surgem como uma proposta de mitigar os desafios presentes na cadeia produtiva (desde a produção até a comercialização).

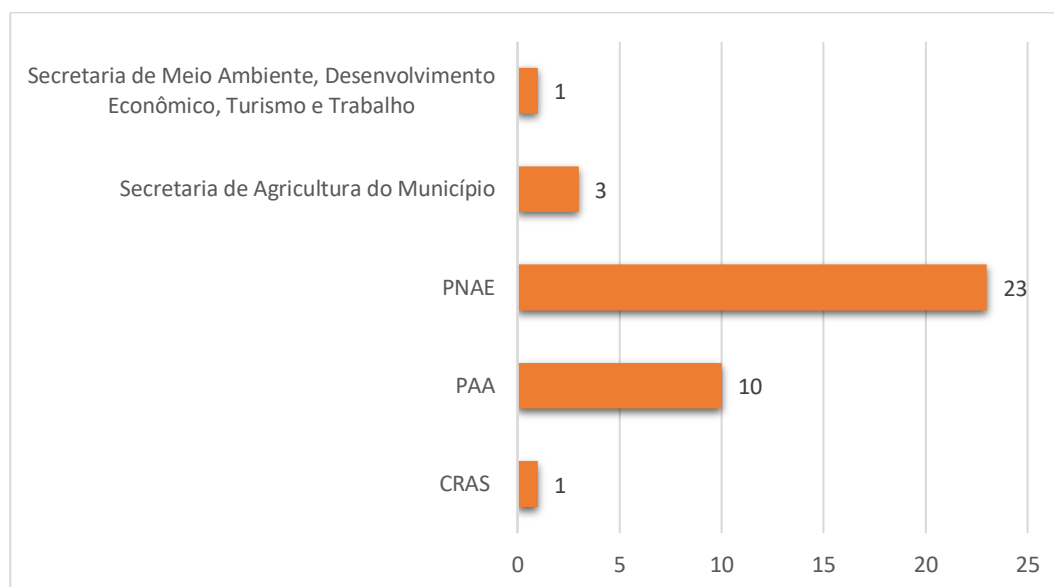
As principais políticas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸, que promove a segurança alimentar e organização econômica da agricultura familiar, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁹, que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes da rede pública de educação básica. A partir do modelo desses programas, foram criadas diversas experiências estaduais e municipais de compras da produção da agricultura familiar.

⁸ https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf.

⁹ <https://www.fnpe.gov.br/programas/pnae>

O diagnóstico levantou informações sobre o acesso aos mercados institucionais (Gráfico 27) e obteve 43 respostas, destacando qual programa ou órgãos municipais que as comunidades acessam para a comercialização, sendo o PNAE o programa mais acessado pelas comunidades da pesquisa.

Gráfico 27: Acesso aos mercados institucionais



O detalhamento dos produtos fornecidos para os programas de compras institucionais está apresentado no resultado detalhado de cada estado participante do levantamento.

Sobre os desafios de acesso a estes programas, foram destacados os de ordem administrativa, como a obtenção de DAP Jurídica, o acesso e resposta aos editais e dificuldades no fluxo da produção. O fortalecimento das organizações, aliado às assessorias técnicas específicas, podem apoiar nestas ações.

3.8. Desafios na produção

No estudo, foram identificadas as dificuldades encontradas pelas associações nas etapas da cadeia produtiva. Essas dificuldades têm diferentes origens e também diferentes ações para o enfrentamento, por exemplo, os problemas da gestão administrativa das associações têm origem na necessidade do fortalecimento das organizações sociais, já problemas como estradas de má qualidade para o escoamento é de outra natureza e tem como origem a falta de investimentos do poder público.

As dificuldades mapeadas foram organizadas em blocos para facilitar o entendimento e o direcionamento de possíveis ações de superação.

O primeiro bloco (Tabela 6) apresenta dificuldades que estão relacionadas à organização e planejamento das associações.

Tabela 6: Dificuldades de organização e planejamento das organizações comunitárias

Dificuldades	Nº de associações
Problemas organizacionais (jurídicos/administrativos)	62
Dificuldades na gestão administrativa	59
Problemas organizacionais (jurídicos/administrativos) + Dificuldades na gestão administrativa	38

Superar estas dificuldades está na escala de ação das comunidades e do movimento quilombola, junto aos parceiros (de diferentes setores). Estes resultados podem também servir como ferramentas de planejamento de ações da CONAQ para apoiar estas associações a superar estas dificuldades administrativas e de gestão.

O segundo bloco (Tabela 7) apresenta as dificuldades de qualidade e de volume de produção e também está na escala de atuação das comunidades, aliadas ao movimento social e instituições parceiras.

Tabela 7: Dificuldades na qualidade e volume da produção

Dificuldades	Nº de associações
Baixa qualidade da produção	47
Baixo volume produzido	86
Baixa qualidade da produção + Baixo volume produzido	28

A qualidade na produção é um importante fator para viabilizar a comercialização e a principal alternativa para superar estas dificuldades é a busca por assessoria técnica adequada à realidade das comunidades e que desenvolva processos contínuos de organização produtiva destas associações.

O terceiro bloco (Tabela 8) evidencia a ausência de políticas públicas estruturantes nos territórios quilombolas, tais como: a acessibilidade por boas estradas e alternativas de escoamento da sua produção.

Tabela 8: Dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção

Dificuldades	Nº de associações
Falta de transporte	140
Baixa qualidade das estradas	124
Falta de transporte + Baixa qualidade das estradas	98

A resolução destas dificuldades requer articulação política para a reivindicação, junto ao poder público, dos direitos das comunidades quilombolas. O Estado precisa garantir que exista infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades sócio produtivas das comunidades.

O quarto bloco (Tabela 9) possui relação direta com todas as etapas da cadeia produtiva, pois um dos motivos dos baixos preços é a baixa qualidade da produção, a falta de agroindústria e a comercialização para atravessadores. Além disso, também existem fatores externos que não estão relacionados apenas à forma de produção ou organização das associações, mas estão relacionados à organização política e econômica do país.

Tabela 9: Dificuldades enfrentadas para a comercialização da produção

Dificuldades	Nº de associações
Baixo preço pago pela produção	112
Falta de mercado comprador	105
Baixo preço pago pela produção + Falta de mercado comprador	71

Existem projetos políticos que valorizam a produção da agricultura familiar como uma ferramenta de segurança alimentar e de emancipação das populações dos campos, das águas e das florestas. Mas também existem projetos que não valorizam a produção da agricultura familiar e tornam a população rural ainda mais vulnerável à macroeconomia global.

4. Cadeia produtiva: resultados por estado

Os estados tiveram números diferentes das entrevistas junto às associações/comunidades, isso ocorre pelo número de comunidades certificadas em cada estado (nos biomas Cerrado e Caatinga), pelo diferente acesso às comunidades e também pela articulação do movimento quilombola em cada estado.

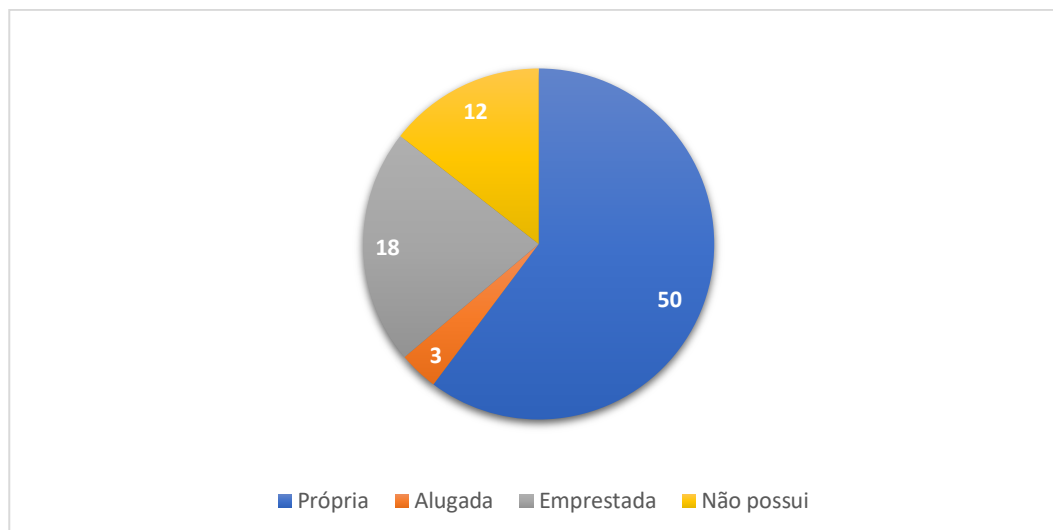
Considerar a especificidade de cada região, estado e comunidade é imprescindível para entender as articulações políticas do próprio movimento quilombola e também dos entes governamentais. Em alguns estados, percebe-se uma maior atuação do poder público junto às comunidades quilombolas, por meio da incidência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

5. Bahia

5.1. Comunidades e organizações comunitárias

Na Bahia, participaram do levantamento 95 organizações/comunidades. A maioria das associações da pesquisa possuem sede própria (Gráfico 28).

Gráfico 28: Situação da sede das associações



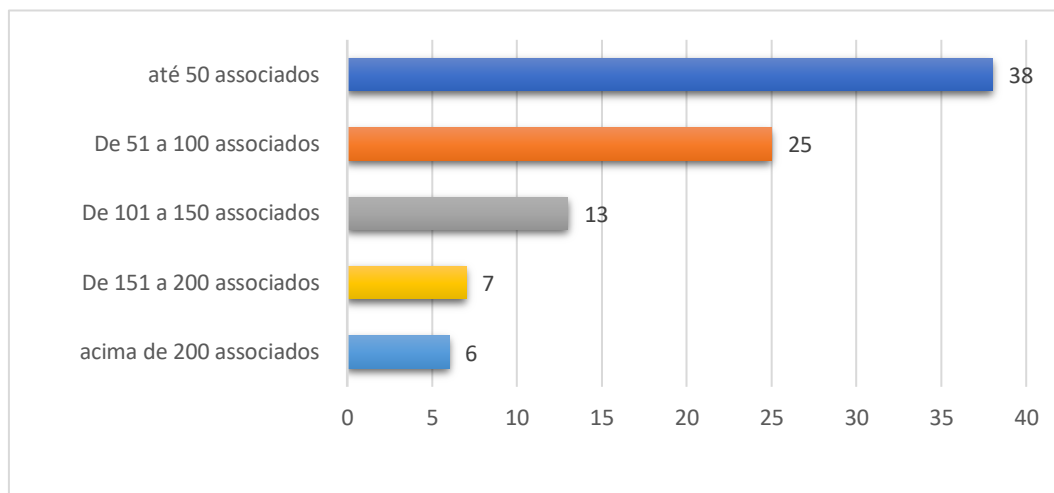
A predominância de sede própria ocorre pelo fato das associações se localizarem em áreas rurais coletivas, facilitando a aquisição da área e a construção da sede. Esta é uma vantagem frente às áreas urbanas.

Sobre a regularidade das associações, o levantamento também mapeou quais organizações estão ativas e quais inativas (Gráfico 29) e também o número de associados (Gráfico 30)

Gráfico 29: Situação de regularização das associações



Gráfico 30: Número de associados(as)



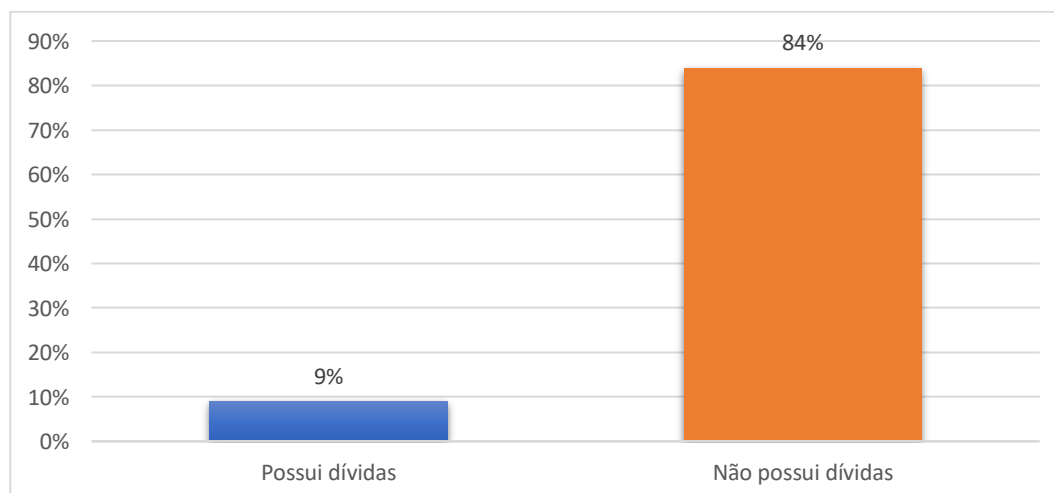
A maioria das associações possuem até 50 associados(as). A associação ativa com o maior número de associados é a Associação Agropastoril Quilombola de Tijuáçu e Adjacências, no município de Senhor do Bonfim, que possui 430 associados, beneficiando 2630 famílias com sua atuação. Já a associação ativa com o menor número de associados é a Associação Quilombola dos Pequenos Produtores de Segredo, no município de Barro Alto, que possui 18 associados, beneficiando 26 famílias.

As associações que foram identificadas como não ativas, possuem pendências de natureza administrativas, tais como: regularização da documentação junto à Receita Federal; irregularidades no CNPJ; pendências nas declarações anuais; processo de fundação de outra associação.

A orientação do movimento quilombola estadual pode auxiliar na resolução das pendências, possibilitando que as associações se insiram em processos de fortalecimento econômico, como editais para financiamento de suas atividades produtivas.

O diagnóstico identificou a existência de pendências financeiras, como as dívidas e a natureza das mesmas, das 95 associações do estado da Bahia (Gráfico 31).

Gráfico 31: Situação de dívidas das associações



A organização financeira das associações é importante para o bom funcionamento e para o acesso às políticas públicas e a projetos (em muitos casos), assim como a adequação às normas legais e pagamento das taxas determinadas por lei.

As dívidas apresentadas pelas associações da agricultura familiar quilombola da Bahia são todas relacionadas à gestão administrativa, o que reforça a necessidade de fortalecimento da organização administrativa. Os tipos de dívidas, apresentadas pelas associações, podem ser verificadas a seguir (Tabela 10). Em uma das associações, o representante não respondeu qual a dívida.

Tabela 10: Tipo de dívida das associações

Tipo de Dívida	Nº de associações
Receita Federal	05
Imposto	01
Energia elétrica	01
Internet	01

5.2. Produção Quilombola

O levantamento identificou a diversidade da produção nas comunidades quilombolas na Bahia (Gráfico 32), diferenciando a produção vegetal (Gráfico 33), animal (Gráfico 34) e também os produtos processados (Gráfico 35).

Gráfico 32: Diversidade da produção

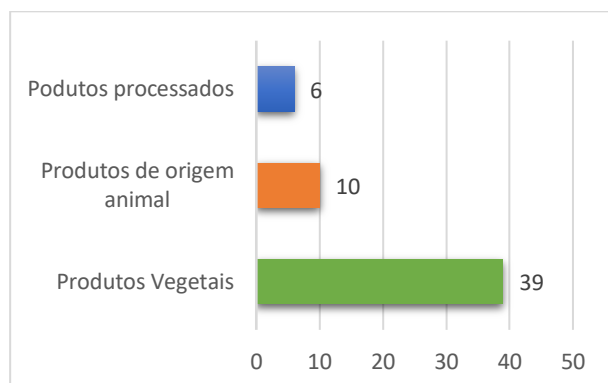


Gráfico 33: Principais produtos vegetais cultivados

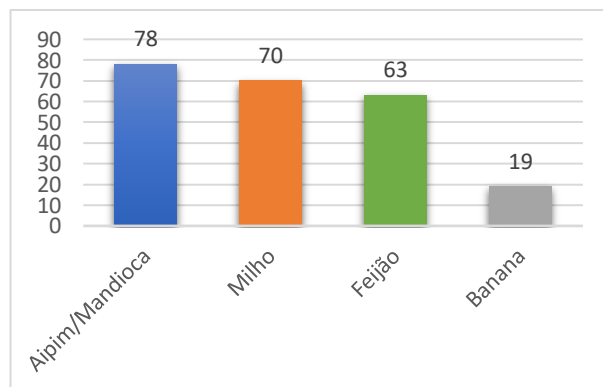


Gráfico 34: Produção animal

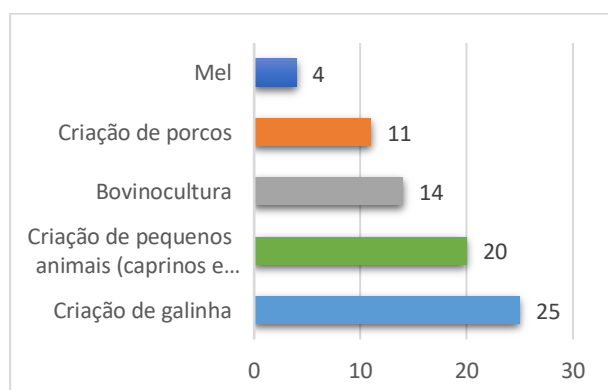
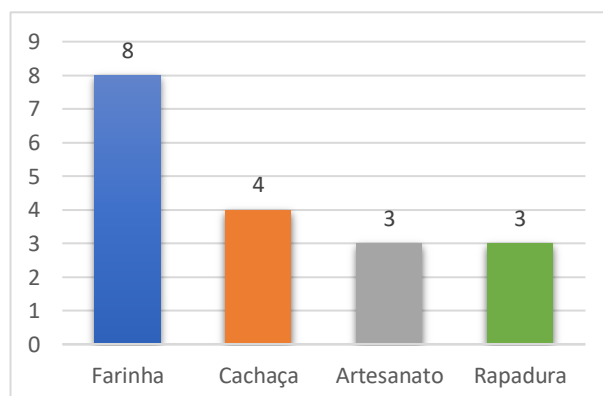


Gráfico 35: Produtos processados



A agricultura familiar quilombola é a grande responsável pela produção da cesta de alimentos das comunidades e o excedente da produção é destinado à venda.

A produção, além de se concentrar em itens que garantem a segurança alimentar das comunidades, utiliza poucas operações de beneficiamento para a comercialização. O baixo índice de produtos processados é um indicativo que este elo da cadeia produtiva deve ser fortalecido, buscando o beneficiamento da produção vegetal com agroindústrias coletivas para agregar valor à produção.

5.3. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A pesquisa identificou, junto às associações participantes, sobre acesso a serviços de ATER (Gráfico 36) e também sobre a natureza da ATER, caso tenha sido acessada pela comunidade (Gráfico 37).

Gráfico 36: Acesso à ATER

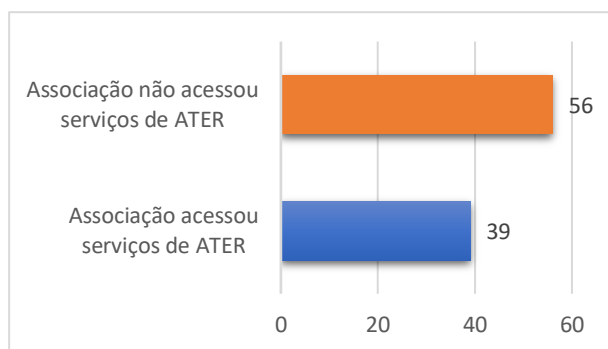
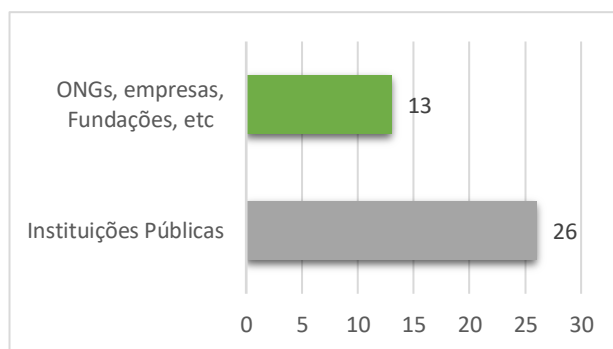


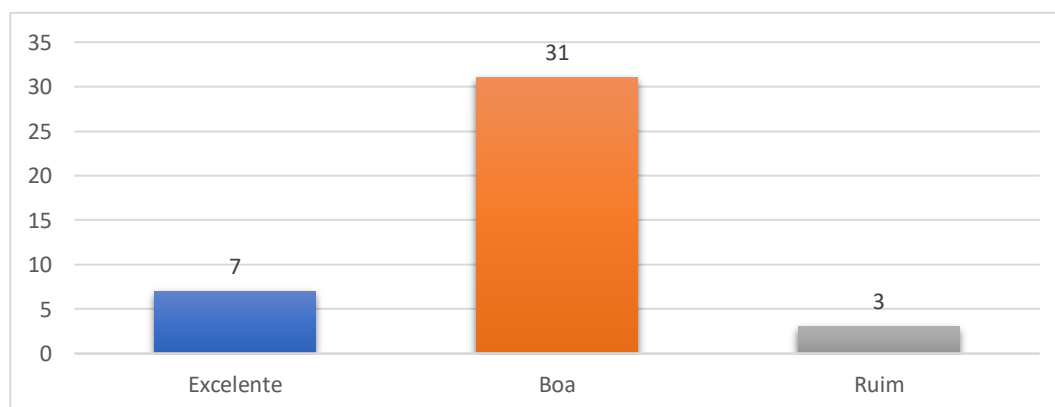
Gráfico 37: Natureza dos serviços de ATER



Dentre as instituições citadas pelas associações, enquanto prestadoras de serviço de ATER, está a BahiaTer/Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR/BA), Prefeituras Municipais, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Centro de Economia Solidária (CESOL) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Sobre a qualidade dos serviços de ATER, o questionário obteve 39 respostas (Gráfico 38).

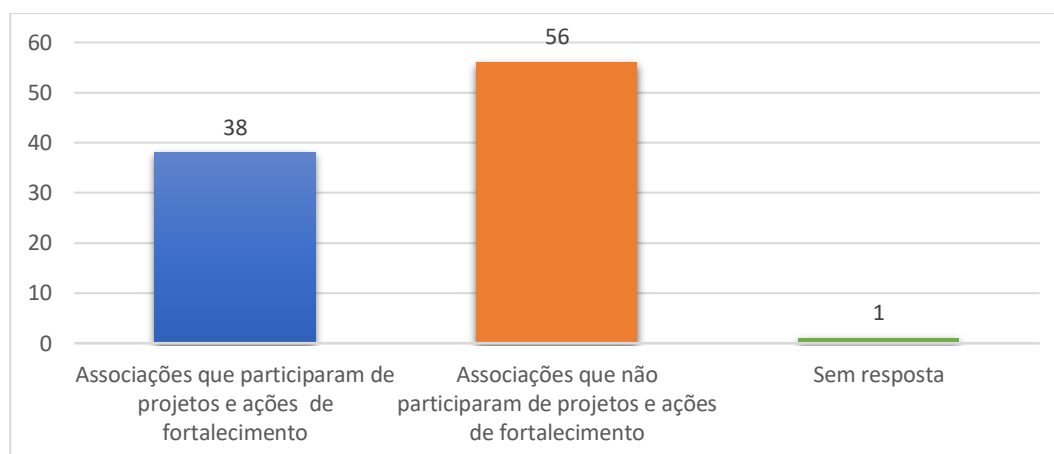
Gráfico 38: Qualidade dos serviços de ATER



As prestadoras de serviços de ATER da agricultura familiar, desde a criação da Política Nacional de ATER em 2010, têm ampliado seu diálogo com os movimentos sociais e organização de representação dos setores da agricultura familiar, o que reflete na melhora da prestação de serviço evidenciada nos resultados deste diagnóstico.

Também foram levantadas informações sobre a participação das associações em projetos ou ações de fortalecimento no período de 2019 a 2020 (Gráfico 39).

Gráfico 39: Participação em projetos e ações de fortalecimento

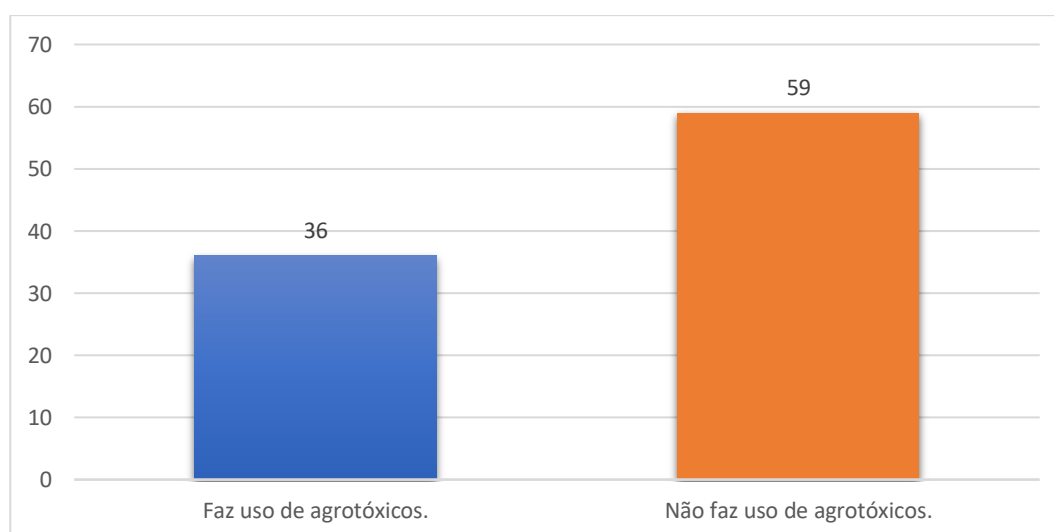


Os dados apresentados reforçam a necessidade de investimento em projetos e ações de fortalecimento social e produtivo da agricultura familiar quilombola, o que reflete também nos resultados de todas as operações da cadeia produtiva.

5.4. Métodos de produção

As 95 associações pesquisadas na Bahia responderam sobre a utilização ou não de agrotóxicos em suas produções (Gráfico 40).

Gráfico 40: Uso de agrotóxicos pelas comunidades entrevistadas



Também foi questionado se a aplicação do agrotóxico, quando realizada, é feita mediante orientação profissional e uso de receita agrônômica (Gráfico 41) e qual a destinação realizada pelas comunidades para o descarte das embalagens (Tabela 11).

Gráfico 41: Uso de agrotóxicos com ou sem orientação técnica

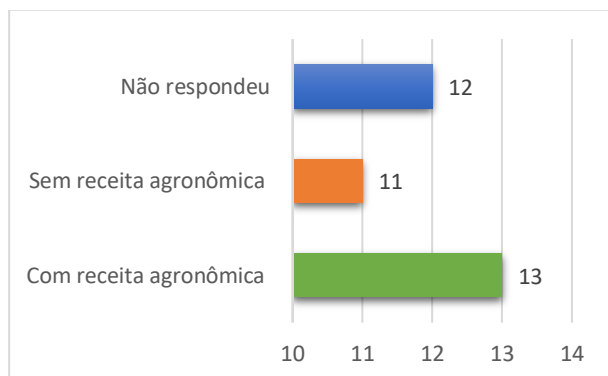


Tabela 11: Descarte das embalagens de agrotóxicos

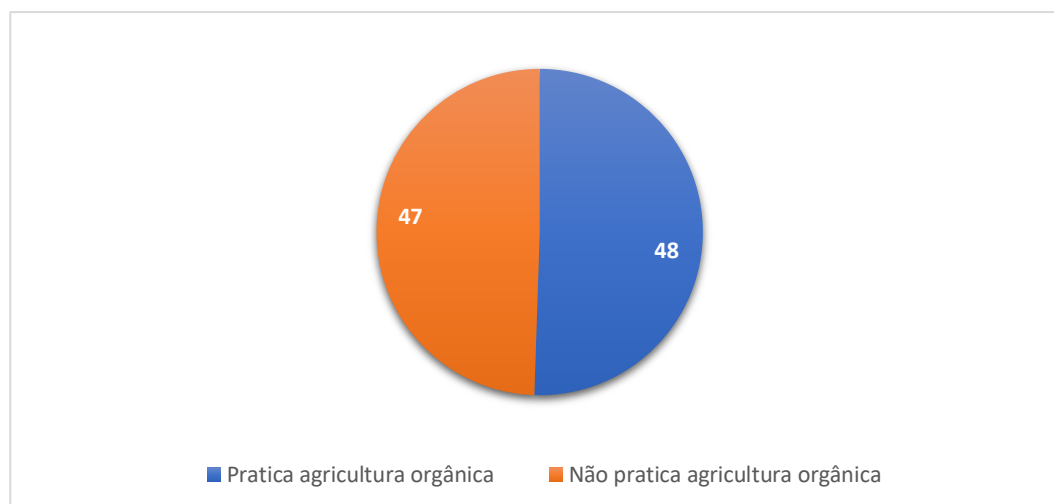
Onde realiza o descarte da embalagem do agrotóxico	Número de respostas
Devolve para a loja que comprou	8
Joga aleatoriamente	8
Armazena e transporta para a cidade	5
Queima	8
Guarda na roça	3
Enterra a embalagem	1
Prefeitura recolhe	1

Os resultados sobre o uso e manejo de agrotóxicos pelas associações apresentam a necessidade de campanhas educativas sobre a importância de orientação profissional na utilização, os cuidados com o descarte de embalagens e os problemas causados à saúde pelo mau uso.

O Brasil acumulou 7.267 mortes na população rural por contaminação de agrotóxicos de 2008 a 2017, a Bahia contribuiu com 614 mortes neste quadro geral do período¹⁰, reforçando a necessidade de campanhas educativas sobre o tema.

Também foi verificada, junto às associações da pesquisa, quais praticam agricultura orgânica (Gráfico 42).

Gráfico 42: Associações/comunidades que praticam agricultura orgânica



¹⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/22/mais-de-70-das-mortes-por-agrotoxicos-ocorrem-nas-regioes-sudeste-e-nordeste>

Ao analisar este resultado, aliado aos dados sobre o uso de agrotóxicos, pode-se afirmar que as práticas tradicionais da agricultura quilombola predominam entre as comunidades, o que é uma característica importante para a certificação de origem como os selos quilombolas, por exemplo.

5.4.1. Utilização de tecnologias na produção

A maioria das comunidades/associações declararam utilizar tecnologias para a produção agrícola (Gráfico 43) e detalharam algumas destas tecnologias utilizadas (Gráfico 44).

Gráfico 43: Uso de tecnologias para a produção

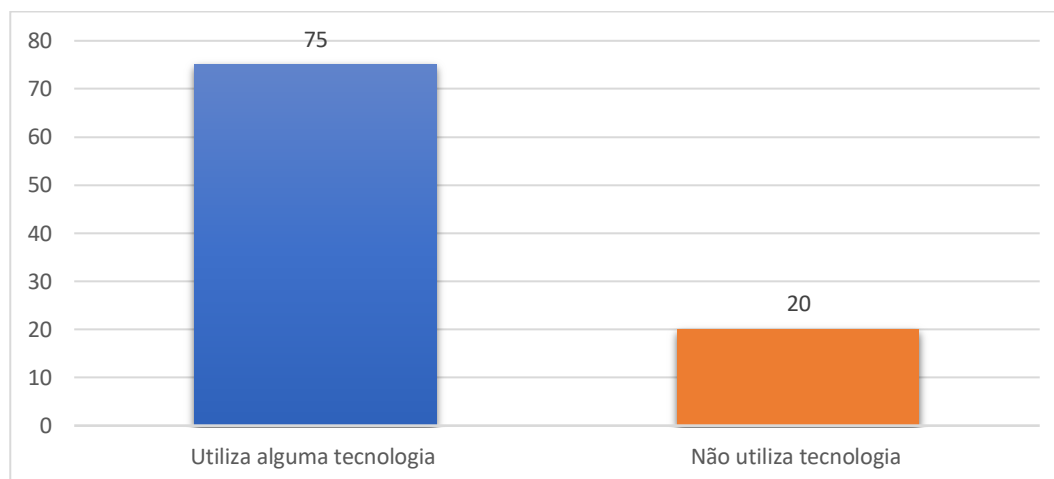
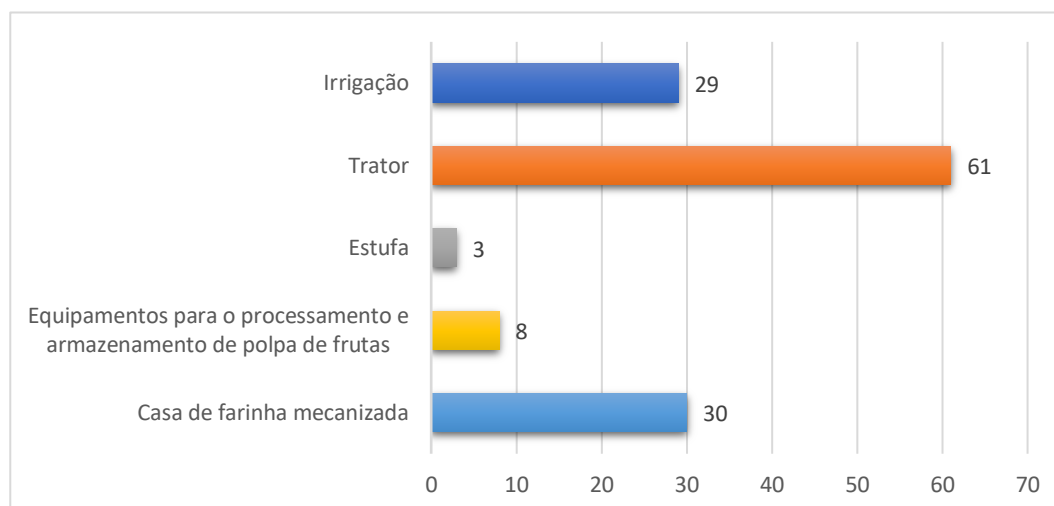


Gráfico 44: Tecnologias utilizadas



Os resultados demonstram que as cadeias de produção da agricultura familiar da Bahia necessitam também de maiores investimentos em tecnologia de produção que facilitem as operações e agreguem qualidade no produto final.

5.5. Beneficiamento da produção

Foram identificadas as associações que possuem agroindústria coletiva para beneficiar sua produção (Gráfico 45) e o tipo de agroindústria (Gráfico 46).

Gráfico 45: Agroindústrias quilombolas

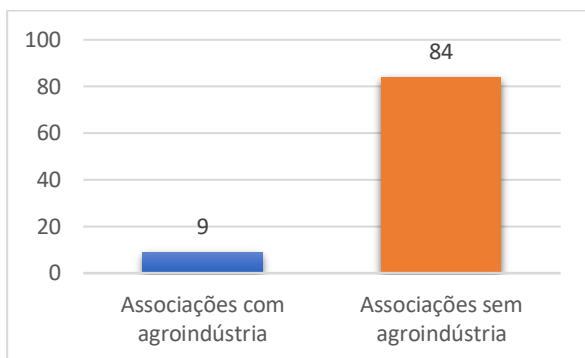
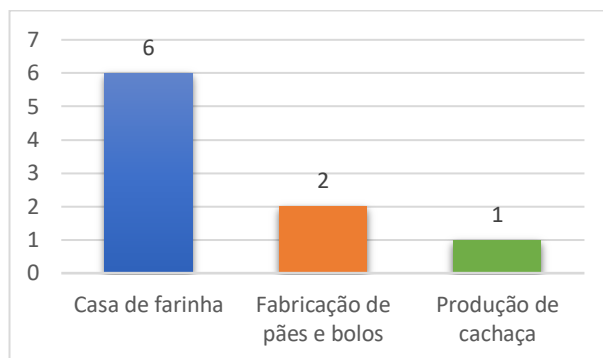


Gráfico 46: Tipo de agroindústria identificada



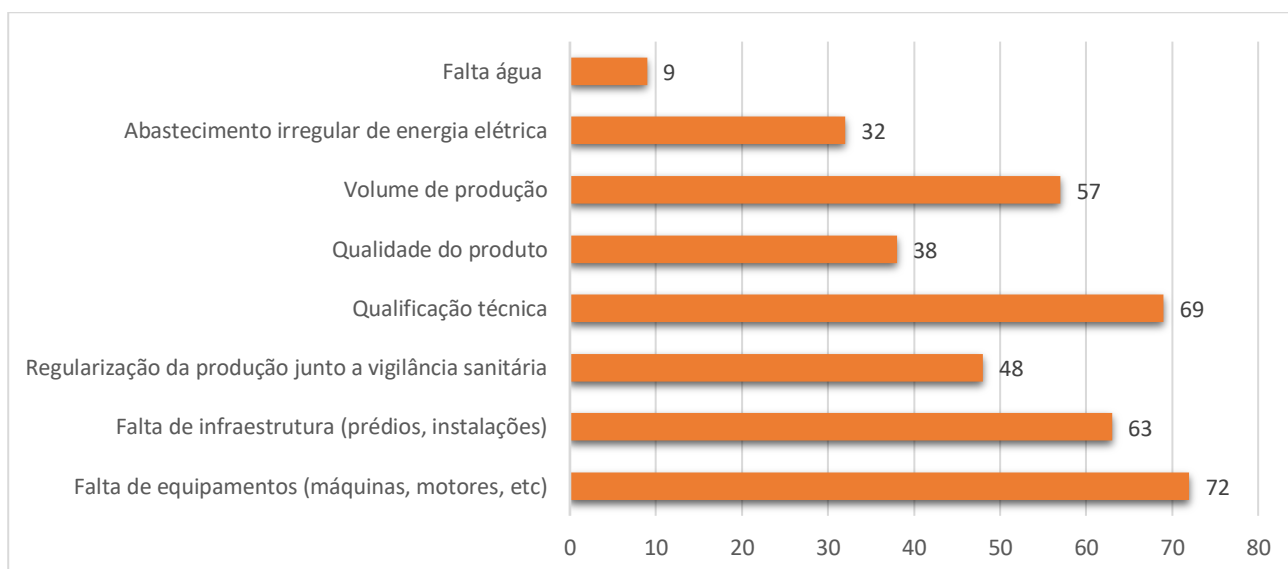
Como observado, o número de agroindústria nas comunidades é baixo. Atualmente, existe um grande espaço no mercado consumidor para os produtos da agricultura familiar quilombola, tendo em vista que os produtos fazem parte da cesta alimentar da sociedade brasileira.

A agricultura familiar é o setor que mais gera empregos no campo, sendo assim o investimento em agroindústrias, dentro de um planejamento para a venda dos produtos no comércio local e regional, iria impactar positivamente na renda das comunidades quilombolas rurais.

5.5.1. Desafios do beneficiamento

Sobre os desafios enfrentados para o beneficiamento da produção, as 95 associações responderam (Gráfico 47).

Gráfico 47: Desafios no beneficiamento da produção



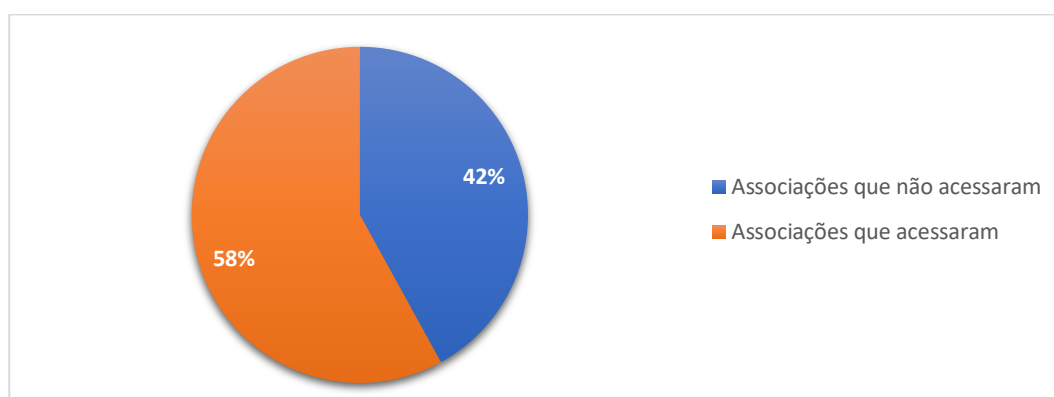
Os desafios identificados são decorrentes da ausência histórica de políticas públicas de geração de trabalho e qualificação do(a) trabalhador(a) do campo e também da desvalorização das atividades produtivas da agricultura familiar, vista pelo senso comum como uma atividade rudimentar.

Superar estes desafios trará benefícios para as comunidades quilombolas, com a melhora dos seus processos produtivos, aumento da renda e, conseqüentemente, da qualidade de vida. Além disso, a população do meio urbano também se beneficiará, tendo à disposição alimentos saudáveis e de qualidade.

5.6. Financiamento e projetos

O diagnóstico identificou o acesso das associações a financiamento das suas atividades produtivas (Gráfico 48).

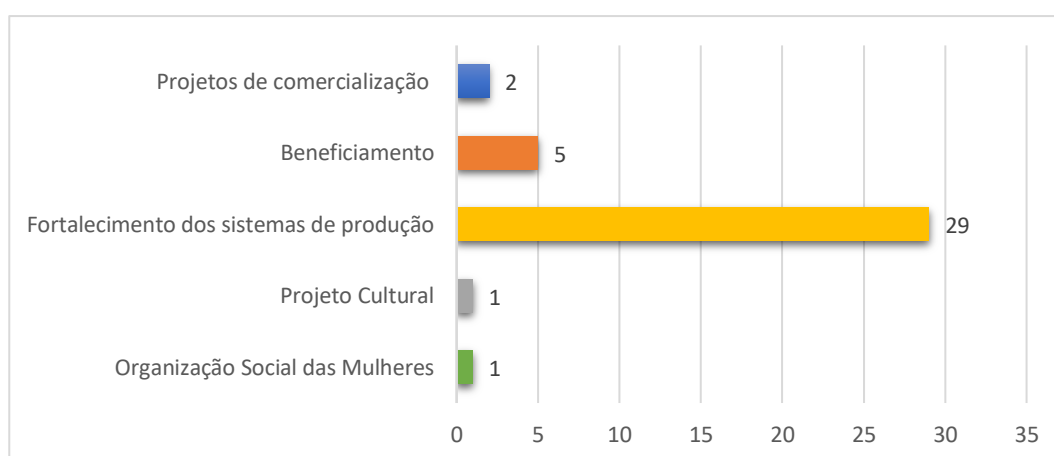
Gráfico 48: Acesso a financiamento



O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), possui linhas de financiamento exclusivas para o setor, porém as exigências de garantias materiais e documentos da propriedade da terra inviabilizam o acesso ao financiamento.

No estado da Bahia, 39 associações declararam já ter participado de algum projeto com diferentes enfoques, mas prioritariamente com o objetivo de fortalecimento da organização produtiva (Gráfico 49).

Gráfico 49: Participação em projetos



A participação em projetos fortalece a organização social e produtiva das comunidades quilombolas e a possibilidade de desenvolvimento, não apenas econômico, mas social e cultural.

5.7. Comercialização

Os resultados sobre os canais de comercialização (Tabela 12) demonstram que esta etapa da cadeia produtiva precisa ser fortalecida e a figura do atravessador superada.

Tabela 12: Canais de Comercialização utilizados

Canal de Comercialização	Nº de associações
Atravessador	31
CEASA	1
Comércio Local	24
Feiras Livres	33
PAA/PNAE	8

O baixo valor pago pela produção e o alto custo para transportar a produção aos centros urbanos para a comercialização, impõem a venda da produção aos atravessadores por falta de outras opções. Ampliar a participação no comércio local é uma das soluções possíveis para o enfrentamento da venda da produção comunitária para atravessadores a baixos preços.

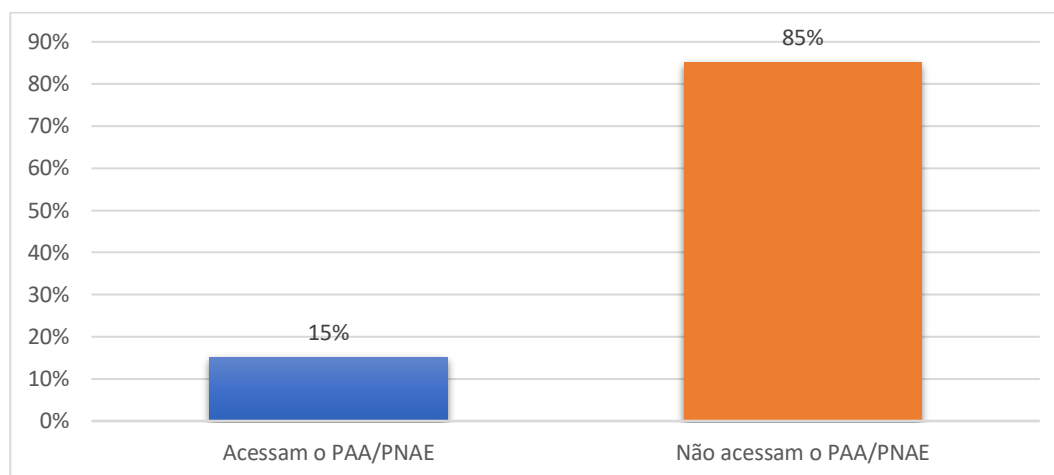
A comercialização dos produtos ainda é realizada de forma simples com baixo nível de profissionalização. É necessária a realização de estudos de mercado direcionados à comercialização e focados em públicos previamente mapeados, com agregação de valor aos produtos e com instrumentos de certificação de origem, como o selo quilombola.

Existe um potencial de geração de empregos qualificados para a população quilombola a partir do aprimoramento da comercialização dos produtos.

5.8. Mercados institucionais

O diagnóstico identificou o acesso das associações da agricultura familiar quilombola da Bahia aos mercados institucionais (Gráfico 50). Os produtos comercializados são, a maioria, produtos vegetais não processados. Os produtos beneficiados comercializados são, geralmente, bolos, biscoitos, geleias e polpa de frutas.

Gráfico 50: Acesso aos mercados institucionais



É importante lutar pela manutenção dos recursos governamentais para os mercados institucionais que cumprem diversas funções, além do fortalecimento produtivo da agricultura familiar, como a manutenção dos estoques públicos de alimentos.

5.9. Desafios na produção

O levantamento identificou os desafios enfrentados pelas associações da agricultura familiar quilombola no estado da Bahia. No primeiro bloco (Tabela 13), as dificuldades são relacionadas à área administrativa.

Tabela 13: Dificuldades de organização e planejamento das organizações comunitárias

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Problemas organizacionais (jurídicos/administrativos)	12
Dificuldades na gestão administrativa	11

A origem destes desafios está relacionada à ausência de formação técnica, podendo ser mitigados por meio de ações voltadas para o fortalecimento das organizações com capacitações e formações específicas.

No segundo bloco (Tabela 14), as dificuldades estão relacionadas à qualidade e volume da produção.

Tabela 14: Dificuldades na qualidade e volume da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixa qualidade da produção	16
Baixo volume produzido	20

Este resultado representa a necessidade de ações contínuas de ATER, respeitando e valorizando as especificidades das comunidades quilombolas, com orientações de boas práticas para o manejo do solo e das culturas.

No terceiro bloco (Tabela 15), as dificuldades estão relacionadas à infraestrutura de acesso às comunidades.

Tabela 15: Dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Falta de transporte	33
Baixa qualidade das estradas	35

Esses são entraves sérios para a comercialização da produção, pois a falta de mobilidade, por ausência do poder público, impacta diretamente no desenvolvimento econômico das comunidades quilombolas.

No quarto bloco (Tabela 16), estão elencadas as dificuldades na comercialização da produção.

Tabela 16: Dificuldades enfrentadas para a comercialização

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixo preço pago pela produção	65
Falta de mercado comprador	60

Aumentar o valor pago pela produção passa, inicialmente, pela melhora da qualidade e adequação ao mercado consumidor. O beneficiamento dos produtos é também fundamental para a agregação de valor.

6. Quilombo Mesquita (Goiás)

6.1. Comunidades e organizações comunitárias

O diagnóstico traz informações sobre a produção agropecuária do Quilombo Mesquita, localizado na divisa de Goiás com o Distrito Federal (região de grande densidade populacional). Esta proximidade do quilombo com o meio urbano e sua infraestrutura de fácil acesso, possibilita maior proximidade da comunidade aos mercados consumidores, fato este que precisa ser melhor estruturado e aproveitado para o fortalecimento econômico e produtivo.

A Associação Renovadora do Quilombo Mesquita é a instância representativa da comunidade. Ela está ativa e com a ata da última assembleia registrada em cartório, funciona em sede emprestada e possui 60 associados, beneficiando 785 famílias com sua atuação.

Para o fortalecimento da associação, é importante planejar a construção de uma sede própria, trazendo maior estabilidade para o seu funcionamento.

O levantamento foi realizado junto ao presidente da associação, que declarou não saber da existência de dívidas por parte da associação.

6.2. Produção Quilombola

Os principais produtos da agricultura familiar quilombola de Mesquita (Tabela 17), compõem a cesta alimentar da comunidade e são fundamentais para a segurança alimentar e também para a geração de renda das(dos) produtoras(es).

Tabela 17: Produtos da agricultura familiar

Açafrão	Araruta
Batata	Cana de Açúcar
Hortaliças	Hibisco/Vinagreira
Mandioca	Marmelo
Mexerica pocam	Milho

6.3. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Mesquita não possui nenhuma ação direta de ATER. A Assistência técnica é etapa fundamental para a execução das ações relacionadas às atividades produtivas, que vão desde a produção até a comercialização dos produtos da agricultura familiar quilombola.

6.4. Métodos de produção

As famílias produtoras do quilombo não utilizam agrotóxicos e fazem o uso de defensivos naturais para apoiar na produção. Estes defensivos naturais não contam com a orientação de receitas fornecidas por extensionistas ou profissionais. A produção do quilombo é orgânica, fator que deve ser fortalecido para agregar valor aos produtos comercializados.

6.4.1. Utilização de tecnologias na produção

Sobre as técnicas utilizadas (Tabela 18), é necessário fortalecer os produtores com equipamentos e insumos para a produção.

Tabela 18: Utilização de tecnologias para a produção

Irrigação	Trator
Equipamentos para o processamento e armazenamento de polpas de frutas	Casa de farinha mecanizada

6.5. Beneficiamento da produção

A associação não possui agroindústria para o beneficiamento da produção. Uma agroindústria planejada a partir de um estudo do mercado consumidor para a produção quilombola no Distrito Federal pode melhorar significativamente a renda das famílias.

6.5.1. Desafios do beneficiamento

Também foram mapeadas no diagnóstico as principais dificuldades no beneficiamento da produção (Tabela 19).

Tabela 19: Dificuldades no beneficiamento da produção

Falta de equipamentos (máquinas, motores, etc).	Falta de infraestrutura (prédios, instalações).
---	---

A falta de investimento público no desenvolvimento da agricultura familiar quilombola se reflete nas dificuldades de estrutura e infraestrutura das comunidades. A busca de parcerias com organizações da sociedade civil e instituições financiadoras de projetos pode ser uma das formas de resolver estas dificuldades.

6.6. Financiamentos e projetos

A associação do Quilombo do Mesquita não recebeu nenhum tipo de financiamento nos últimos anos. As dificuldades administrativas são um obstáculo no acesso à financiamentos para as atividades produtivas. O acesso a serviços de ATER pode viabilizar a escrita de projetos que busquem o financiamento das ações da associação.

Sobre projetos, a associação declarou não participar de nenhuma iniciativa no período de 2019 a 2020. A realização de parcerias para participar de projetos e desenvolver projetos específicos para a comunidade contribui para o enfrentamento das dificuldades sociais e econômicas.

6.7. Comercialização

A produção do Quilombo Mesquita é comercializada em feiras livres e no comércio local. O Quilombo do Mesquita está inserido numa região com potencial para consumir produtos livres de agrotóxicos. De acordo com pesquisa¹¹ da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER– DF), 19% da população do Distrito Federal consome alimentos orgânicos com regularidade.

Resolver os entraves de beneficiamento e escoamento da produção pode levar a associação do Quilombo Mesquita a ter acesso a este mercado consumidor, inclusive comercializando sua produção por novos canais como as plataformas digitais. Sobre as plataformas digitais, um bom

¹¹ <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/07/06/semana-do-alimento-organico-comeca-com-agrobrasil-digital/>

exemplo é a recém-criada por alunos(as) da Universidade de Brasília (UnB), que apoia a comercialização da produção familiar agroecológica¹².

6.8. Mercados institucionais

A associação do Quilombo do Mesquita comercializa legumes, verduras e folhagens para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Trabalho (SMMADETT), por meio do PAA.

A associação identificou as principais dificuldades no acesso aos programas PAA e PNAE (Tabela 20).

Tabela 20: Dificuldades no acesso ao PAA e PNAE

A organização da documentação
Problemas com a DAP
Inscrição Estadual

Os mercados institucionais garantem preços justos e regularidade da compra, a partir da assinatura do contrato com os entes públicos. Entende-se que a formação dos(as) representantes da comunidade viabilizaria a superação destes desafios possibilitando maior acesso aos programas.

6.9. Desafios na produção

No levantamento, a associação do Quilombo Mesquita elencou os principais desafios relacionados à produção (Tabela 21).

Tabela 21: Desafios na produção

Falta de mercado comprador
Logística para o transporte
Falta de mão de obra

O desafio da falta de mercado comprador pode ser superado por meio da elaboração de planos de negócios com foco na identificação do mercado consumidor dos produtos de origem quilombola.

Para o desafio da logística de transporte é necessário que a associação, em parceria com o movimento quilombola, busque parcerias para o escoamento da produção junto ao poder público e

¹² <https://noticias.unb.br/117-pesquisa/4254-site-pretende-ajudar-produtores-de-organicos-que-tiveram-vendas-afetadas-pela-pandemia>

outras organizações produtoras. Além disso, uma outra estratégia pode ser a aquisição de veículo apropriado, porém neste caso é importante considerar os custos de manutenção, documentação, etc.

Sobre a falta de mão de obra, Mesquita está próximo a centros urbanos e, por isso, muitos quilombolas trabalham na cidade. A produção agrícola é uma atividade com grande esforço e baixa remuneração, sendo assim é preciso aprimorar as técnicas, melhorar as condições de trabalho e a remuneração para que a comunidade possa atuar ativamente nas atividades produtivas.

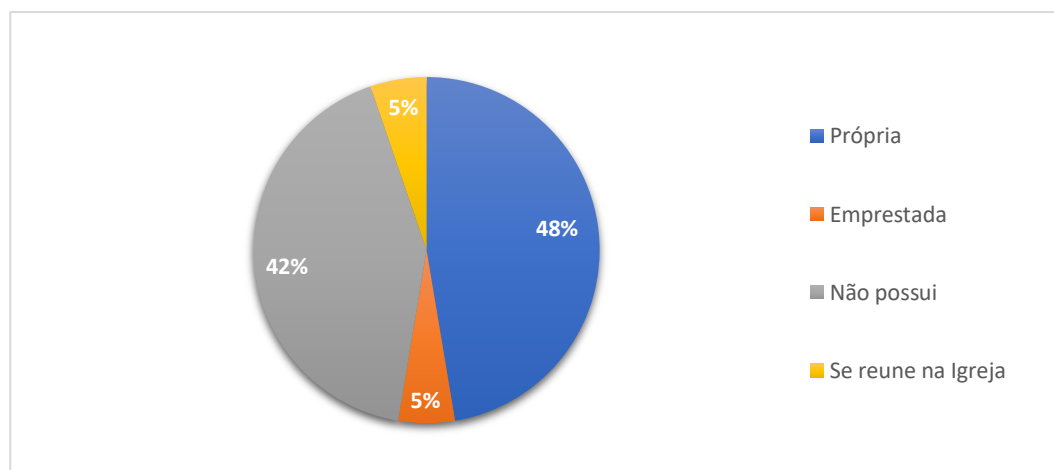
7. Maranhão

7.1. Comunidades e organizações comunitárias

O levantamento, junto às comunidades quilombolas no Maranhão, contou com 19 organizações/comunidades situadas em diferentes municípios no bioma cerrado.

Neste levantamento, foi identificada a situação de sede das associações participantes (Gráfico 51).

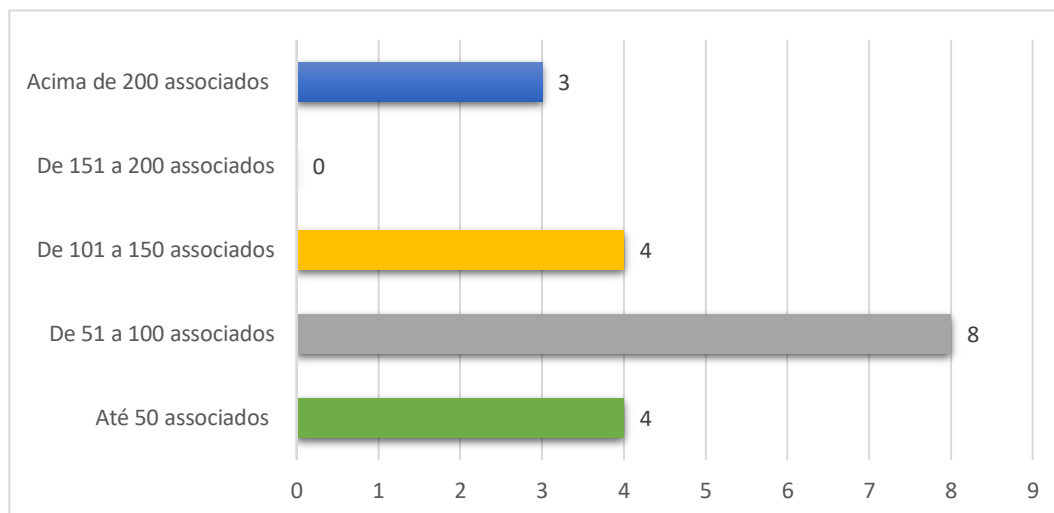
Gráfico 51: Situação da sede das associações



Observa-se a necessidade de estruturação física das associações para a realização de suas atividades com maior estabilidade. A obtenção de sede própria, pode proporcionar às associações uma melhor organização das atividades administrativas e também do planejamento das ações a longo prazo.

As associações estão ativas e a maioria apresenta até 50 associados (Gráfico 52). A maior associação identificada, que possui 300 associados e beneficia 118 famílias com sua atuação, é a Associação Comunitária dos Agricultores de Antepassados de Quilombo Data Saco das Almas do Povoado Boa Esperança/São Raimundo, no município de Brejo.

Gráfico 52: Número de associados(as)



A menor associação identificada na pesquisa, que possui 28 associados e beneficia 52 famílias, é a Associação dos Agricultores Familiares Remanescentes de Quilombo do Povoado Rampa, localizada no município de Vargem Grande.

Sobre as dívidas (Gráfico 53), são todas de natureza administrativa (Tabela 22).

Gráfico 53: Situação de dívidas das associações

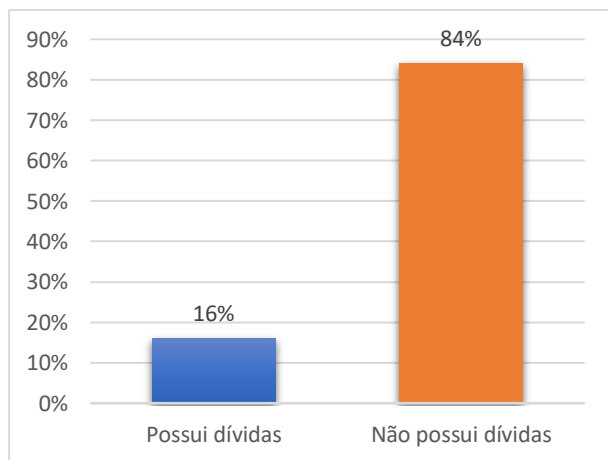


Tabela 22: Tipo de dívidas das associações

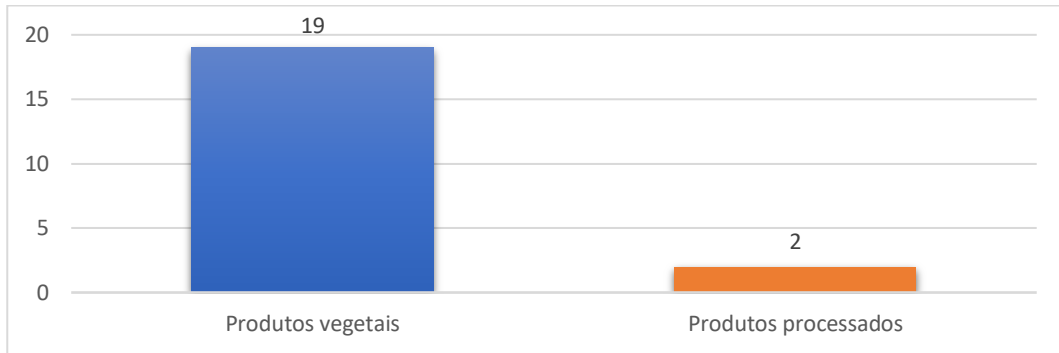
Tipo de dívida	Número de Associações
Receita Federal	03
Impostos	03
Contas de Água e energia elétrica	02

Este dado evidencia a importância de assessoria técnica para o fortalecimento da gestão administrativa das associações da agricultura familiar quilombola do Maranhão.

7.2. Produção Quilombola

No Maranhão, a produção das associações se concentra nos produtos vegetais (Gráfico 54) e não foi identificada produção animal no levantamento. Acredita-se que as associações entrevistadas focaram suas respostas nos produtos que comercializam e que a criação de animais nestas comunidades tem o objetivo de garantir a segurança alimentar das famílias.

Gráfico 54: Diversidade da Produção



A produção está concentrada nos principais produtos da cesta de alimento das comunidades (Gráfico 55) e ocorre o beneficiamento de poucos produtos (Gráfico 56).

Gráfico 55: Principais produtos vegetais cultivados

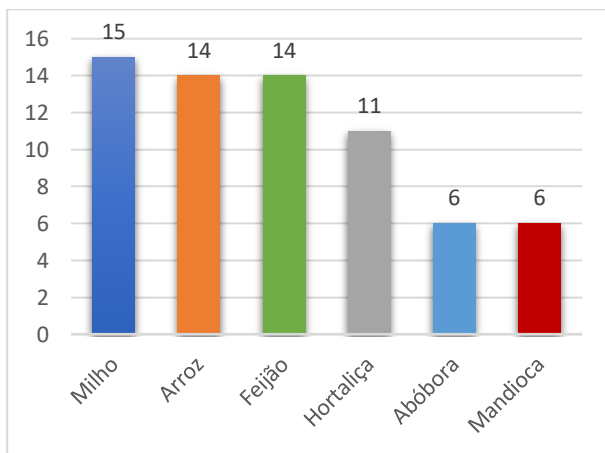
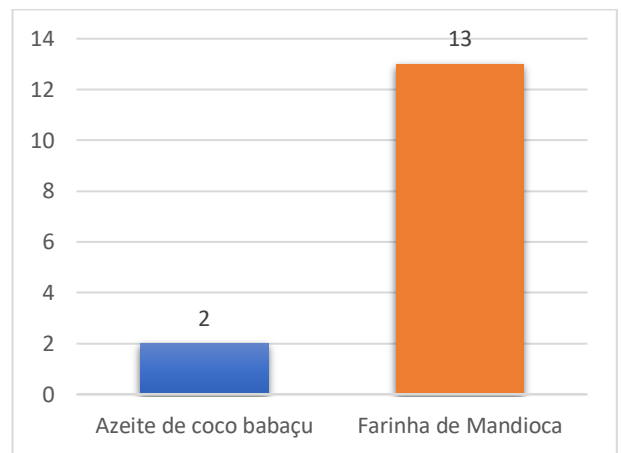


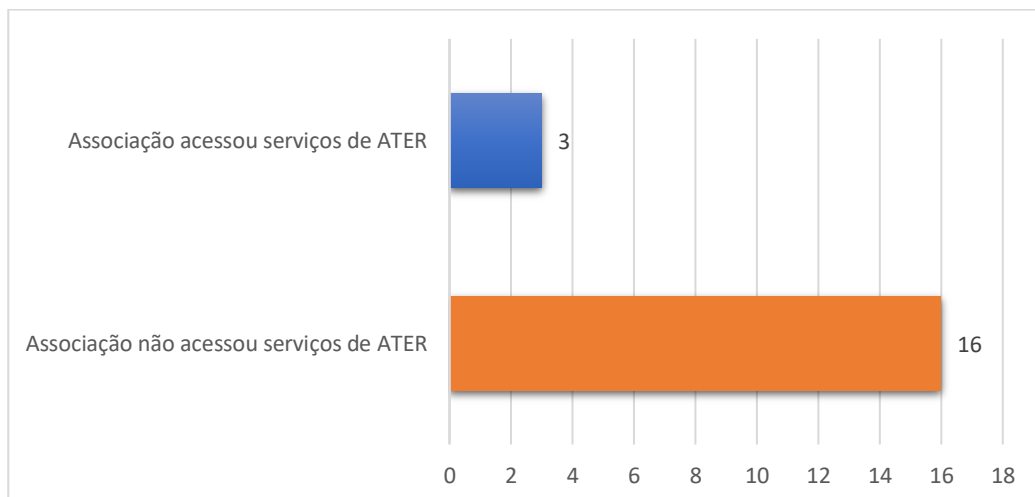
Gráfico 56: Produtos processados



7.3. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Sobre o acesso a serviços de ATER (Gráfico 57), verifica-se o baixo acesso pelas comunidades, o que influencia diretamente em todas as etapas do processo de produção.

Gráfico 57: Acesso à ATER



As 03 associações que acessaram a ATER, declararam que o serviço prestado foi de boa qualidade. Entre estas, apenas uma das associações relatou que a assistência foi realizada pelo poder público. As prestadoras de serviços de ATER citadas foram: a Federação das Entidades Comunitárias do Estado do Maranhão (FACEMA) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte/Balsas (FAPCEN).

7.4. Métodos de produção

O uso dos agrotóxicos nas produções é um importante indicador sobre a forma e qualidade da produção, o levantamento identificou se as comunidades fazem uso dos agrotóxicos em suas produções (Gráfico 58) e, se sim, se a aplicação é feita conforme orientação profissional e uso de receita (Gráfico 59).

Gráfico 58: Uso de agrotóxicos pelas comunidades entrevistadas

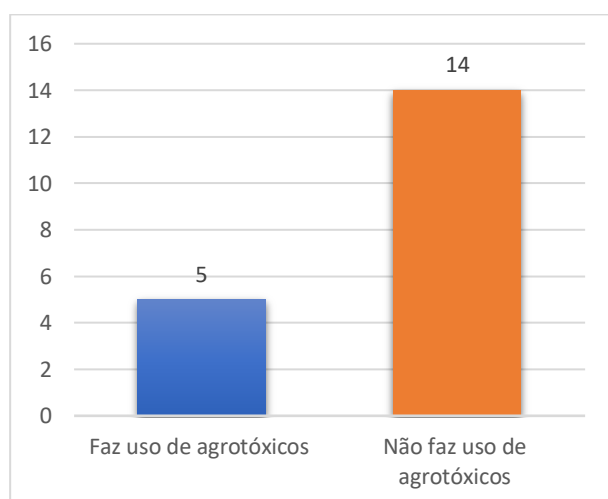
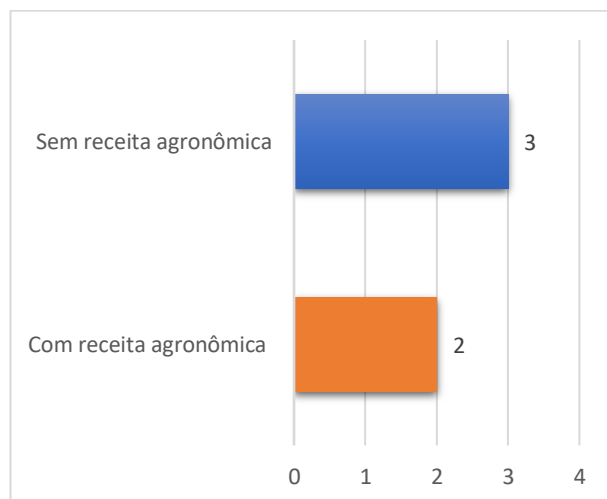


Gráfico 59: Uso de agrotóxicos com ou sem orientação técnica



Os resultados demonstram que é necessário a realização de campanhas para orientar o uso destes produtos para as famílias quilombolas que utilizam. Um dos impactos do uso indevido de agrotóxicos é a contaminação da água e do solo, com efeitos prejudiciais para o meio ambiente e para a saúde das comunidades. Também foi questionado sobre o descarte das embalagens (Tabela 23).

Tabela 23: Descarte das embalagens de agrotóxicos

Onde realiza o descarte da embalagem do agrotóxico	Número de respostas
Queima	8
Joga aleatoriamente	2

7.4.1. Utilização de tecnologias na produção

Das associações envolvidas na pesquisa, apenas uma declarou ter casa de farinha mecanizada como um tipo de tecnologia para a produção.

7.5. Beneficiamento da produção

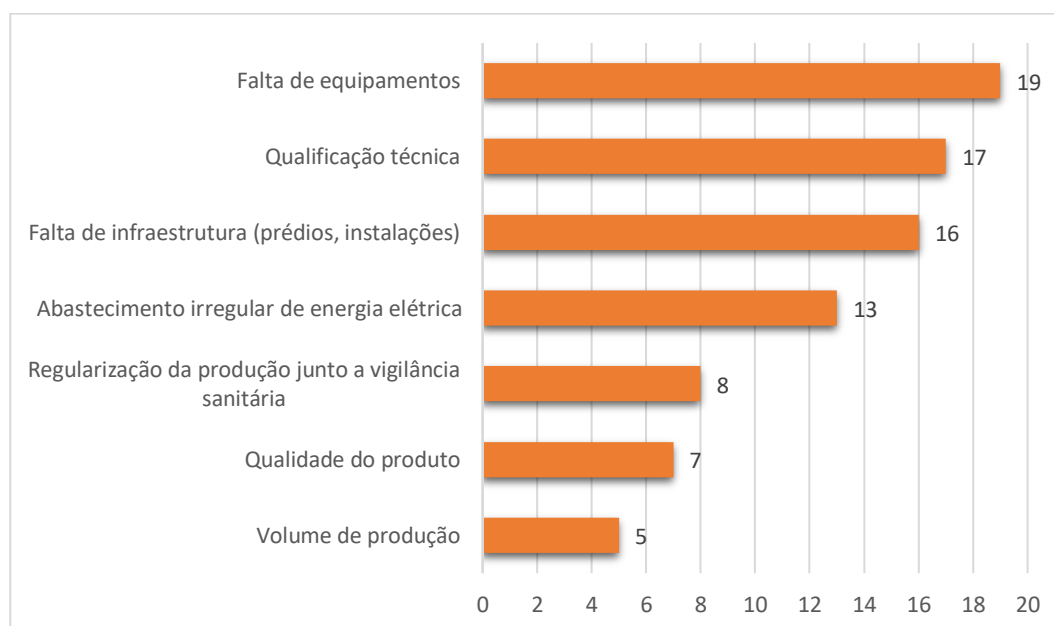
Das 19 associações, apenas 02 apresentam agroindústria para o beneficiamento da produção, sendo: uma casa de farinha e uma estrutura para beneficiamento de arroz. O investimento no beneficiamento da produção é etapa fundamental para agregar valor aos produtos da agricultura familiar quilombola no estado.

O presente diagnóstico mostra que poucas associações ultrapassam a etapa da produção que é comercializada sem beneficiamento. O beneficiamento da produção pode criar novas frentes de trabalho e maior valorização e renda dentro das comunidades.

7.5.1. Desafios do beneficiamento

Os principais desafios para o beneficiamento da produção foram apontados pelas associações/comunidades (Gráfico 60).

Gráfico 60: Desafios no beneficiamento da produção

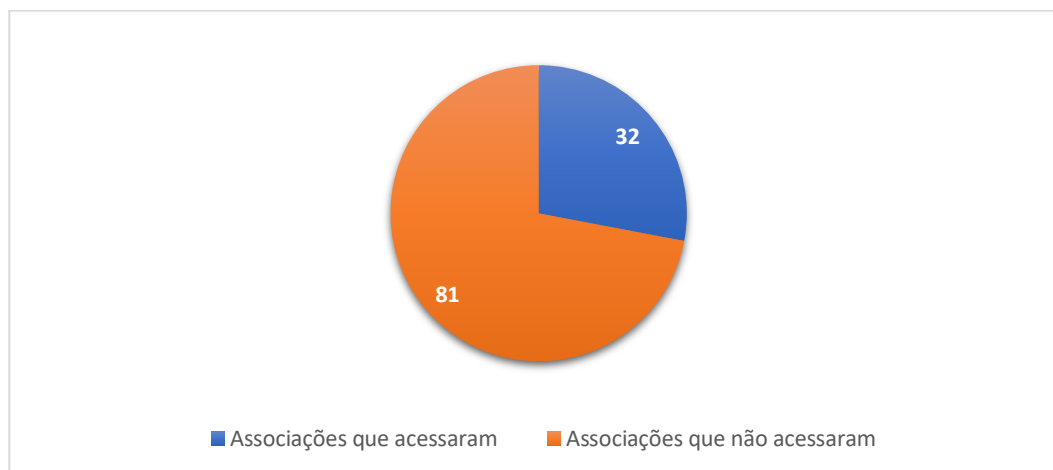


Estes desafios demonstram a importância e urgência das comunidades no acesso aos serviços de ATER, financiamento para a aquisição de material e também à instalação de infraestrutura para o fortalecimento da agricultura quilombola.

7.6. Financiamentos e projetos

No estado do Maranhão, o baixo acesso a financiamento das atividades (Gráfico 61) é uma realidade. Uma das possíveis causas para este baixo acesso são as dificuldades de apresentar garantias exigidas pelas instituições financeiras, prejudicando significativamente o desenvolvimento deste segmento social.

Gráfico 61: Acesso a financiamentos



Sobre projetos, as associações declararam não desenvolver ou participar de projetos e/ou ações de fortalecimento da agricultura familiar quilombola, no período de 2019 a 2020. Também não citaram sobre a participação em projetos com outras finalidades.

7.7. Comercialização

Os resultados sobre os canais de comercialização (Tabela 24) demonstram que esta etapa da cadeia produtiva precisa ser fortalecida, a partir de um maior conhecimento sobre o mercado consumidor e também com o aumento nos processos de beneficiamento da produção.

Tabela 24: Canais de comercialização utilizados

Canal de Comercialização	Nº de associações
Atravessador	8
Comércio Local	8
Feiras Livres	3
PAA	2

Assim como em outros estados, os atravessadores aparecem aqui como um importante canal de comercialização. A atuação do atravessador prejudica a valorização da produção da agricultura familiar, desencadeando no baixo preço pago pela produção.

7.8. Mercados institucionais

Apenas duas associações declararam acessar mercados institucionais para a comercialização de sua produção, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), via prefeitura.

7.9. Desafios na produção

Os principais desafios relacionados à produção foram identificados no diagnóstico e organizados em 04 blocos. O primeiro traz as dificuldades relacionadas à organização e planejamento das associações (Tabela 25).

Tabela 25: Dificuldades de organização e planejamento das associações

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Problemas organizacionais (jurídicos/administrativos)	4
Dificuldades na gestão administrativa	7

O segundo bloco (Tabelas 26) elenca as dificuldades relacionadas à qualidade e volume da produção.

Tabela 26: Dificuldades na qualidade e volume da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixa qualidade da produção	6
Baixo volume produzido	6

Nestes dois primeiros blocos, as ações para a mitigação destes desafios estão relacionadas à atuação das comunidades e associações quilombolas, com organizações parceiras, para viabilizar, por exemplo, o acesso a serviços de ATER adequados à realidade das comunidades.

O terceiro bloco (Tabela 27), apresenta as dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção e está relacionado à falta de atuação do poder público.

Tabela 27: Dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Falta de transporte	19
Baixa qualidade das estradas	12

Estas dificuldades apresentaram maior frequência dentre as respostas, evidenciando a falta de infraestrutura viária nos territórios das comunidades quilombolas do Maranhão, prejudicando seu desenvolvimento econômico e social.

O quarto bloco (Tabela 28), mostra as dificuldades enfrentadas pelas comunidades para a comercialização da produção e refletem as dificuldades de todo o processo produtivo, ocasionando, também, na baixa valorização da produção quilombola.

Tabela 28: Dificuldades enfrentadas para a comercialização

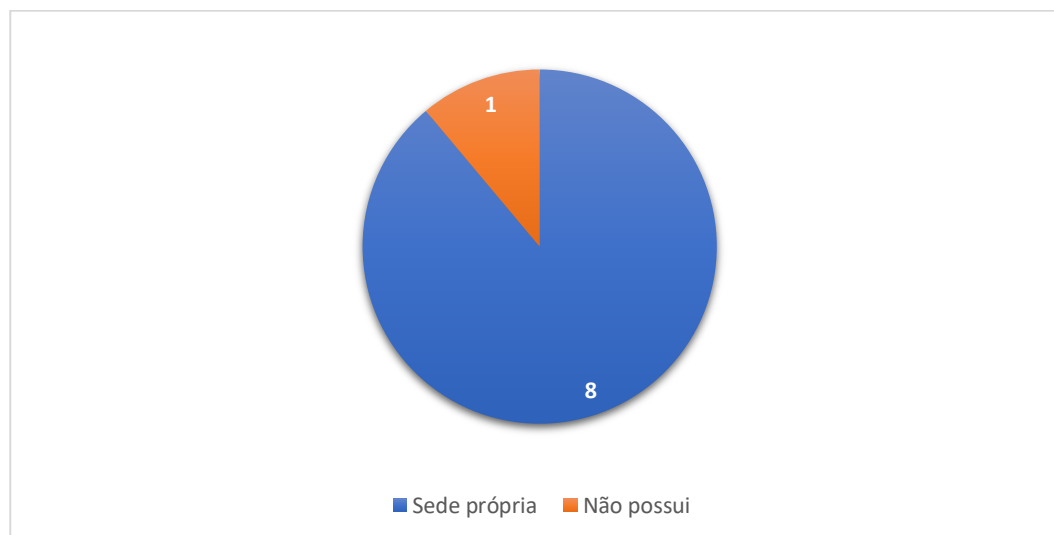
Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixo preço pago pela produção	10
Falta de mercado comprador	7

8. Mato Grosso

8.1. Comunidades e organizações comunitárias

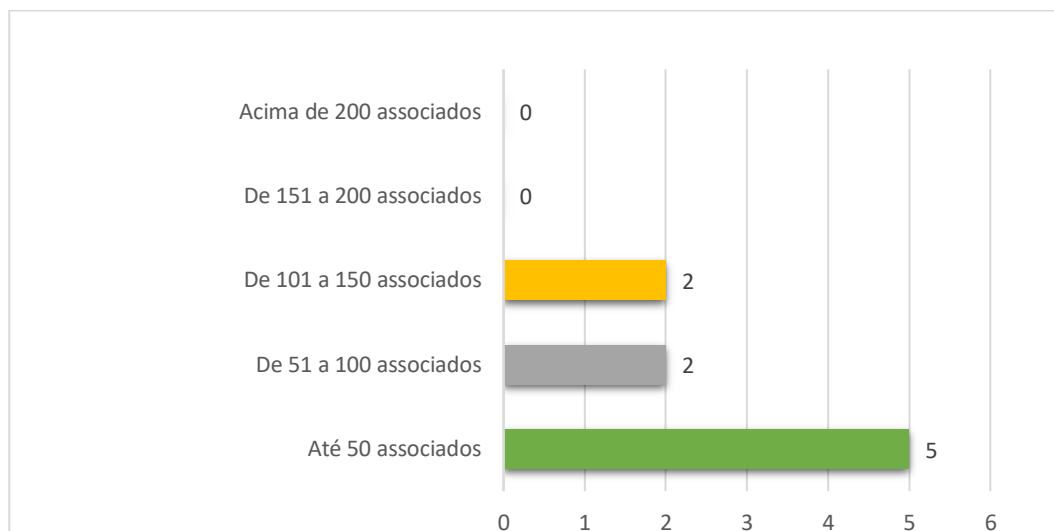
No Mato Grosso, participaram do levantamento 09 organizações/comunidades. A maioria das associações de pesquisa possuem sede própria (Gráfico 62).

Gráfico 62: Situação da sede das associações



As associações estão ativas e nenhuma possui dívidas, demonstrando boa gestão financeira das atividades que realizam. Sobre associados (Gráfico 63), a maioria possui até 50 associados.

Gráfico 63: Número de associados(as)



A maior associação tem 142 associados e beneficia 142 famílias, sendo a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento. A menor associação possui 28 associados e beneficia 28 famílias, sendo a Associação de Produtores Rurais da Comunidade Vãozinho, localizada no município Porto Estrela.

8.2. Produção Quilombola

A diversidade da produção (Gráfico 64) concentra-se na produção vegetal, com produtos como o milho e a banana (Gráfico 65). Segundo o levantamento, apenas 02 produtos são processados: a farinha de mandioca e a rapadura. O levantamento não obteve nenhuma resposta sobre a produção animal, seja pecuária ou criação de pequenos animais.

Gráfico 64: Diversidade da produção

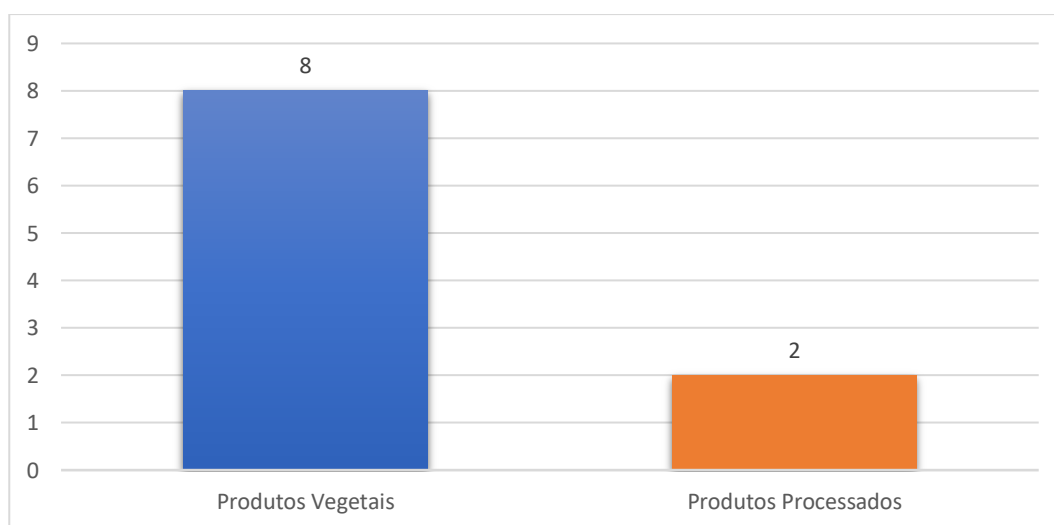
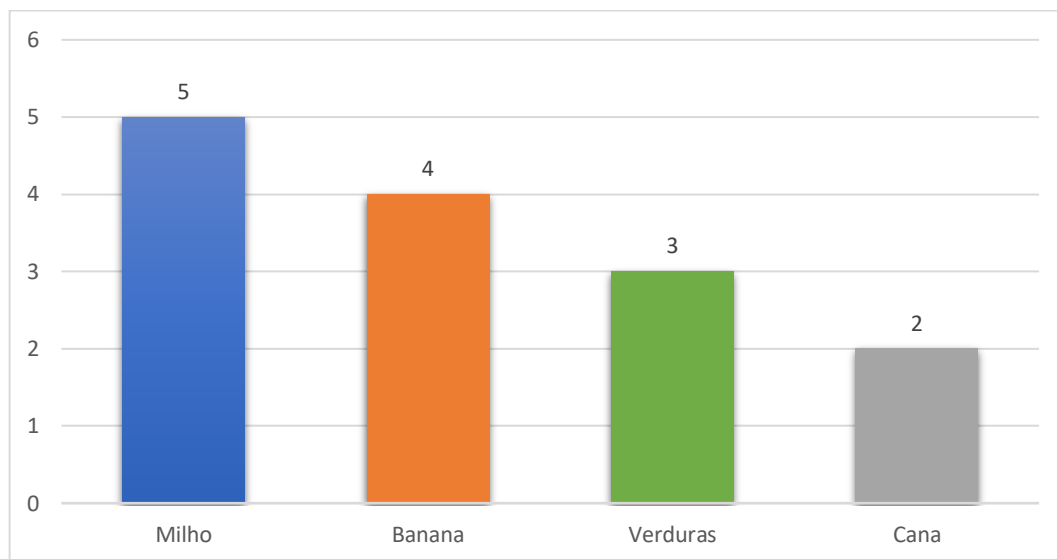


Gráfico 65: Principais produtos vegetais cultivados

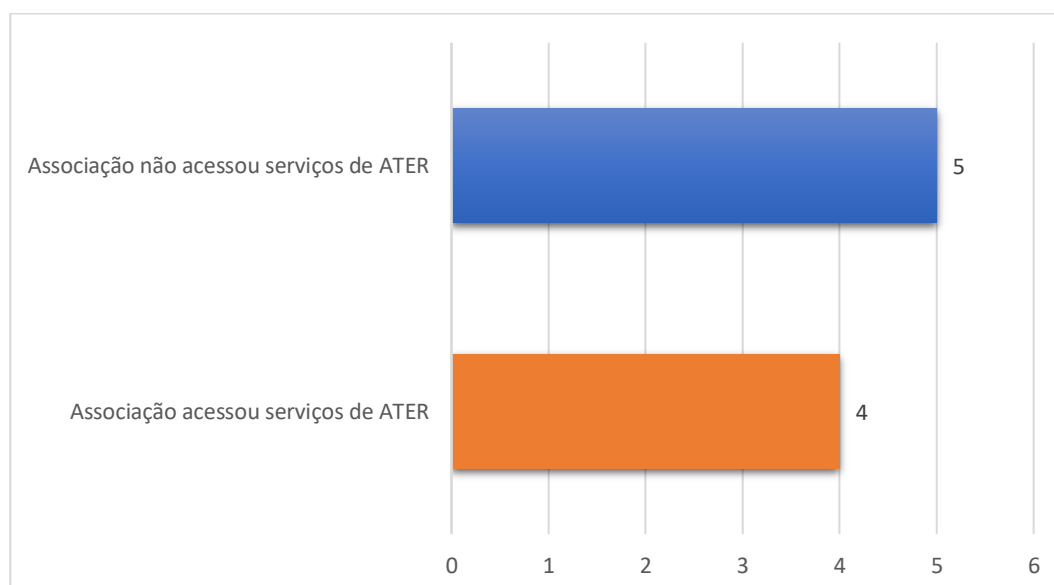


Assim como nos demais estados, os resultados demonstram a concentração da força de trabalho na produção, com produtos voltados prioritariamente ao autoconsumo.

8.3. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

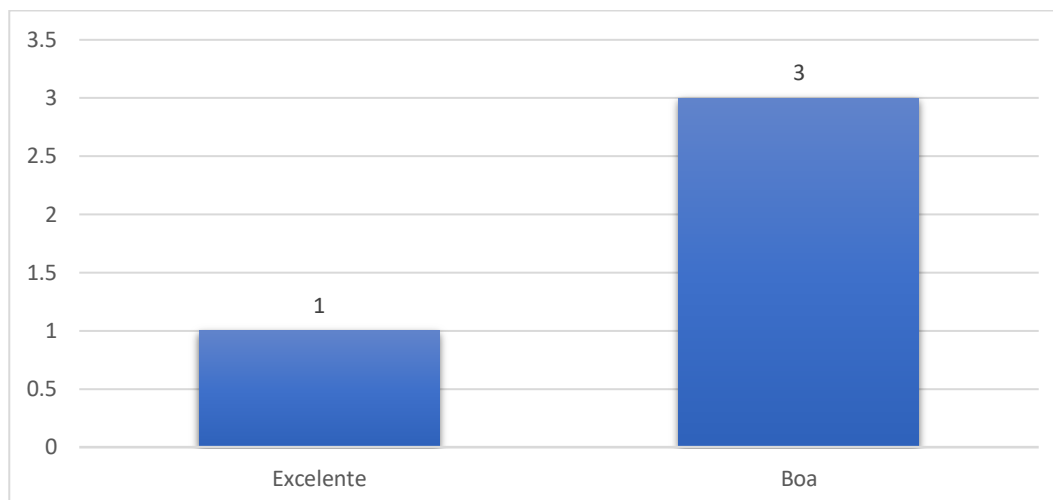
Sobre acesso a serviços de ATER (Gráfico 66), verifica-se que a ampliação do acesso é uma necessidade no estado, onde existe a ausência de investimento público voltado à assessoria técnica para as comunidades quilombolas.

Gráfico 66: Acesso à ATER



As associações que tiveram acesso à ATER avaliam bem os serviços prestados (Gráfico 67). As prestadoras de serviços de ATER citadas foram: Empresa Mato –Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), instituição pública e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), organização da sociedade civil.

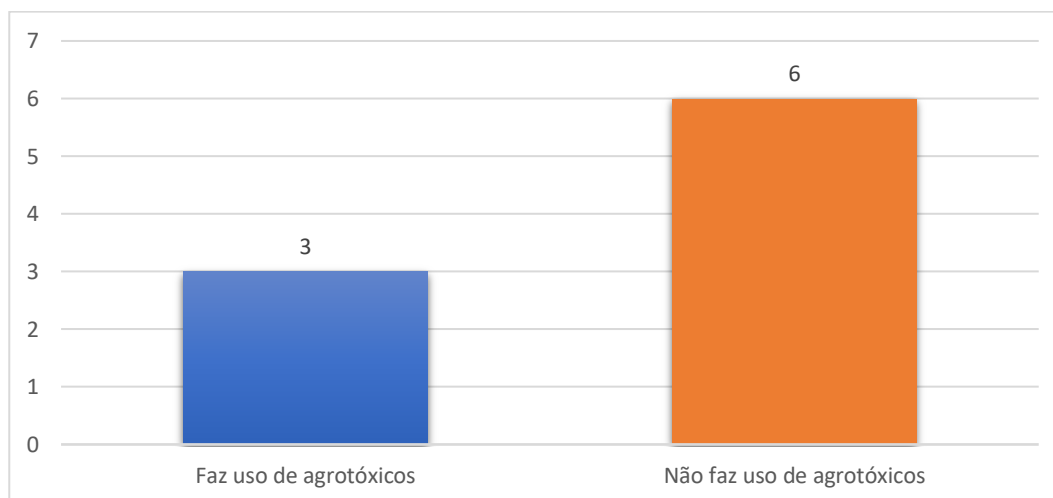
Gráfico 67: Qualidade dos serviços de ATER



8.4. Métodos de produção

Sobre o uso de agrotóxicos pelas comunidades da pesquisa (Gráfico 68), as comunidades não responderam se a aplicação, quando realizada, é feita seguindo orientação profissional e com receita específica.

Gráfico 68: Uso de agrotóxicos pelas comunidades entrevistadas



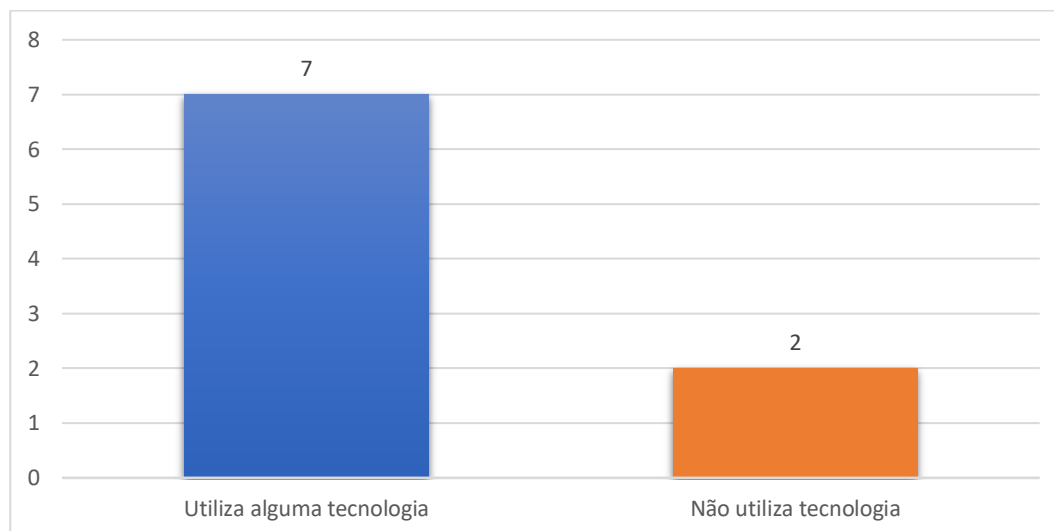
É importante a realização de campanhas de orientação sobre os riscos da utilização inadequada de agrotóxicos. O estado do MT apresenta altos índices de contaminação da população do campo, sendo o estado com maior consumo de agrotóxicos do Brasil¹³.

8.4.1. Utilização de tecnologias na produção

Sobre o uso de tecnologias na produção (Gráfico 69), 06 associações relataram que utilizam trator e uma associação utiliza irrigação.

¹³ https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/12/cartilha_agrotoxico_final.pdf

Gráfico 69: Uso de tecnologia para a produção



O aumento do uso de tecnologias na produção está diretamente relacionado às possibilidades de investimento nas atividades produtivas, diminuindo o esforço físico empregado nas atividades.

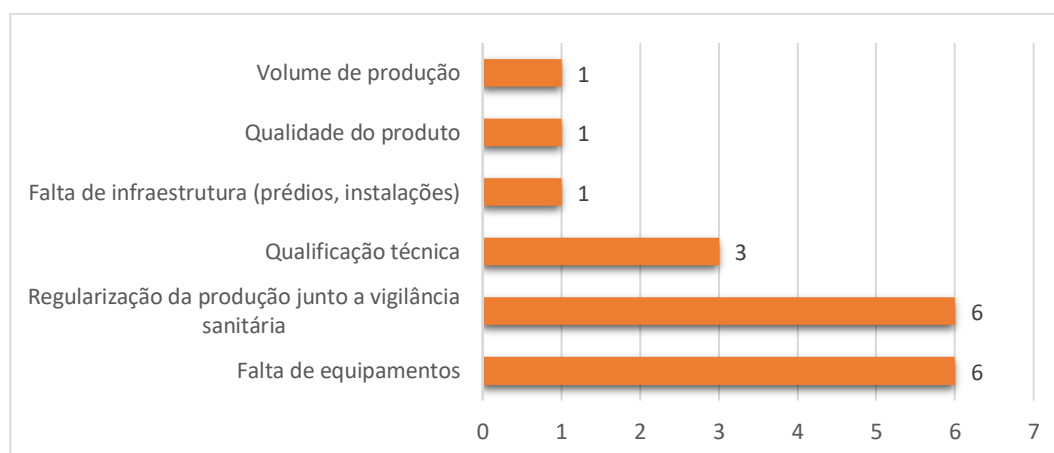
8.5. Beneficiamento da produção

Das 09 associações/comunidades da pesquisa, apenas uma possui agroindústria, que é voltada para a produção de doces de frutas.

8.5.1. Desafios do beneficiamento

Sobre os desafios enfrentados para o beneficiamento da produção (Gráfico 70), destaca-se a regularização para adequação às normas da vigilância sanitária e a falta de equipamentos, problemas comuns encontrados também nos dados dos outros estados.

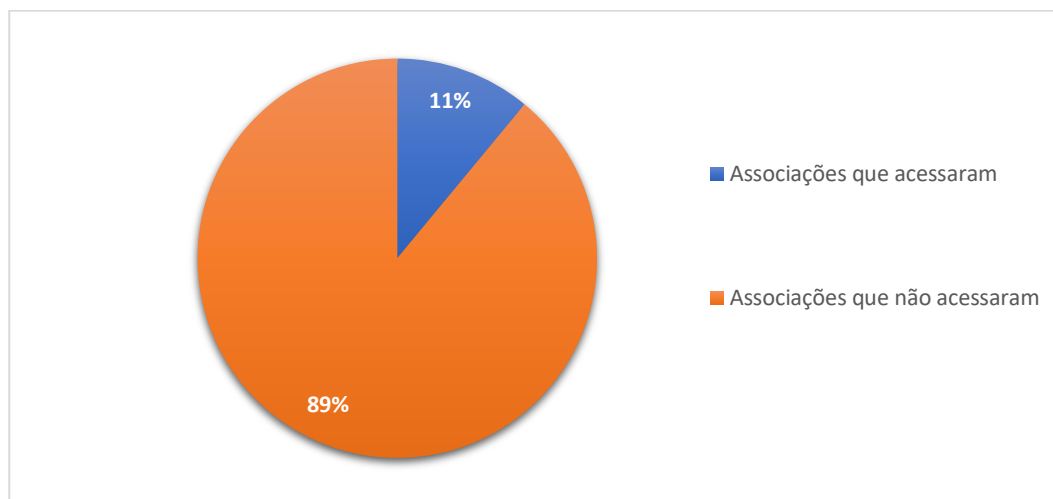
Gráfico 70: Desafios no beneficiamento da produção



8.6. Financiamentos e projetos

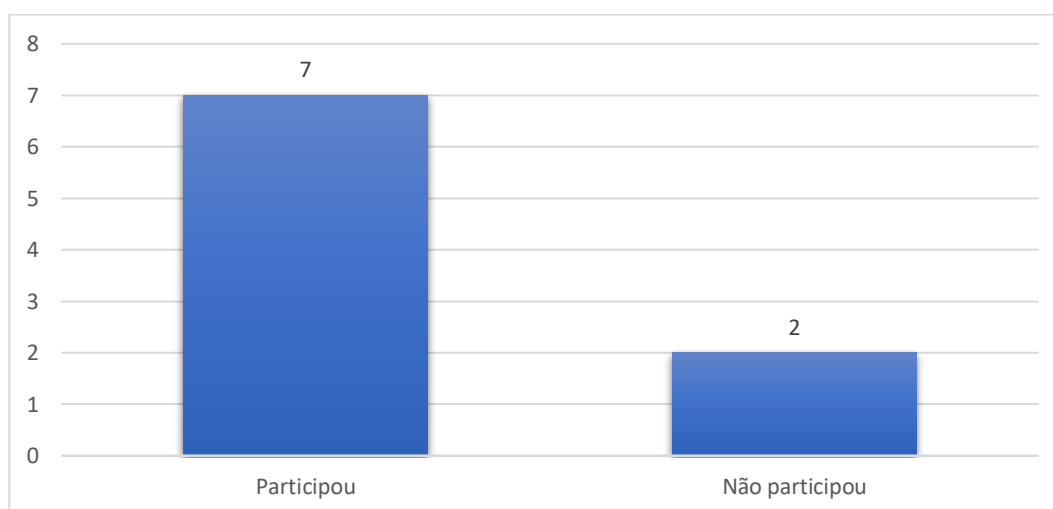
Poucas associações declararam acessar algum financiamento específico relacionado às atividades produtivas (Gráfico 71).

Gráfico 71: Acesso a financiamento



Mas, diferente de outros estados, as comunidades/associações do MT declararam participar de projetos e/ou ações de fortalecimento da agricultura familiar quilombola (Gráfico 72), no período entre 2019 e 2020

Gráfico 72: Participação em projetos



Este é um cenário positivo, tendo em vista o período de baixos investimentos governamentais. Além de lutar pela garantia do orçamento público, é importante realizar parcerias com instituições governamentais que possam apoiar nas ações de fortalecimento das comunidades quilombolas.

A pesquisa no Mato Grosso, diferente dos demais estados, não apresentou dados sobre a comercialização e nem sobre acesso aos mercados institucionais.

8.7. Desafios na produção

O diagnóstico identificou as dificuldades apresentadas para o desenvolvimento produtivo das 09 associações/comunidades da agricultura familiar quilombola do estado. Os resultados foram agrupados em 04 blocos.

Os blocos 1 e 2 apresentam dificuldades relacionadas à organização e planejamento das associações (Tabela 29) e dificuldades na qualidade e volume da produção (Tabela 30).

Tabela 29: Dificuldades de organização e planejamento das organizações comunitárias

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Problemas organizacionais (jurídicos/administrativos)	2
Dificuldades na gestão administrativa	1

Tabela 30: Dificuldades na qualidade e volume da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixa qualidade da produção	1
Baixo volume produzido	1

Já no terceiro e quarto bloco de dificuldades (Tabela 31 e 32), as associações/comunidades relataram maiores desafios relacionados ao escoamento e comercialização da produção.

Tabela 31: Dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Falta de transporte	8
Baixa qualidade das estradas	3

Tabela 32: Dificuldades enfrentadas para a comercialização

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixo preço pago pela produção	5
Falta de mercado comprador	1

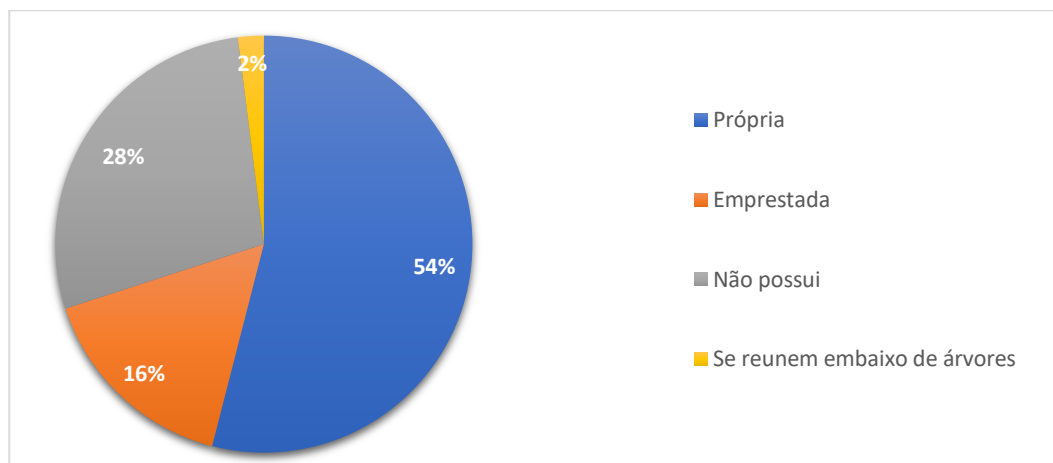
Para a superação destes desafios, é fundamental a ação do poder público com investimentos em infraestrutura e apoio na construção de planos de negócios das associações, contendo informações/estudos sobre o mercado consumidor local.

9. Minas Gerais

9.1. Comunidades e organizações comunitárias

O levantamento no estado de Minas Gerais contou com informações de 50 associações/comunidades. Foi levantada a situação das sedes das associações, identificando também suas condições de funcionamento (Gráfico 73).

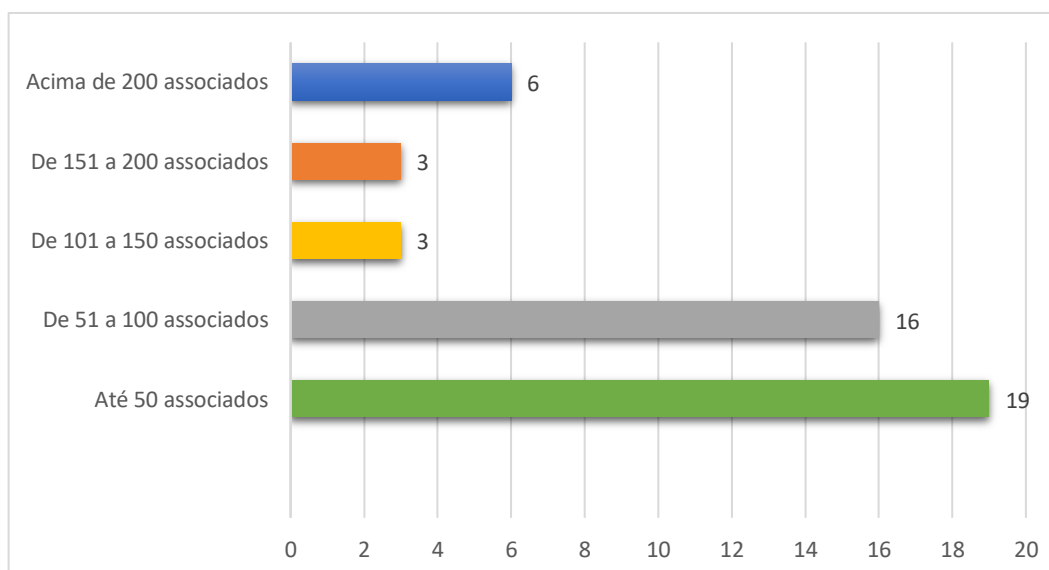
Gráfico 73: Situação da sede das associações



A maioria das sedes das associações estão localizadas nas próprias comunidades, geralmente construídas por mutirão. Essa proximidade com a comunidade é importante para o desenvolvimento das atividades. Já as associações que não possuem sede, apresentam maiores dificuldades administrativas, por exemplo.

Sobre a regularidade das associações, o levantamento identificou que apenas 03 associações não estão ativas e que a maioria das associações possui no máximo 100 associados (Gráfico 74).

Gráfico 74: Número de associados(as)



A maior associação ativa, que possui 3000 associados, beneficiando 360 famílias com sua atuação, é a Associação de Brejo dos Crioulos, do município de Varzelândia. A menor associação ativa, que possui 15 associados, beneficiando 15 famílias, é a Associação dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo Peixe Bravo, localizada no município de Riacho dos Machados.

O diagnóstico também identificou a existência de pendências financeiras das 50 associações (Gráfico 75), bem como a origem destas dívidas (Tabela 33).

Gráfico 75: Situação de dívidas das associações

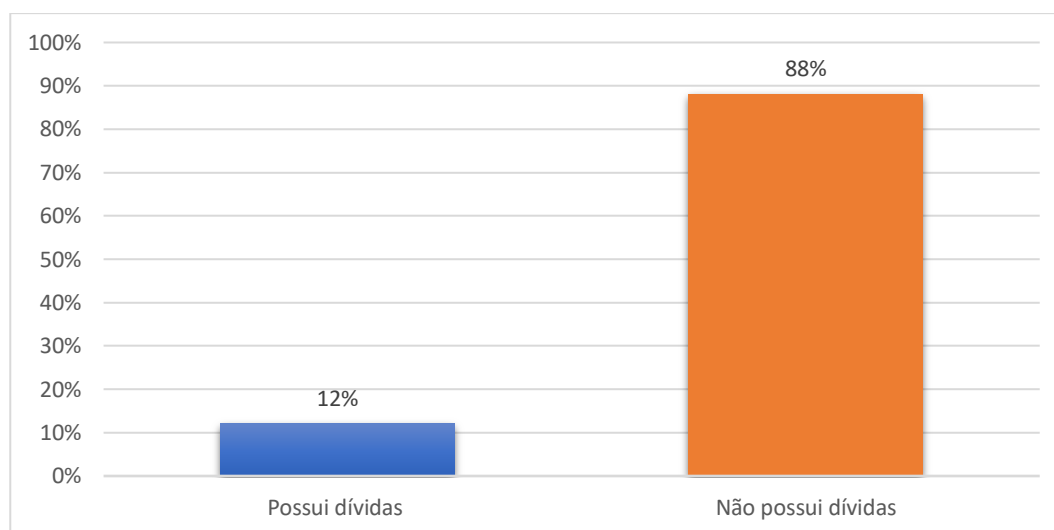


Tabela 33: Tipo de dívidas das associações

Tipo de dívida	Número de Associações
Receita Federal	02
Contas de Água e energia elétrica	03
Problema de prestação de contas de projeto	01

Como observado, as associações precisam de assessoria técnica para apoiar na gestão, planejamento e organização das suas obrigações tributárias e de estrutura básica para funcionamento.

9.2. Produção Quilombola

O levantamento identificou a diversidade da produção nas comunidades quilombolas de Minas Gerais (Gráfico 76), diferenciando a produção vegetal (Gráfico 77), animal (Gráfico 78) e também os produtos processados (Gráfico 79).

Gráfico 76: Diversidade da Produção

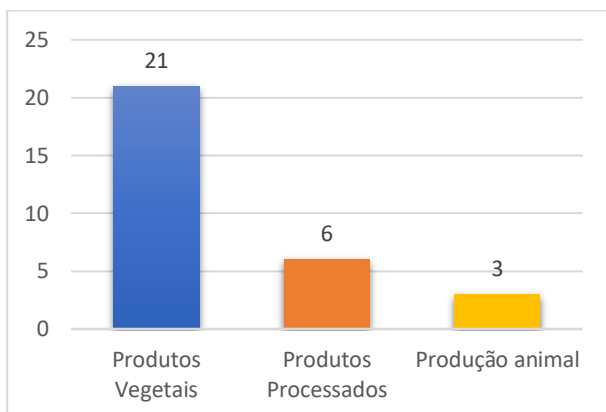


Gráfico 78: Produção animal

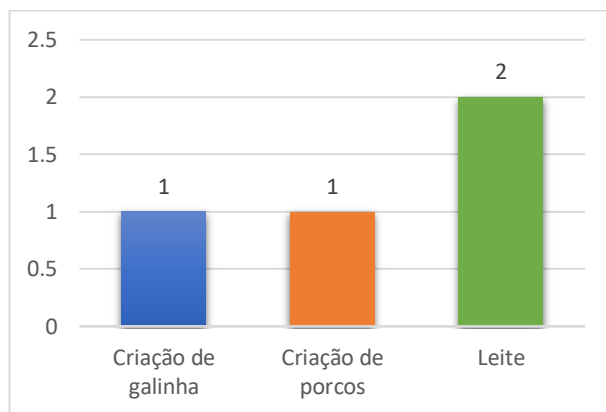


Gráfico 77: Principais produtos vegetais cultivados

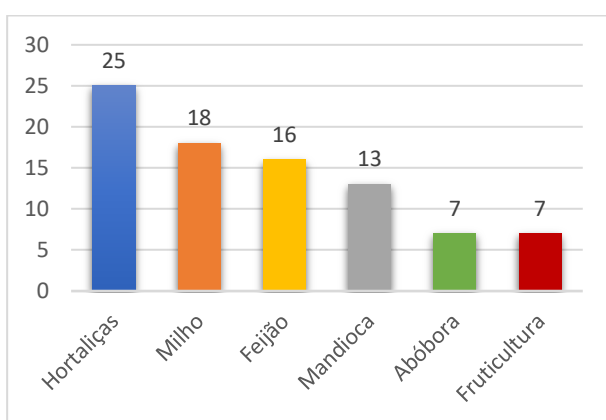
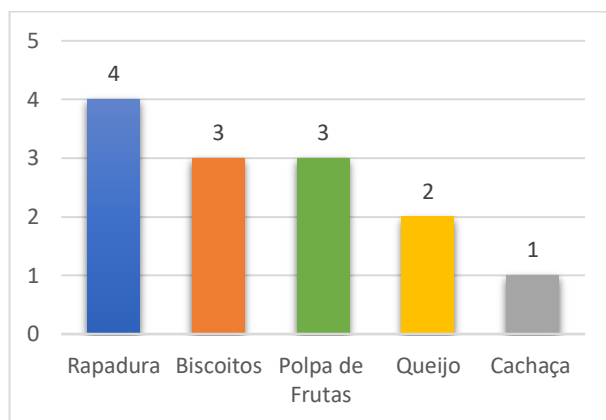


Gráfico 79: Produtos processados



Toda essa produção tem o objetivo maior de garantir a segurança alimentar das comunidades, com a comercialização feita a partir do excedente da produção, para apoiar na geração de renda das comunidades.

9.3. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A pesquisa identificou, junto às associações participantes, sobre o acesso a serviços de ATER (Gráfico 80) e também sobre a natureza da ATER, caso tenha sido acessada pela comunidade (Gráfico 81).

Gráfico 80: Acesso à ATER

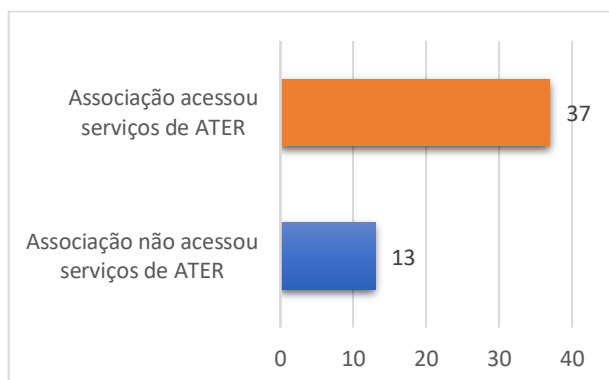
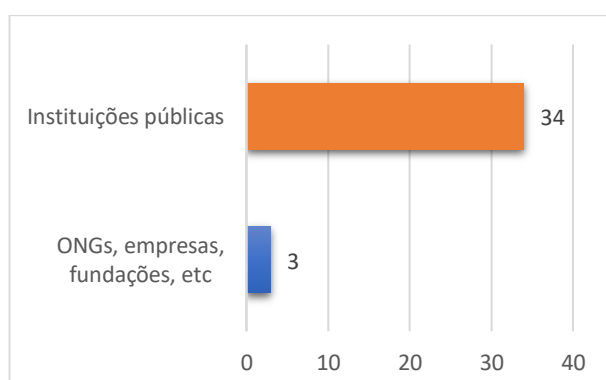


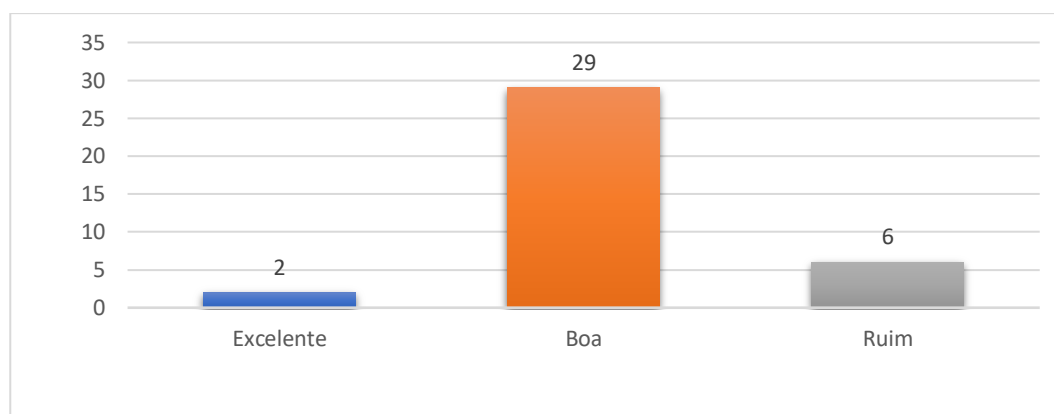
Gráfico 81: Natureza dos serviços de ATER



Dentre as instituições citadas pelas associações, enquanto prestadoras de serviço de ATER, estão o Centro Débora Mesquita (CDM) e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), enquanto organizações não governamentais, e a Secretaria de Agricultura de Capelinha, enquanto instituição governamental. Também foi citado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entidade de direito privado.

Sobre a qualidade dos serviços de ATER, o questionário obteve 37 respostas (Gráfico 82).

Gráfico 82: Qualidade dos serviços de ATER



Em Minas Gerais, observa-se que uma parte significativa das associações acessam a ATER. E, quando comparado com os dados sobre produção e beneficiamento, pode-se afirmar que as ações de ATER são fundamentais para o desenvolvimento das atividades produtivas das famílias quilombolas.

9.4. Métodos de produção

As 50 associações responderam sobre a utilização ou não de agrotóxicos em suas produções (Gráfico 83). As que usam, geralmente, aplicam com receita agrônoma (Gráfico 84).

Gráfico 83: Uso de agrotóxicos pelas comunidades entrevistadas

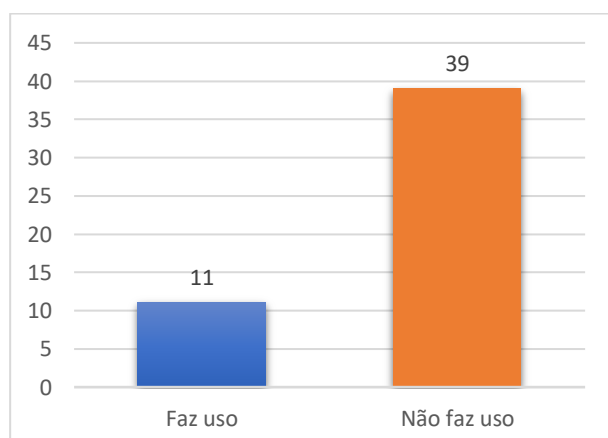
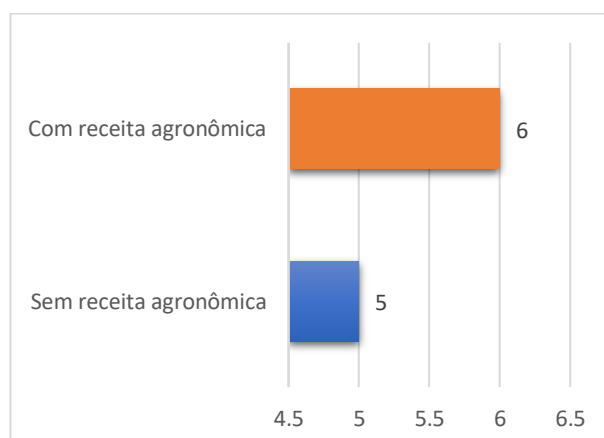


Gráfico 84: Utilização de agrotóxicos com ou sem orientação técnica



Também foi questionado, caso a comunidade utilize agrotóxico, qual a destinação para o descarte das embalagens (Tabela 34).

Tabela 34: Descarte das embalagens de agrotóxicos

Onde realiza o descarte da embalagem do agrotóxico	Número de respostas
Descarta no local de recolhimento da empresa	2
Queima	4
Descarta no campo	1

O Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo desde 2018¹⁴. A contaminação dos alimentos, dos seres humanos e do meio ambiente são fatores de extrema preocupação e que devem ser priorizados pelo Estado brasileiro.

9.4.1. Utilização de tecnologias na produção

A maioria das comunidades/associações declararam utilizar tecnologias para a produção agrícola (Gráfico 85) e detalharam algumas destas tecnologias utilizadas (Gráfico 86).

Gráfico 85: Uso de tecnologia para a produção

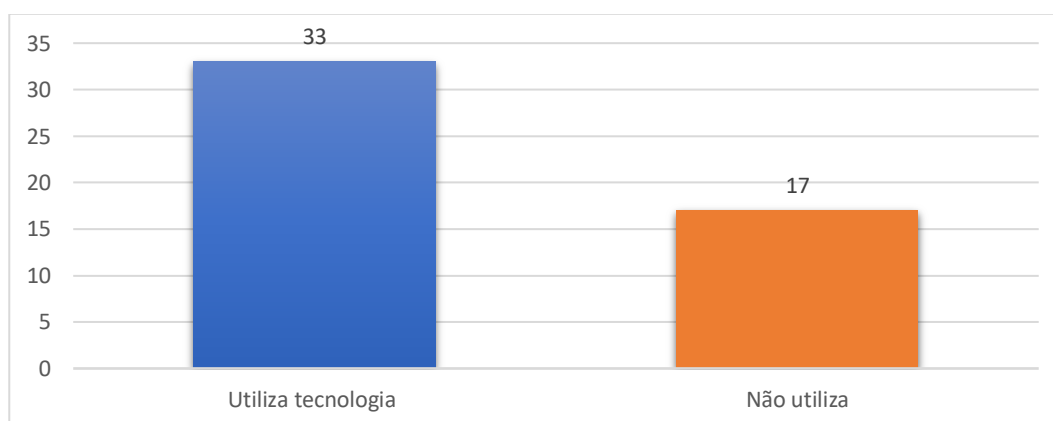
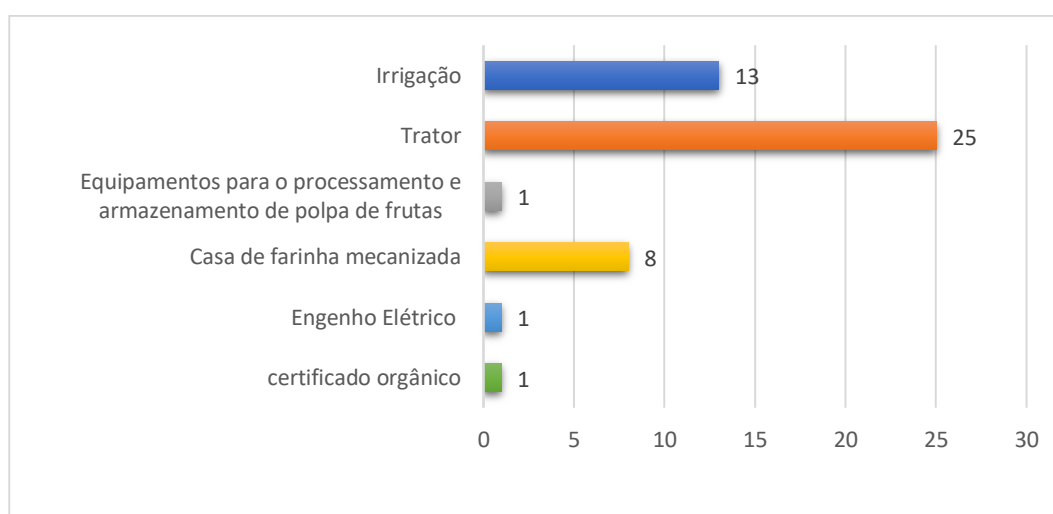


Gráfico 86: Tecnologias utilizadas



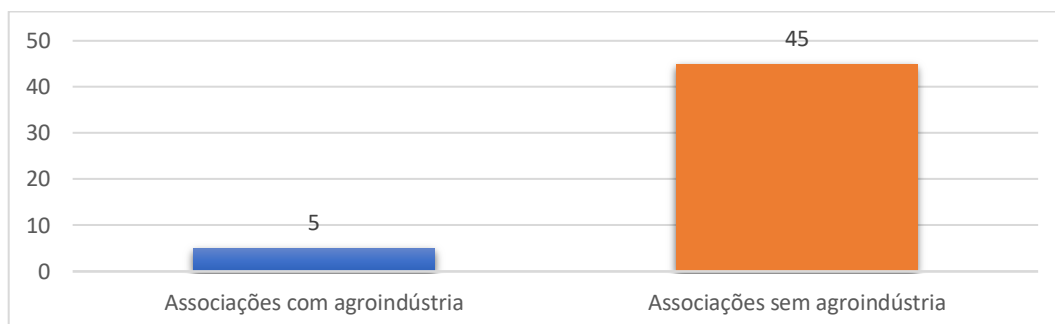
¹⁴ Fonte: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/444200-brasil-e-o-maior-consumidor-mundial-de-agrotoxicos/>

O uso de tecnologias facilita as operações e diminui o esforço físico necessário para a produção. Ainda é preciso ampliar o acesso às tecnologias de produção para as comunidades quilombolas, principalmente na etapa do beneficiamento da produção.

9.5. Beneficiamento da produção

Foram identificadas associações que possuem agroindústrias coletivas, voltadas para o beneficiamento da produção (Gráfico 87).

Gráfico 87: Agroindústrias quilombolas



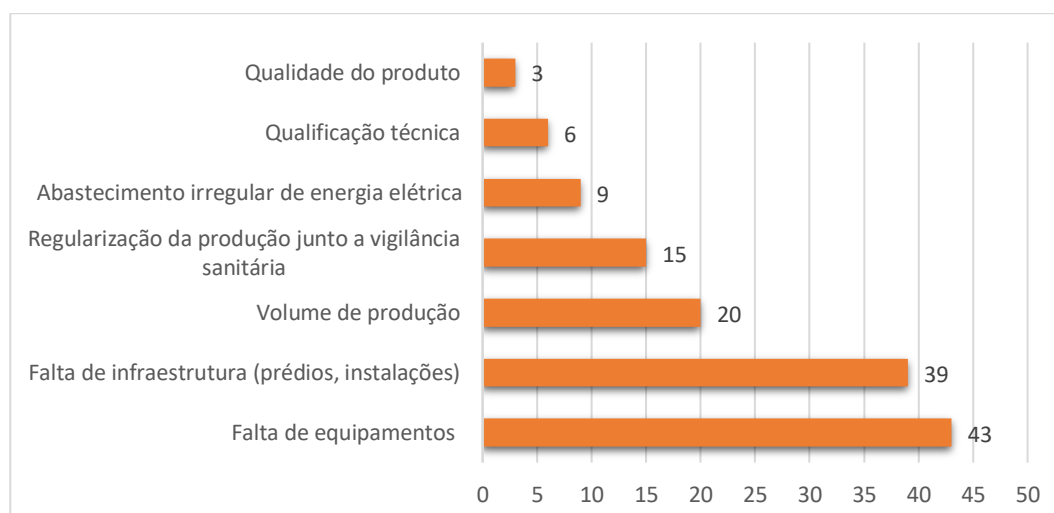
As agroindústrias relatadas são de fabricação de temperos, polpa de frutas, biscoitos e bolos e fabricação de linha de algodão.

Aprimorar as ações de beneficiamento, com a melhora da qualidade e consequente agregação de valor à produção, é um dos caminhos para ampliar a geração de trabalho e renda da agricultura familiar quilombola no estado.

9.5.1. Desafios do beneficiamento

Sobre os desafios enfrentados para o beneficiamento da produção, 49 associações responderam a pergunta (Gráfico 88). Os resultados evidenciam a falta de ATER e investimento do estado em infraestrutura nas áreas rurais.

Gráfico 88: Desafios no beneficiamento da produção

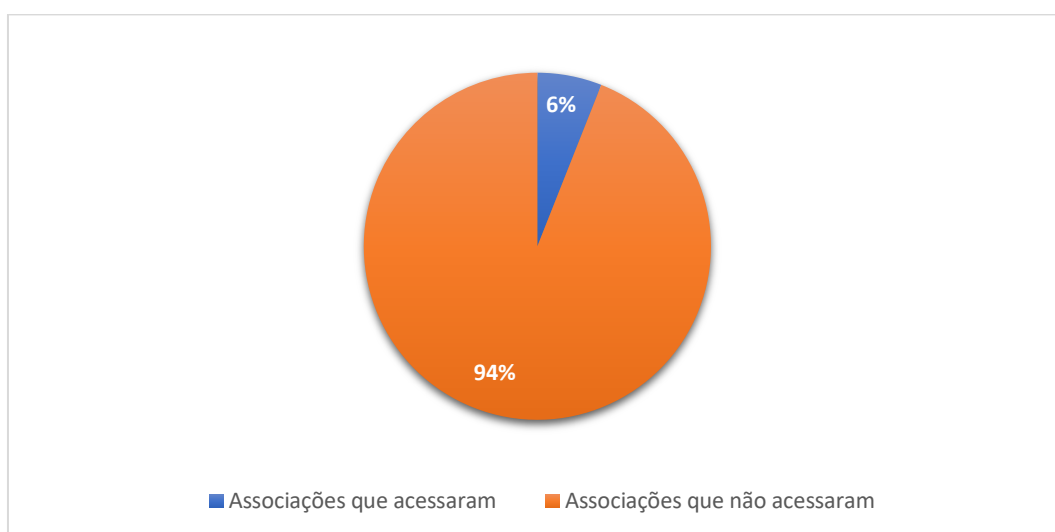


O beneficiamento é uma etapa da produção que tem grande possibilidade de gerar emprego e renda por meio da instalação de agroindústrias nas comunidades, garantindo a qualidade de vida e a fixação da população do campo. O investimento em agroindústrias deve ser visto como uma importante alternativa de redução da pobreza e da desigualdade no campo.

9.6. Financiamentos e projetos

Sobre o acesso a financiamentos das atividades produtivas (Gráfico 89), a pesquisa contou com 48 respostas.

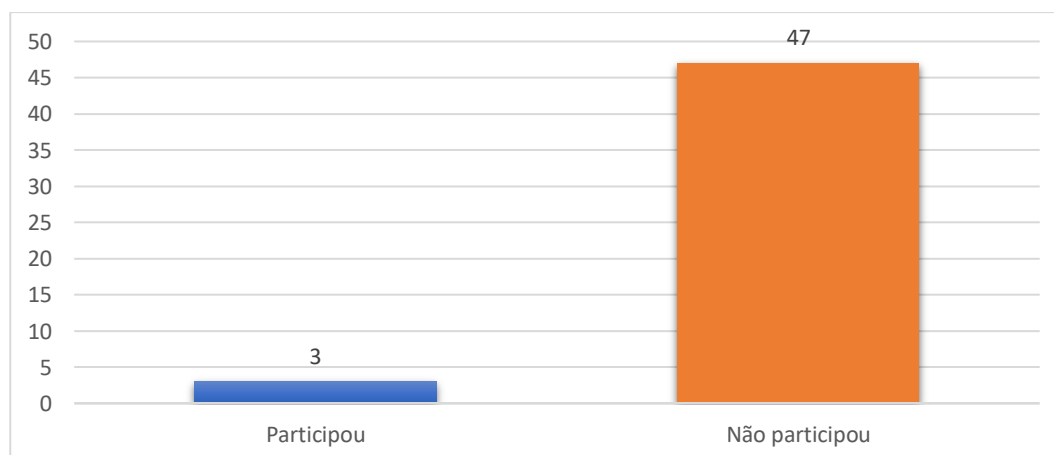
Gráfico 89: Acesso a financiamento



Mesmo com o baixo acesso a financiamentos, as comunidades quilombolas apresentam uma grande diversidade de produção de alimentos. É necessário desburocratizar e incentivar financiamentos adequados à realidade das comunidades, visando a superação dos entraves no desenvolvimento econômico da agricultura familiar quilombola.

Sobre projetos (Gráfico 90), apenas 3 organizações/comunidades declararam ter participado de projetos de fortalecimento da agricultura familiar, no período de 2019 a 2020.

Gráfico 90: Participação em projetos



Dentre as comunidades que participaram de projetos, está a comunidade quilombola São Sebastião, do município de Monte Azul, que participou do projeto “Tecendo autonomia”, com o objetivo de ajudar na renda familiar, plantando algodão e utilizando caldas agroecológicas.

Outro projeto citado foi o “Projeto Enlaçando Experiências”, iniciativa do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), em parceria com Sindicatos de trabalhadores(as) rurais, associações, comunidades, famílias, educadores, jovens, adolescentes e crianças. O projeto tem por objetivo proporcionar condições e situações locais estimuladoras para crianças e adolescentes, partindo dos seus valores culturais e sua realidade, inclusive com as pautas de cuidado com o meio ambiente.

9.7. Comercialização

Os resultados sobre os canais de comercialização (Tabela 35) em Minas Gerais, diferente de outros estados, não tem a figura do atravessador como alternativa central para a comercialização. A superação da necessidade do atravessador é um importante aspecto que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar quilombola.

Tabela 35: Canais de comercialização utilizados

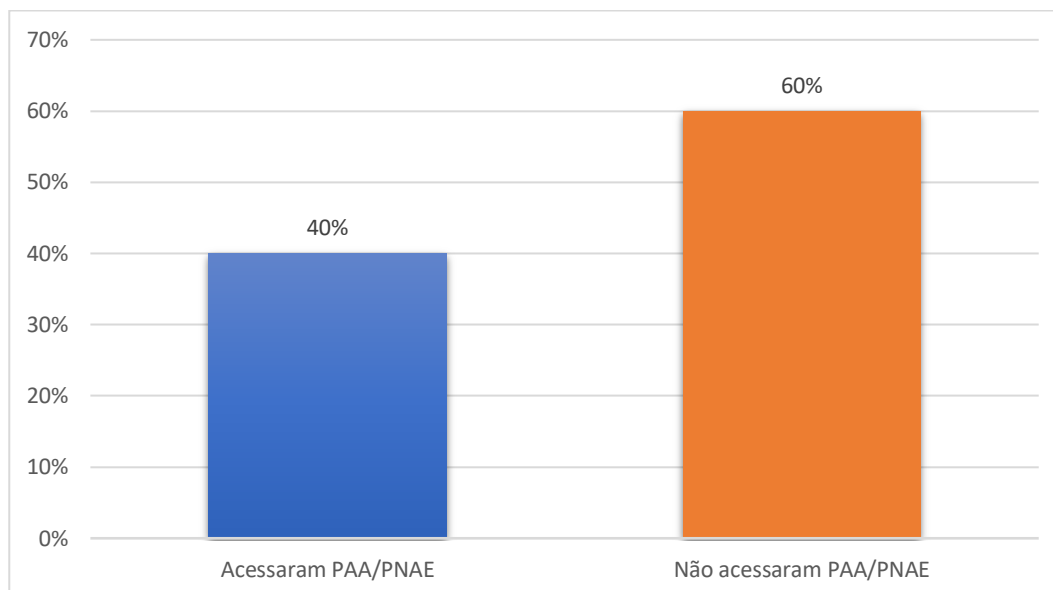
Canal de Comercialização	Nº de associações
Atravessador	2
Comércio Local	6
Feira Livre	27
PAA/PNAE	8
Venda a domicílio	6

O foco da comercialização em feiras livres e no comércio local é uma alternativa importante para a comercialização da produção quilombola, que pode ser melhorada com a realização de estudos de mercado.

9.8. Mercados institucionais

Sobre o acesso aos mercados institucionais (Gráfico 91), observa-se a necessidade de fortalecer as comunidades para acessar programas como o PAA e PNAE, importantes instrumentos para a geração de renda das comunidades quilombolas.

Gráfico 91: Acesso aos mercados institucionais



Desde 2018, observa-se uma significativa redução de investimentos governamentais nos programas de compras institucionais. Isto tem afetado diretamente a população quilombola, sendo preciso que o estado destine orçamento e aplicação adequada dos programas às comunidades.

9.9. Desafios na produção

O levantamento identificou os desafios enfrentados pelas associações da agricultura familiar quilombola, no estado de Minas Gerais. Os resultados foram agrupados em 04 blocos.

No primeiro bloco (Tabela 36), as dificuldades são relacionadas à área administrativa.

Tabela 36: Dificuldades de organização e planejamento das organizações comunitárias

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Problemas organizacionais (jurídicos/administrativos)	22
Dificuldades na gestão administrativa	22

O segundo bloco (Tabela 37) traz as dificuldades sobre qualidade e volume da produção.

Tabela 37: Dificuldades na qualidade e volume da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixa qualidade da produção	3
Baixo volume produzido	17

Para os desafios apontados nestes blocos, é imprescindível que as comunidades, por meio de suas associações, junto ao movimento quilombola e organizações parceiras, busquem assessorias técnicas voltadas à gestão administrativa e de produção.

O terceiro bloco (Tabelas 38) apresenta os desafios sobre o escoamento da produção.

Tabela 38: Dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Falta de transporte	29
Baixa qualidade das estradas	25

O quarto bloco (Tabela 39) trata das dificuldades enfrentadas para a comercialização.

Tabela 39: Dificuldades enfrentadas para a comercialização

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixo preço pago pela produção	16
Falta de mercado comprador	19

As ações estratégicas para mitigar os desafios apontados nestes blocos, dependem da atuação do poder público, com a instalação de infraestrutura adequada nos territórios. A deficiência do estado brasileiro em prover infraestrutura de qualidade, priva as comunidades quilombolas de seus direitos fundamentais e prejudica o desenvolvimento das atividades econômicas.

Importante reforçar que os desafios apontados no quarto bloco são decorrentes e também impactam diretamente nos desafios sobre organização das associações, volume e qualidade da produção e comercialização.

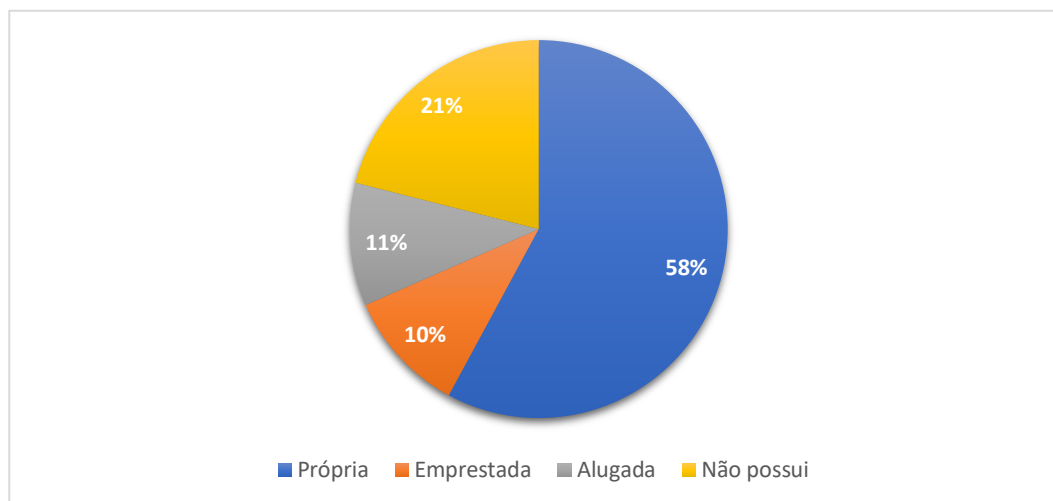
10. Paraíba

10.1. Comunidades e organizações comunitária

O levantamento das ações de produtividade, no estado da Paraíba, contou com 24 organizações/comunidades.

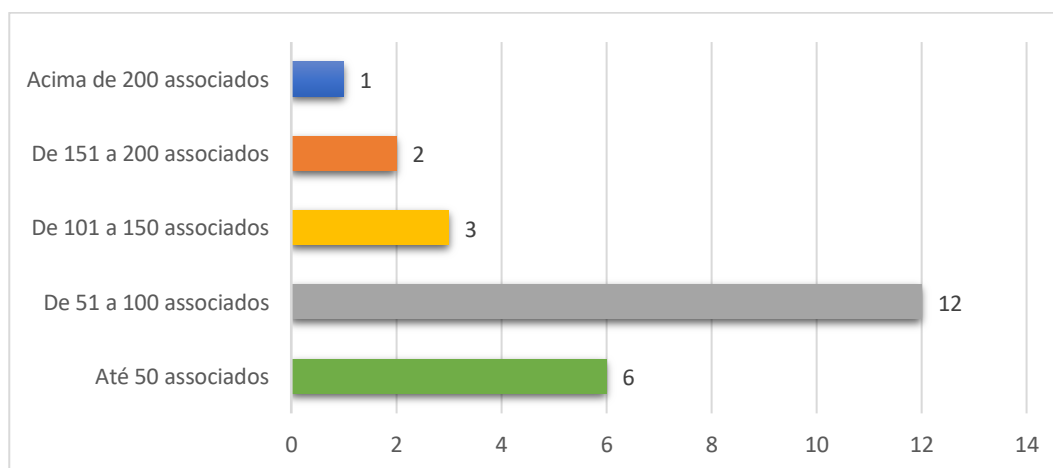
Para entender sobre a atuação das associações, foram levantadas informações relativas à situação atual (ativas ou não) e também informações sobre as sedes (Gráfico 92).

Gráfico 92: Situação das sedes das associações



Todas as 24 associações se encontram ativas e a maioria possui até 100 associados (Gráfico 93).

Gráfico 93: Número de associados(as)



A associação com o maior número de associados, que possui 410 associados e beneficia 200 famílias com sua atuação, é a Associação Quilombola Barra de Oitis, do município de Diamante.

Já a associação com o menor número de associados, que possui 10 associados e beneficia 20 famílias, é a Associação do Núcleo de Integração Rural do Talhado, localizada no município de Santa Luzia.

O diagnóstico também identificou a existência de pendências financeiras (Gráfico 94) e a sua natureza (Tabela 40).

Gráfico 94: Situação de dívidas das associações

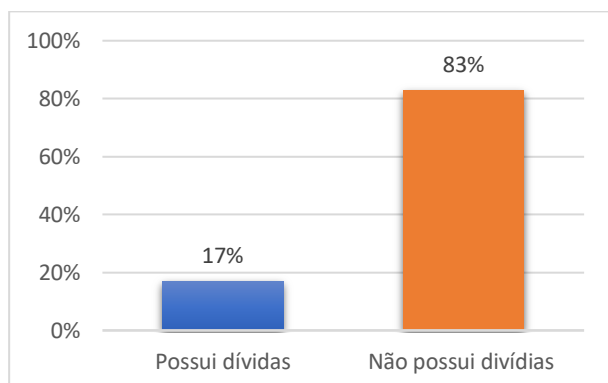


Tabela 40: Tipos de dívidas das associações

Tipo de dívida	Número de Associações
Receita Federal	02
Impostos	03

Como observado, as dívidas das associações estão relacionadas, principalmente, à gestão administrativa, podendo ser resolvidas a partir de apoios voltados ao fortalecimento institucional, que possibilitem um maior acesso das associações a projetos e políticas públicas.

10.2. Produção Quilombola

A maior parte da diversidade da produção (Gráfico 95) é voltada para produção vegetal, tendo como principais produtos o milho, coentro, alface e macaxeira (Gráfico 96).

Gráfico 95: Diversidade da produção

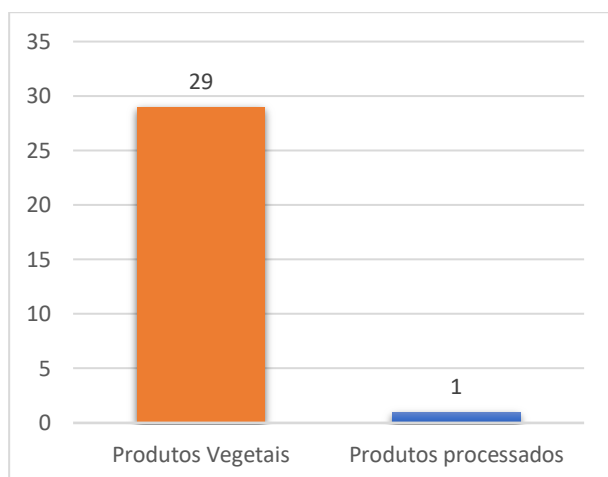
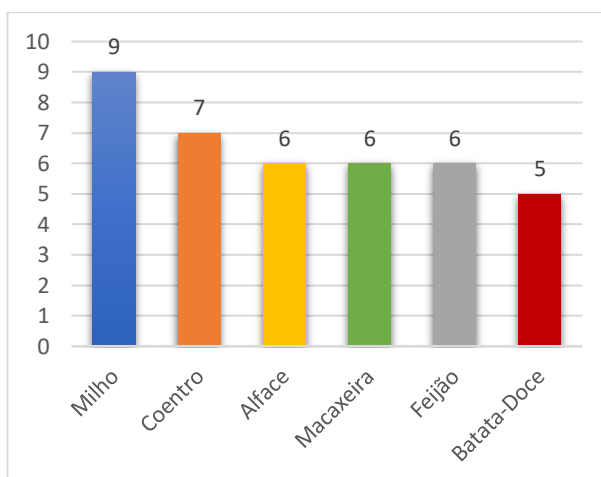


Gráfico 96: Principais produtos vegetais cultivados



No levantamento, foi citado apenas 01 produto processado: a polpa de umbu. O levantamento não obteve nenhuma resposta sobre a produção animal, seja pecuária ou criação de pequenos animais.

A produção de grande parte dos itens que compõem a cesta alimentar das comunidades é para garantir a segurança alimentar. O excedente é comercializado.

10.3. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Sobre os serviços de ATER (Gráfico 97), verifica-se que a maioria das comunidades da pesquisa conseguiu o acesso, que ocorreu por meio de instituições públicas (Gráfico 98).

Gráfico 97: Acesso à ATER

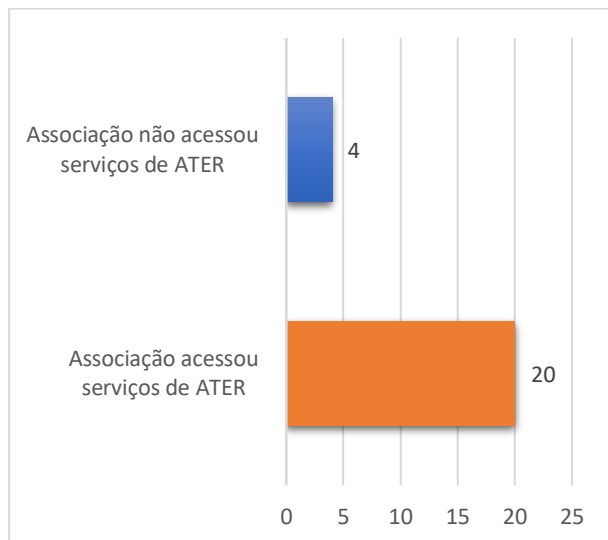
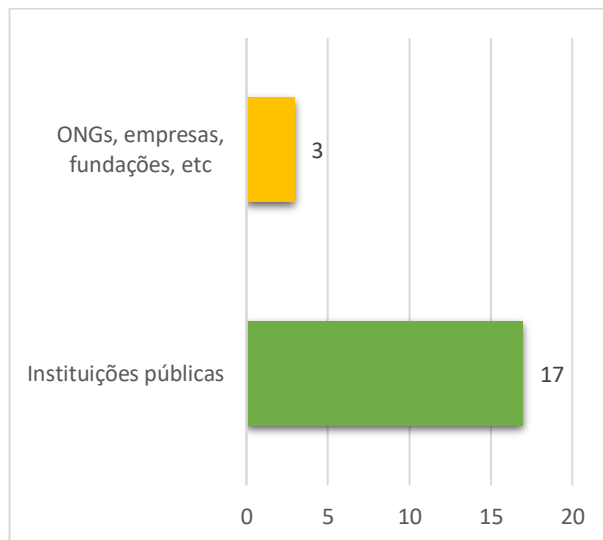
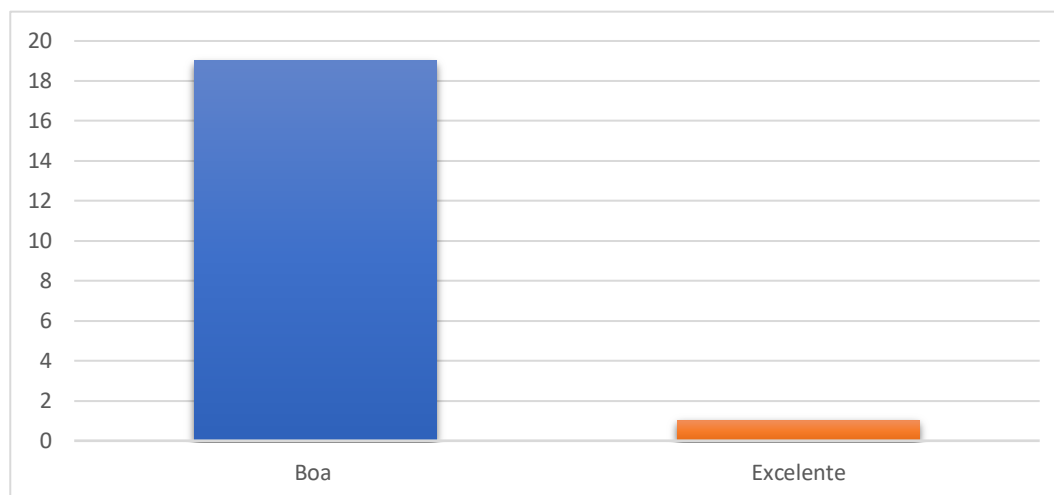


Gráfico 98: Natureza dos serviços de ATER



As associações que tiveram acesso à ATER avaliam bem os serviços prestados (Gráfico 99).

Gráfico 99: Qualidade dos serviços de ATER



Os resultados também demonstram que o poder público estadual é atuante na prestação de serviços de ATER para as comunidades quilombolas.

As prestadoras de serviços de ATER citadas foram: Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAAC), Programa de Promoção e Ação Comunitária (PROPAC), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Biodinâmica e NeoEnergia.

10.4. Métodos de produção

Foi identificado se as comunidades utilizam ou não agrotóxicos em suas produções (Gráfico 100). Também foi questionado às comunidades se a aplicação, quando realizada, é feita seguindo orientação profissional e com receita específica (Gráfico 101).

Gráfico 100: Uso de agrotóxicos pelas comunidades entrevistadas

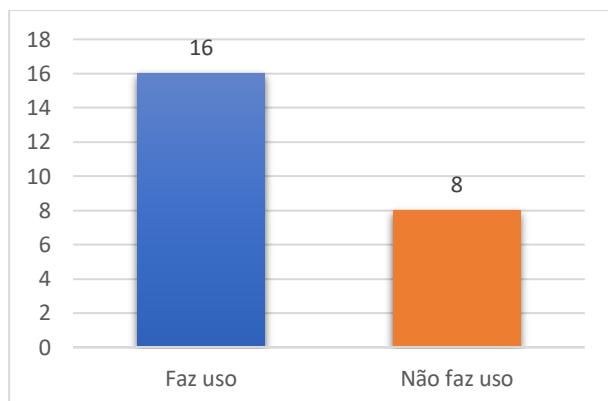
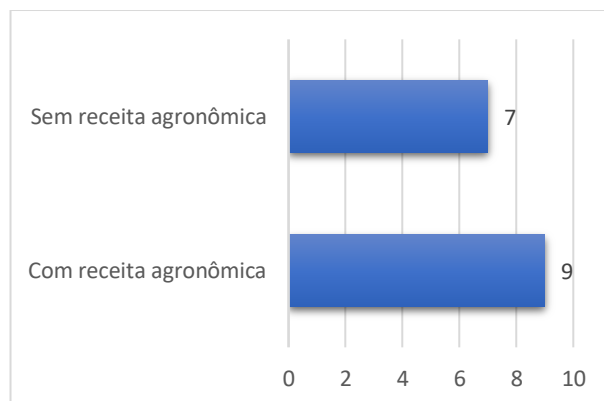


Gráfico 101: Utilização de agrotóxicos com ou sem orientação técnica



No uso dos agrotóxicos, também é importante entender qual a destinação de descarte das embalagens feito pelas comunidades (Tabela 41).

Tabela 41: Descarte das embalagens de agrotóxicos

Resposta	Número de vezes que apareceu
Queima a embalagem	07
Descarta no campo	07
Devolve para o estabelecimento onde comprou	03

O descarte correto das embalagens de agrotóxicos evita a contaminação do solo, da água e previne danos à saúde humana. No Brasil, o descarte das embalagens de agrotóxicos é normatizado pela Lei Nº 9.974/00¹⁵, que determina que todos os atores da cadeia de consumo têm responsabilidade sobre o correto descarte destas embalagens, ou seja, desde o fabricante ao usuário. A responsabilidade do usuário é devolver a embalagem, com a tampa e rótulo, ao estabelecimento que vendeu o produto. O estabelecimento, por sua vez, deve devolver ao fabricante para que faça a correta destinação para as usinas de reciclagem.

¹⁵Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9974.htm

10.4.1. Utilização de tecnologias na produção

Sobre o uso de tecnologias na produção (Gráfico 102), a maioria das associações relataram que utilizam trator e arado com tração animal (Gráfico 103).

Gráfico 102: Uso de tecnologia para a produção

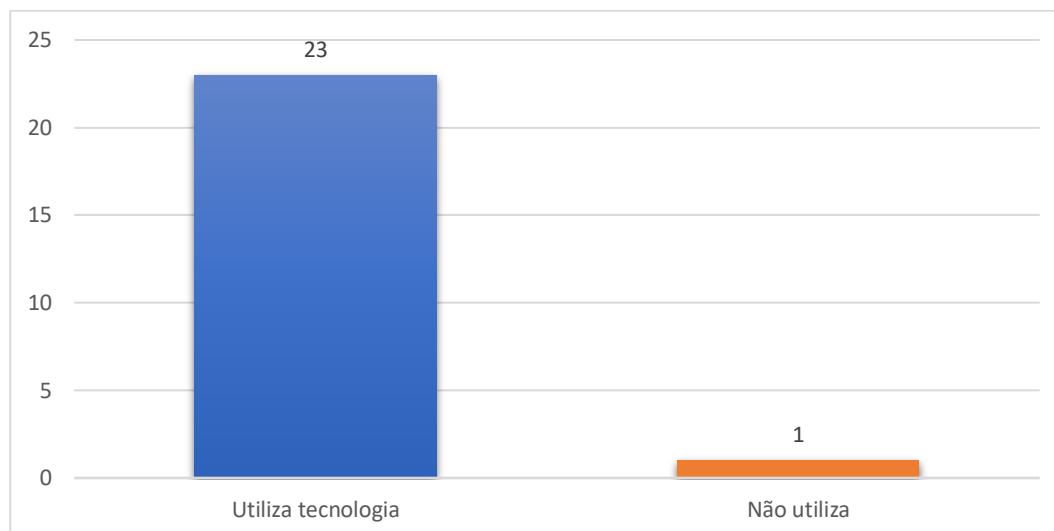
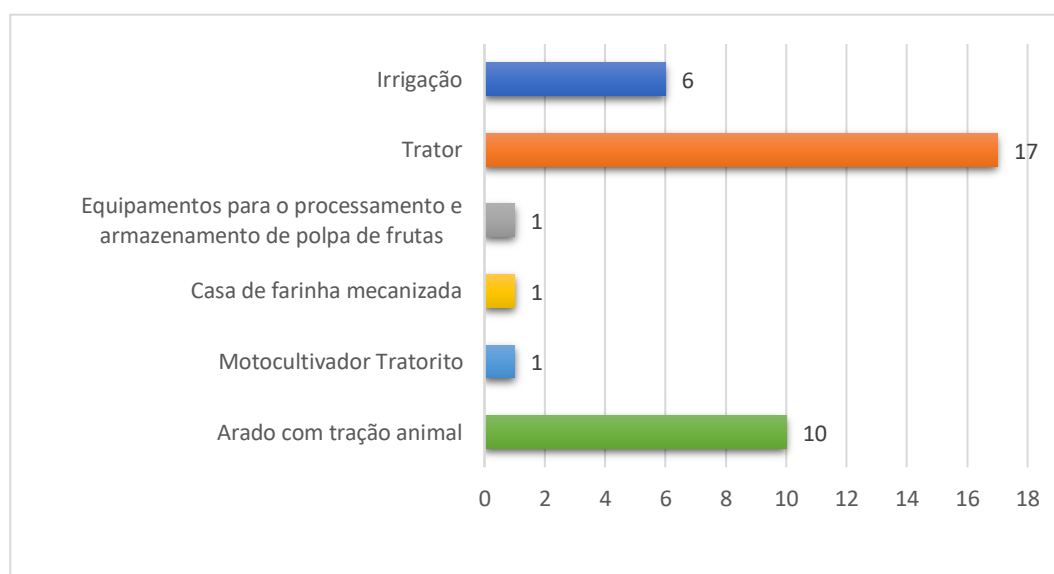


Gráfico 103: Tecnologias utilizadas

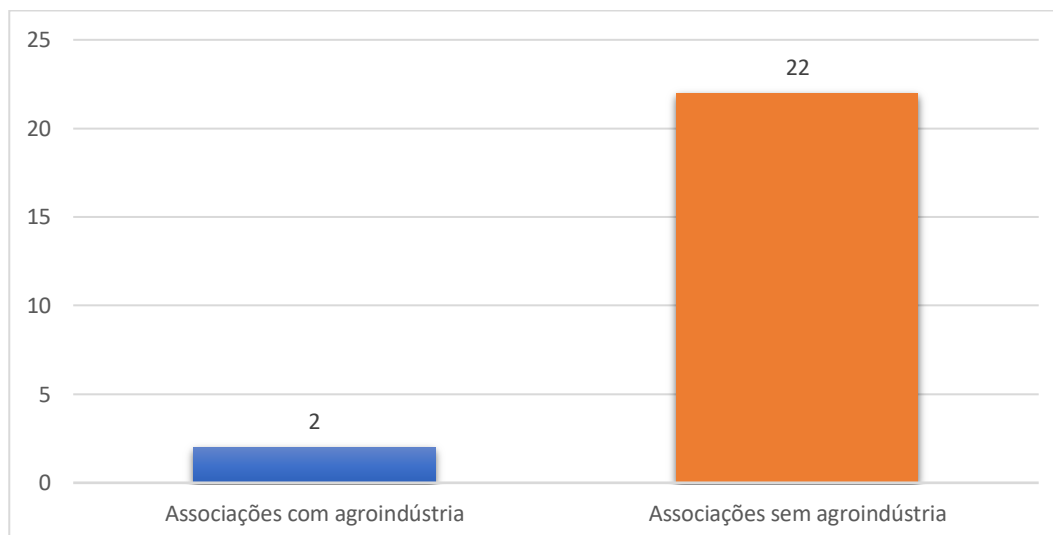


O uso da tração animal é uma prática que evita a queimada como forma de limpeza da área, sendo o primeiro passo na implementação do manejo de culturas agrícolas. Porém, essa prática evidencia a fragilidade econômica das comunidades que não possuem acesso à mecanização adequada, para o manejo de suas áreas de cultivo. Importante destacar que a mecanização possibilita maior agilidade e, conseqüentemente, maior produtividade para as áreas de plantio.

10.5. Beneficiamento da produção

A maioria das organizações/comunidades da pesquisa declararam não possuir agroindústria (Gráfico 104).

Gráfico 104: Agroindústria quilombolas

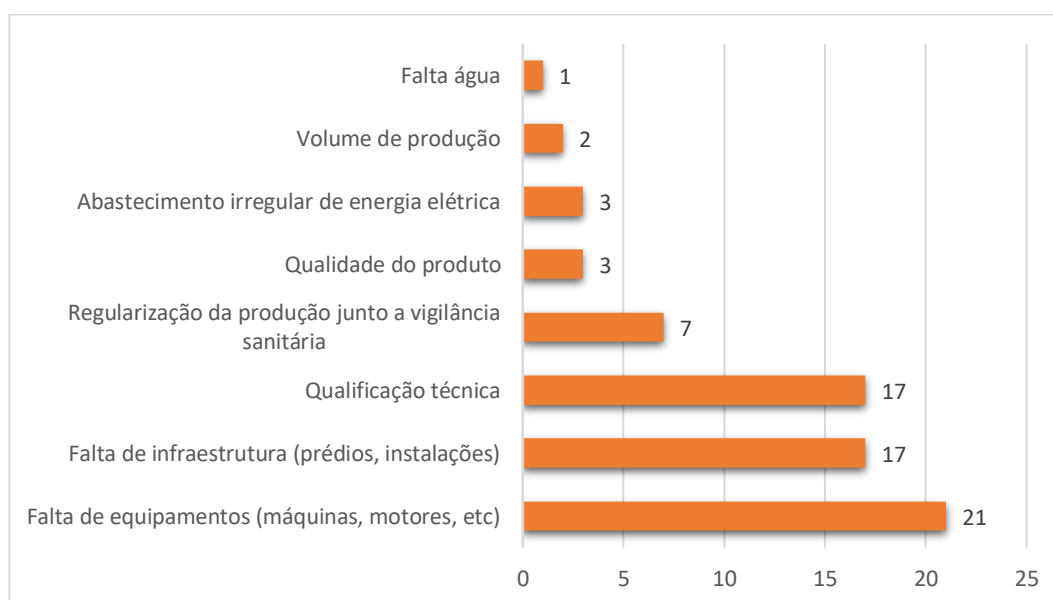


As duas comunidades que declararam possuir agroindústria atuam na fabricação de bolos. A implantação destes mecanismos de beneficiamento é fundamental para a agregação de valor da produção quilombola e, conseqüentemente, para a geração de renda.

10.5.1. Desafios do beneficiamento

Sobre os desafios enfrentados para o beneficiamento da produção (Gráfico 105), o investimento em equipamentos, o acesso à ATER adequada e a instalação de infraestrutura nos territórios, seriam as formas de apoiar as associações na superação dos desafios.

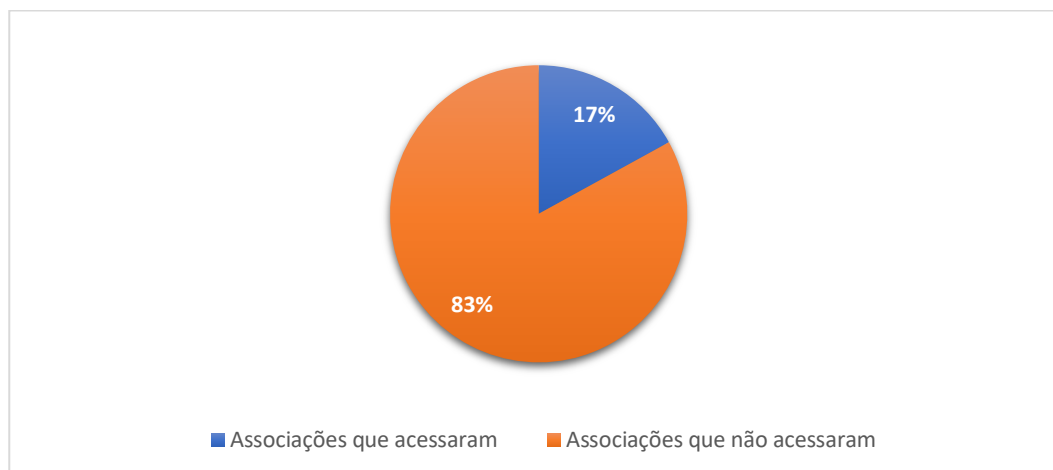
Gráfico 105: Desafios no beneficiamento da produção



10.6. Financiamentos e projetos

Poucas associações declararam acessar algum financiamento específico relacionado às atividades produtivas (Gráfico 106).

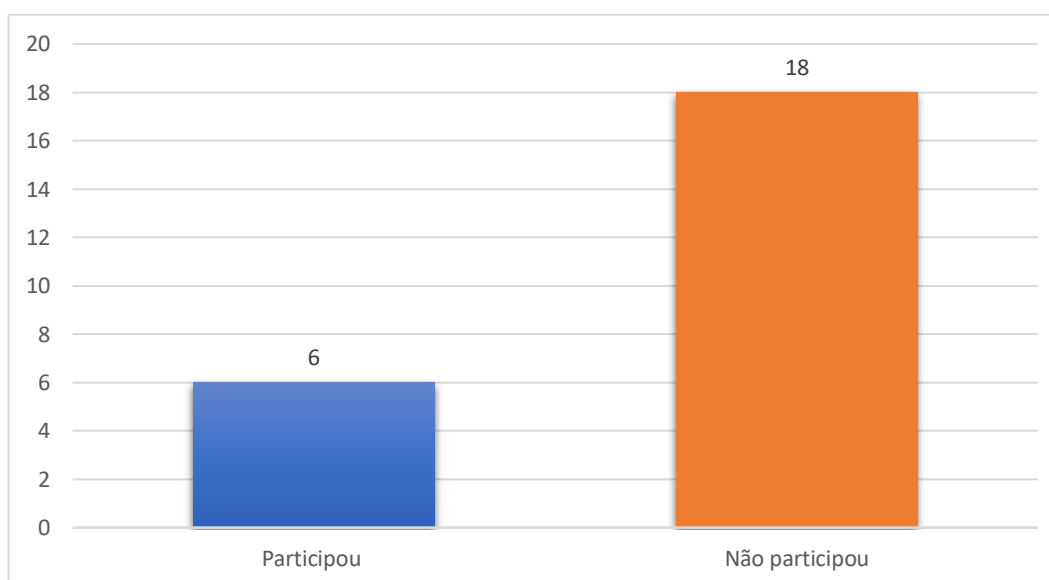
Gráfico 106: Acesso a financiamento



Existe a necessidade de desburocratização das linhas de crédito para o financiamento de atividades produtivas da agricultura familiar quilombola. Ter acesso a linhas adequadas de financiamento potencializa a geração de trabalho e de renda e também apoia na qualidade de vida das comunidades, fortalecendo a permanência da população quilombola em seus territórios.

O diagnóstico levantou a participação das 24 associações da agricultura familiar quilombola paraibana, em ações e projetos de fortalecimento entre 2019 e 2020 (Gráfico 107). Além disso, foram citados 05 projetos realizados no período anterior a 2019, todos voltados à capacitação das comunidades em técnicas de produção adequadas à sua realidade.

Gráfico 107: Participação em projetos (2019-2020)



A realização de parcerias para a participação e execução em ações e projetos de fortalecimento sócio produtivo é um dos caminhos para o fortalecimento das comunidades.

10.7. Comercialização

O levantamento identificou os principais canais de comercialização utilizados pelas comunidades quilombolas na Paraíba (Tabela 42).

Tabela 42: Canais de comercialização utilizados

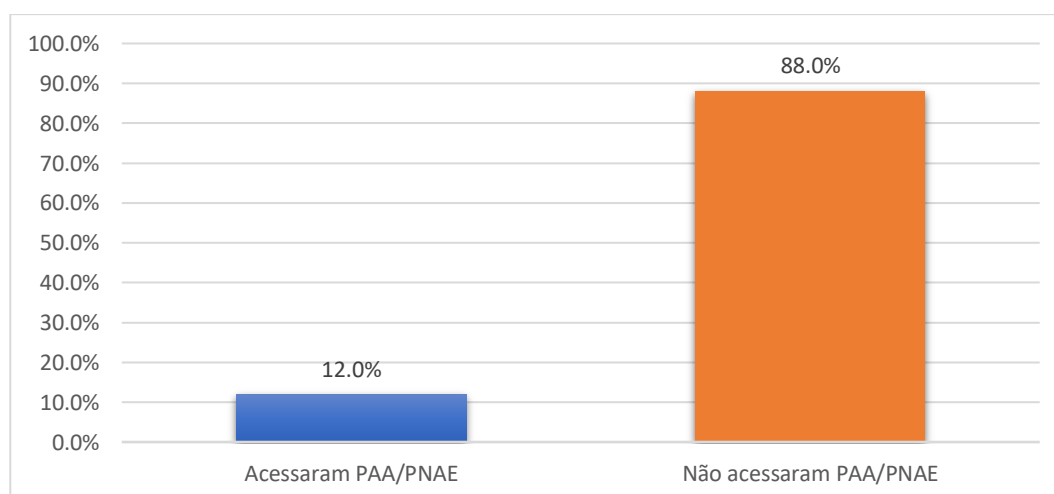
Canal de Comercialização	Nº de associações
Atravessador	5
CEASA	1
Comércio Local	10
Feira Livre	10
PAA/PNAE	2
Venda a domicílio	1

Os resultados reforçam a importância do foco na comercialização da produção quilombola no comércio local e nas feiras livres, como uma alternativa econômica importante para as comunidades, inclusive para superar a presença dos atravessadores.

10.8. Mercados institucionais

O diagnóstico identificou o acesso das associações/comunidades aos mercados institucionais (Gráfico 108).

Gráfico 108: Acesso aos mercados institucionais



O baixo acesso tem como uma das causas a redução do orçamento público federal para os programas PAA e PNAE, resultando na redução dos mercados disponíveis para a agricultura familiar.

10.9. Desafios na produção

O diagnóstico identificou as dificuldades apresentadas para o desenvolvimento produtivo das 24 associações/comunidades do estado da PB. Os resultados foram agrupados em 04 blocos.

O primeiro bloco (Tabela 43) apresenta as dificuldades relacionadas à organização das associações. O segundo bloco (Tabela 44) traz os desafios de qualidade e volume da produção.

Tabela 43: Dificuldades de organização e planejamento das organizações comunitárias

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Dificuldades na gestão administrativa	2

Tabela 44: Dificuldades na qualidade e volume na produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixa qualidade da produção	1
Baixo volume produzido	3

As dificuldades destes blocos, com menor ocorrência entre as associações, podem ser superadas com acesso a serviços de ATER, focado na produção e na gestão administrativa das associações.

O terceiro bloco de dificuldades (Tabela 45) é sobre o escoamento, que está relacionado à atuação do poder público (federal e estadual) no investimento de infraestrutura. Neste caso, a mobilização social é a ferramenta para reivindicar que o Estado cumpra com suas atribuições.

Tabela 45: Dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Falta de transporte	14
Baixa qualidade das estradas	12

O quarto bloco (Tabela 46) apresenta os desafios sobre comercialização e evidencia a necessidade de mapeamento do mercado consumidor local, adequação dos produtos ao mercado consumidor e criação de um plano de marketing sobre os produtos quilombolas.

Tabela 46: Dificuldades enfrentadas para a comercialização

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixo preço pago pela produção	10
Falta de mercado comprador	9

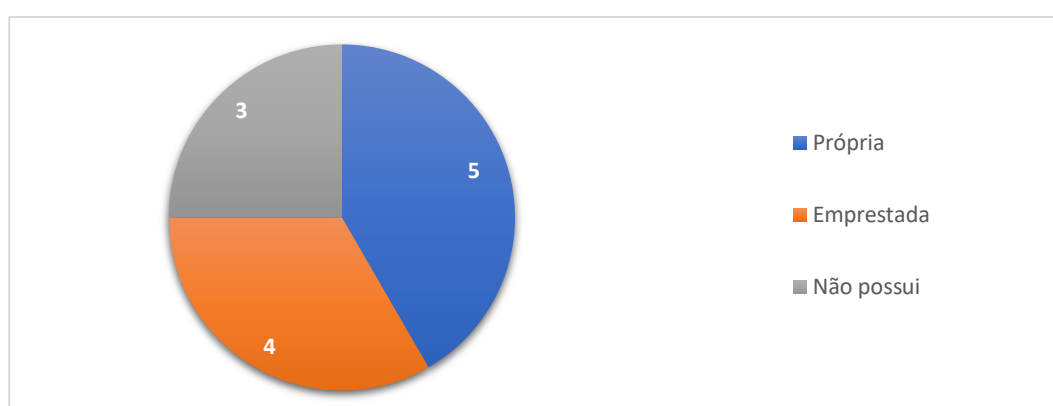
11. Tocantins

11.1. Comunidades e organizações comunitárias

O levantamento, junto às comunidades quilombolas no Tocantins, contou com 12 organizações/comunidades situadas em diferentes municípios no bioma cerrado.

Neste levantamento, foi identificada a situação de sede das associações participantes (Gráfico 109).

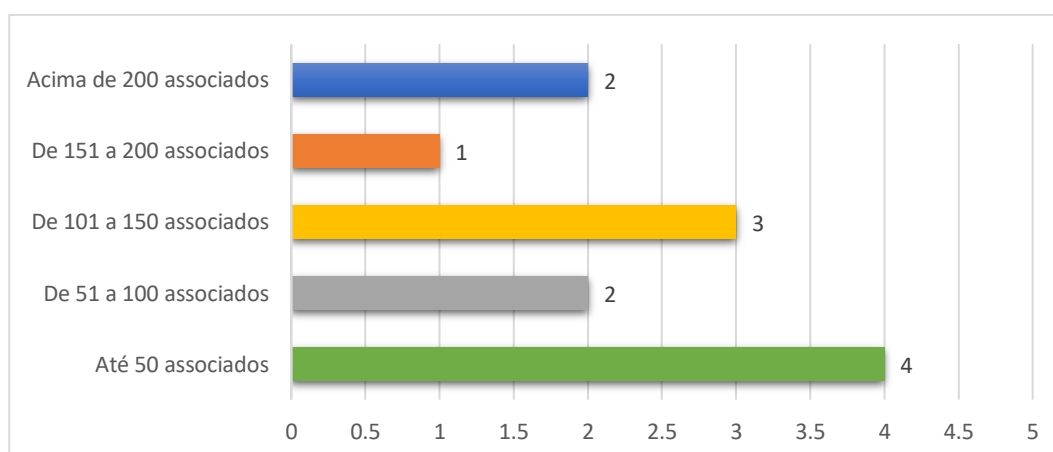
Gráfico 109: Situação das sedes das associações



A sede própria garante estabilidade para o funcionamento das organizações. É importante organizar projetos para apoiar a construção de sedes em áreas coletivas dos territórios.

As 12 associações estão ativas e a maioria apresenta até 50 associados (Gráfico 110).

Gráfico 110: Número de associados(as)



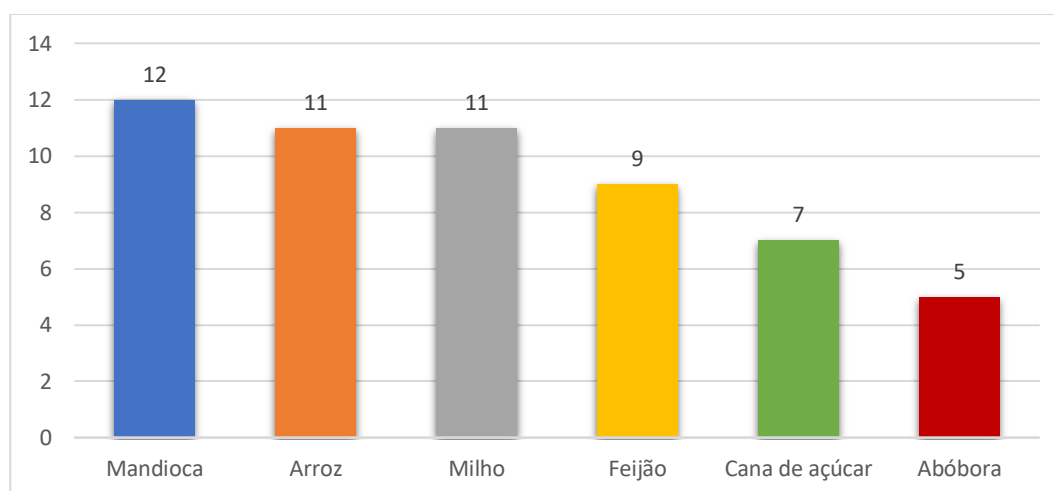
A maior associação, que possui 1250 sócios e beneficia 320 famílias com a sua atuação, é a Associação Quilombola Kalunga do Albino, dos municípios de Arraias e Paranã. A menor associação, que possui 37 sócios e beneficia 32 famílias, é a Associação Comunidade Quilombola Lajinha, localizada no município de Porto Alegre do Tocantins.

Sobre a situação de dívidas, 11 associações responderam não ter dívidas e 1 não respondeu a pergunta.

11.2. Produção Quilombola

Sobre a diversidade da produção, as comunidades declararam 24 tipos diferentes de produção vegetal, com destaque a Mandioca, Arroz e Milho (Gráfico 111).

Gráfico 111: Principais produtos vegetais cultivados



Não foi identificado nenhum produto processado ou de origem animal. Os produtos com maior frequência de plantio entre as associações, compõem a cesta alimentar das famílias.

O principal foco da produção é a garantia da segurança alimentar, com a comercialização realizada quando há excedente da produção.

11.3. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A pesquisa identificou, junto às associações participantes, sobre o acesso a serviços de ATER (Gráfico 112) e também sobre a natureza da ATER, caso tenha sido acessada pela comunidade (Gráfico 113).

Gráfico 112: Acesso à ATER

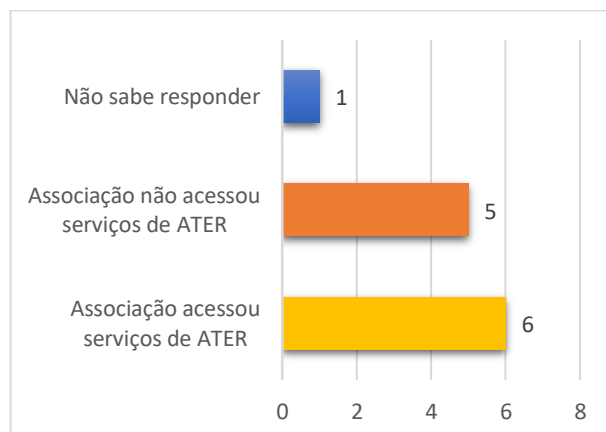
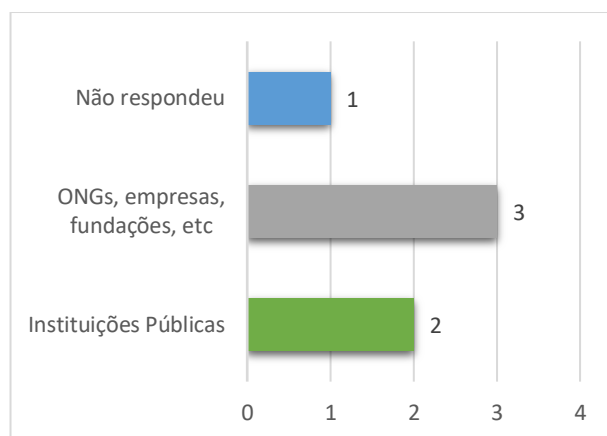


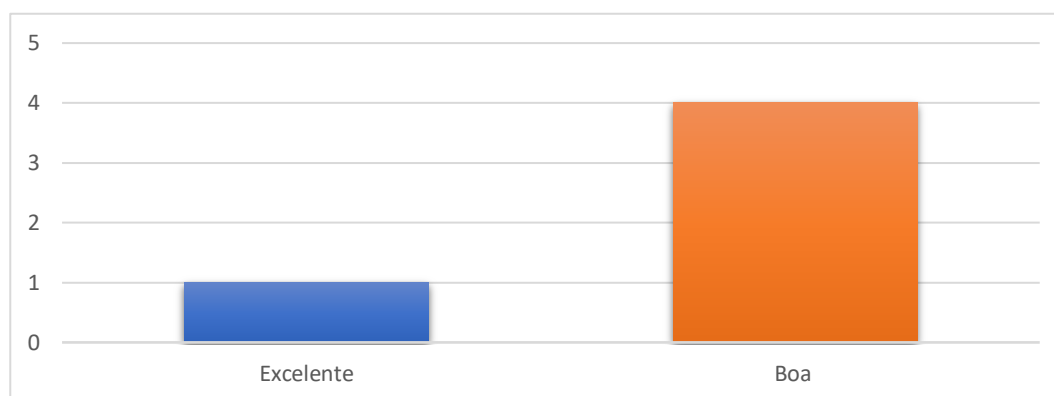
Gráfico 113: Natureza dos serviços de ATER



Dentre as instituições citadas pelas associações, enquanto prestadoras de serviço de ATER, está a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO) e a Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), enquanto instituições não governamentais. E o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), instituição governamental.

A qualidade dos serviços de ATER (Gráfico 114) também foi identificada na pesquisa.

Gráfico 114: Qualidade dos serviços de ATER

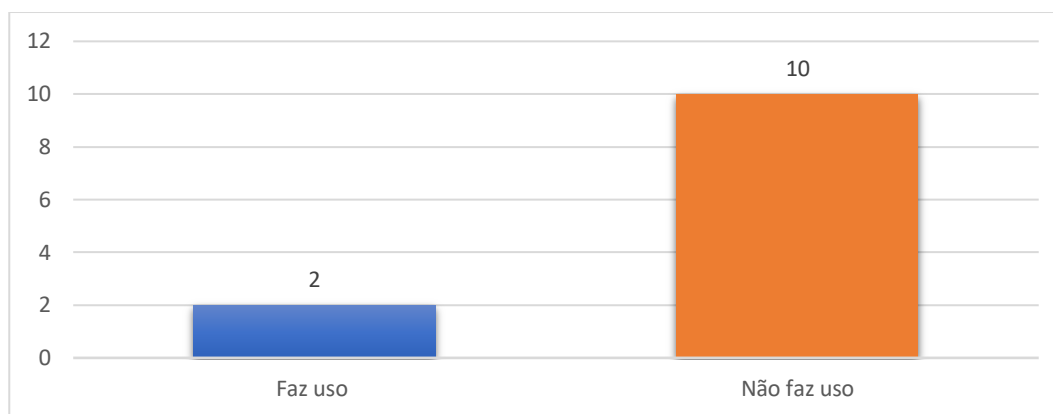


O acesso a serviços de ATER podem apoiar no desenvolvimento social e econômico das famílias quilombolas do estado. É importante, além da reivindicação junto ao poder público, a realização de parcerias para viabilizar ATER de qualidade para o fortalecimento da agricultura familiar quilombola.

11.4. Métodos de produção

Sobre o uso de agrotóxicos pelas comunidades da pesquisa (Gráfico 115), as comunidades não responderam se a aplicação, quando realizada, é feita seguindo orientação profissional e com receita específica.

Gráfico 115: Uso de agrotóxicos pelas comunidades entrevistadas



Dentre as associações que relataram utilizar agrotóxico, uma declarou queimar e enterrar a embalagem do produto como descarte.

11.4.1. Utilização de tecnologias na produção

A maioria das comunidades/associações declararam utilizar tecnologias para a produção agrícola (Gráfico 116) e detalharam algumas destas tecnologias utilizadas (Gráfico 117).

Gráfico 116: Uso de tecnologia para a produção

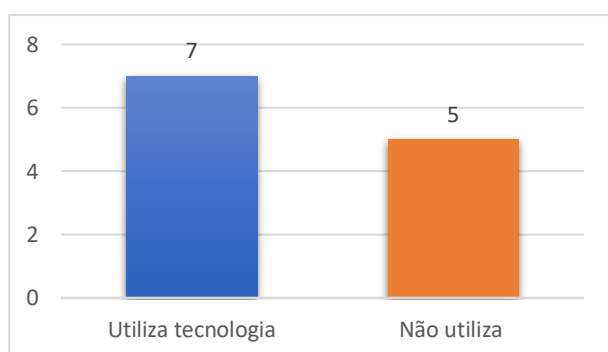
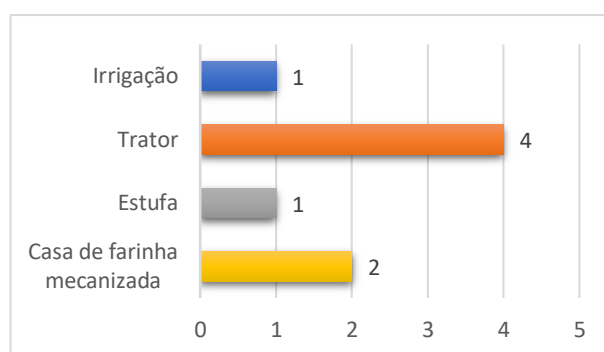


Gráfico 117: Tecnologias utilizadas



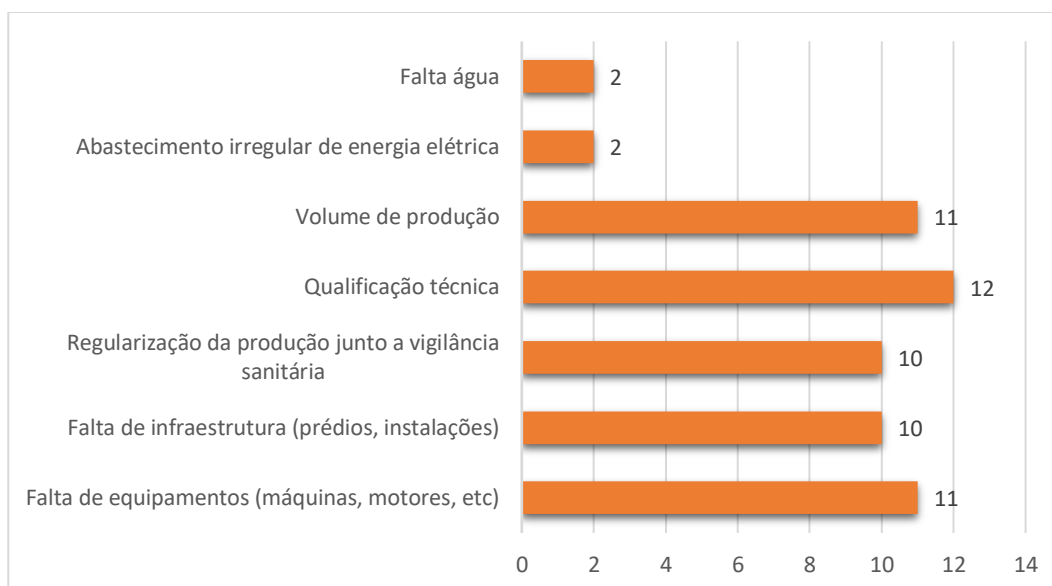
11.5. Beneficiamento da produção

O levantamento não apresentou nenhuma organização/comunidade com agroindústria. Este resultado demonstra a necessidade de investimentos públicos e privados para o fortalecimento das associações quilombolas no estado. Com a criação de agroindústrias para o beneficiamento da produção, é possível gerar trabalho e renda para as comunidades quilombolas.

11.5.1. Desafios do beneficiamento

Sobre os desafios enfrentados pelas 12 associações/comunidades, têm-se a qualificação técnica como o mais citado (Gráfico 118).

Gráfico 118: Desafios no beneficiamento da produção



As dificuldades apresentadas para o beneficiamento da produção, podem ser superadas por meio do acesso a serviços de ATER, pois estão ligadas diretamente ao processo produtivo. Uma das alternativas é a busca por parcerias, visando formar agentes comunitários de ATER para apoiar na organização produtiva comunitária.

11.6. Financiamentos e projetos

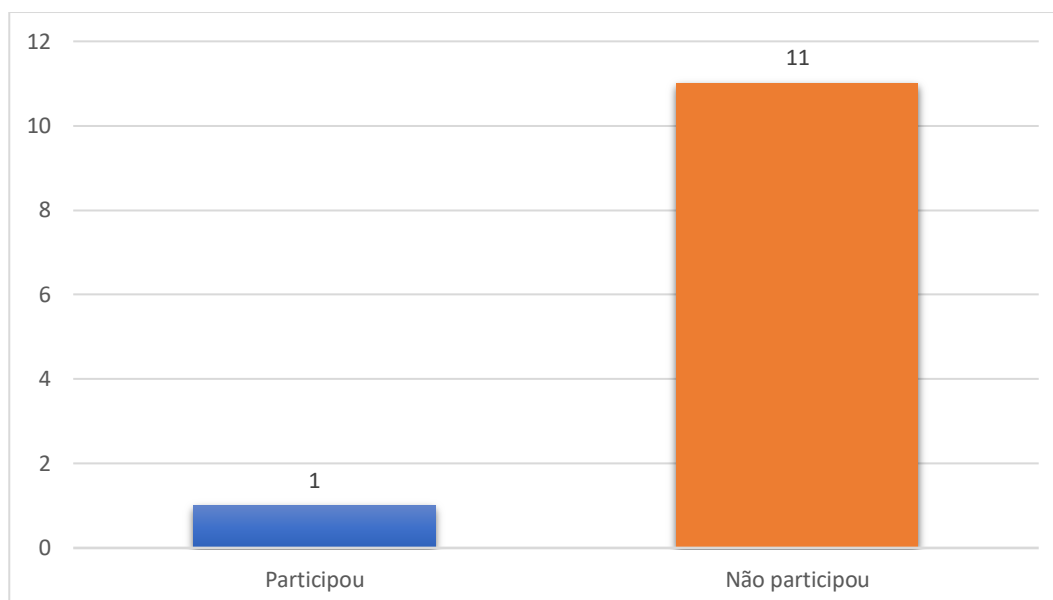
Nenhuma das 12 associações/comunidades declarou ter acessado algum financiamento, demonstrando a necessidade de fortalecer as organizações para apoiá-las no processo de acesso a financiamentos voltados à produção.

As dificuldades de acesso a financiamento, inclusive às modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ocorrem pela extensa exigência de documentos que não se adequam à realidade das comunidades quilombolas, reforçando o racismo institucional presente nas entidades bancárias que viabilizam os financiamentos.

A superação desses desafios, podem apoiar as comunidades no acesso a financiamentos para seus projetos produtivos como agroindústrias, por exemplo, fortalecendo a comunidade em seus processos econômicos.

Sobre projetos e ações de fortalecimento, entre 2019 e 2020 (Gráfico 119), apenas uma comunidade declarou participação em alguma iniciativa.

Gráfico 119: Participação em projetos (2019-2020)



A única organização que declarou acessar projetos de fortalecimento, sendo um projeto relacionado à ATER, foi a Associação das Comunidades Quilombolas da Ilha de São Vicente, no município de Araguatins.

11.7. Comercialização

Os resultados sobre os canais de comercialização (Tabela 47) reforçam as vantagens do acesso ao comércio local, não dependendo de grandes custos para o deslocamento e para o escoamento da produção.

Tabela 47: Canais de comercialização utilizados

Canal de Comercialização	Nº de associações
Atravessador	2
Comércio Local	10
Feira Livre	2
Venda domiciliar	2

11.8. Mercados institucionais

O levantamento não identificou associações/comunidades do Tocantins que acessem mercados institucionais.

11.9. Desafios na produção

O diagnóstico identificou as dificuldades apresentadas para o desenvolvimento produtivo das 12 associações/comunidades. Os resultados foram agrupados em 04 blocos. O primeiro bloco traz as dificuldades relacionadas à organização e planejamento das associações (Tabela 48), demonstrando a importância de estruturar ações de fortalecimento institucional.

Tabela 48: Dificuldade de organização e planejamento das organizações comunitárias

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Problemas organizacionais (jurídicos/administrativos)	9
Dificuldades na gestão administrativa	4

O segundo bloco apresenta o desafio de “baixo volume produzido”, sendo apontado como um problema para todas as associações/comunidades participantes da pesquisa no estado.

O terceiro bloco (Tabela 49) apresenta as dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção, relacionadas à falta de atuação do poder público.

Tabela 49: Dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Falta de transporte	9
Baixa qualidade das estradas	7

O quarto bloco (Tabela 50) mostra as dificuldades enfrentadas pelas comunidades para a comercialização da produção que envolve a organização de todo processo da produção.

Tabela 50: Dificuldades enfrentadas para a comercialização

Tipo de dificuldade enfrentada	Nº de associações
Baixo preço pago pela produção	5
Falta de mercado comprador	7

O baixo preço pago pela produção e a falta de mercado comprador desestimula o produtor(a) quilombola. É preciso valorizar o trabalho da produção da agricultura familiar quilombola, buscando mercados justos e éticos para viabilizar a comercialização.

12. Recomendações para a inserção dos produtos da agricultura familiar quilombola em mercados com responsabilidade socioambiental

A demanda por produtos com responsabilidade socioambiental, proteção dos recursos naturais e valorização da origem, tem crescido e oportunizado que as comunidades da agricultura familiar quilombola se insiram cada vez mais no mercado, visando a comercialização ética e justa de sua produção.

É característica intrínseca do modo de produção da agricultura familiar quilombola, o respeito ao meio ambiente e as tradições socioculturais. Para ampliar o acesso das comunidades a estes novos mercados, é preciso planejamento e organização das operações que vão desde a produção até a comercialização.

Também é necessário dar visibilidade à produção quilombola, por meio de certificações específicas da produção, aliados com planos de marketing dos produtos, detalhando as especificidades do modo de produção dos territórios quilombolas.

Sobre as certificações, existem diferentes tipos, um exemplo é a certificação de origem, realizada por meio do selo quilombola, garantindo que o produto é fruto do trabalho de comunidades quilombolas. Esta é uma importante ferramenta de apoio na inserção dos produtos quilombolas no mercado.

Além das ações de visibilidade, é fundamental o apoio para as comunidades quilombolas na operacionalização de seus processos de comercialização, agregando valor aos produtos da agricultura familiar quilombola.

As cooperativas também surgem como alternativa para apoiar nas etapas do processo produtivo das comunidades quilombolas, a partir do beneficiamento de produtos *in natura* fornecidos pelos (as) agricultores(as) quilombolas. Um exemplo é a venda do milho quilombola (não transgênico, produzido de forma tradicional e sem agrotóxicos) para a fabricação de produtos alimentícios derivados, uma demanda já identificada no mercado consumidor.

Essas cooperativas também possuem organização administrativa que permite viabilizar a comercialização em diferentes escalas, podendo, inclusive, fornecer os produtos para redes de supermercados e/ou para pessoas físicas.

Como exemplos de cooperativas que realizam este trabalho, está a Central do Cerrado¹⁶, que atua como centro de disseminação de informações, intercâmbio e apoio técnico para as comunidades, na melhoria dos seus processos produtivos, organizacionais e de gestão, e a Cooperativa Agropecuária Mista Regional De Irecê (COPIRECE)¹⁷, que comercializa produtos derivados do milho não transgênico.

Outro ponto fundamental é a inserção da produção da agricultura familiar quilombola em plataformas de e-commerce, muito usadas atualmente, que viabilizam a produção varejista no mundo virtual. Inclusive, esses mecanismos foram fortalecidos durante a pandemia devido às condições de isolamento social e o aumento do protagonismo das operações realizadas pela internet.

Para viabilizar a inserção dos produtos quilombolas para o e-commerce, é necessário ajustar o beneficiamento da produção, tornando os produtos menos perecíveis e com acondicionamento adequado, e também organizar os planos de negócio, fortalecendo a visibilidade aos produtos quilombolas.

¹⁶ <https://www.centraldocerrado.org.br/>

¹⁷ <https://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/ produtor/13715339000116/index.html>

13. CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS ESTRATÉGICOS

A agricultura familiar quilombola nos 06 estados do projeto e no Quilombo Mesquita, alvos desta iniciativa, apresentam uma produção diversa e apoiam na ações de garantia da segurança alimentar das famílias, principalmente neste momento em que o Brasil retorna ao mapa da fome.

As comunidades quilombolas desempenham esta importante tarefa, mesmo com poucos recursos e com inúmeros desafios relacionados a todas as etapas da cadeia produtiva, desde a produção da matéria prima até a comercialização. Os processos de beneficiamento e comercialização, para alcançar bons resultados, envolvem etapas específicas que precisam ser fortalecidas.

As cadeias produtivas da agricultura familiar possuem 03 principais etapas: produção, beneficiamento/processamento e comercialização. Os resultados do diagnóstico demonstram que a primeira etapa, da produção, é o elo da cadeia atualmente mais fortalecido, com produção diversa e produtos essenciais, apoiando na segurança alimentar das comunidades e, também, de toda a sociedade.

Um dos desafios apontados no diagnóstico é sobre a gestão administrativa e organizacional das associações. Para superar este desafio, é fundamental estabelecer ações efetivas de enfrentamento a curto prazo, com o apoio do movimento CONAQ e parceiros, visando que as associações estejam regulares e aptas para executar as ações de produtividade nos territórios.

Outro desafio recorrente na pesquisa é sobre o baixo volume e qualidade da produção, para isso é imprescindível estruturar ações voltadas à assessoria técnica qualificada e adequada à realidade das comunidades quilombolas em cada estado, considerando sua diversidade socioambiental.

Sobre a etapa do beneficiamento e processamento da produção, o diagnóstico aponta grande fragilidade das comunidades, devido à ausência de investimentos nas políticas públicas deste setor. As operações para o beneficiamento, além de exigirem custos financeiros mais elevados, também dependem de investimentos externos para a implementação de agroindústrias, por exemplo. Para esta etapa, também é fundamental a formação dos membros das associações e dos(as) produtores(as), sobre a importância de agregar valor aos produtos da agricultura familiar quilombola e também para a realização de planejamentos voltados à comercialização.

Os desafios sobre a comercialização, muito presentes no diagnóstico, precisam de ações de fortalecimento de curto, médio e longo prazo. Percebe-se que a presença do atravessador é muito frequente nos estados da pesquisa, que, por falta de outra alternativa mais rentável e possível, terminam por comercializar sua produção por esta via.

Para que a comercialização seja ética, justa e mais rentável para as comunidades quilombolas, é necessário que as associações se adequem às normas legais e de vigilância sanitária, conheçam o mercado consumidor a partir de estudos de mercado, e construam planos específicos de comercialização, priorizando a venda dos produtos de forma direta em feiras, comércio local, plataformas de e-commerce, entre outras.

Além disso, os mercados institucionais também são uma alternativa de apoio à comercialização, mas precisam ser fortalecidos e dependem de orçamentos públicos para sua execução.

Os programas PAA e PNAE apresentaram baixo acesso pelas comunidades envolvidas na pesquisa. Isso ocorre também pelos desafios de organização das associações, mas a grande causa é a redução do orçamento da união para essas políticas públicas, o que contribui para a insegurança alimentar no campo e que se agravou ainda mais com a pandemia da COVID-19. Este fato levou um conjunto de movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, incluindo o movimento CONAQ, a se mobilizarem junto a parlamentares do campo progressista, resultando no Projeto de Lei 823/2021¹⁸ que cria medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19.

¹⁸ <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2273510>



Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas

